

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OLEIROS



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro de Estudos
e Desenvolvimento Regional

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OLEIROS



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro de Estudos
e Desenvolvimento Regional

Outubro de 2006

A equipa de investigação que assumiu a responsabilidade técnica e científica do documento, decorrente da contratação de serviços ao **Instituto Politécnico de Castelo Branco** - Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional (CEDER), teve a seguinte constituição:

Coordenação

João Serrano

Equipa Técnica

João Serrano

George Ramos

Paulo Silveira



Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro de Estudos
e Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

ÍNDICE	IV
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VII
ÍNDICE DE QUADROS.....	VIII
1 - Introdução	1
2 - Carta Educativa - Conceito, Finalidade.....	3
3 - Enquadramento Legislativo.....	5
4 - Carta Educativa – Princípios Orientadores	8
5 - Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho	10
6 – Caracterização Socio-Económica do Concelho.....	13
6.1 - A socio-economia regional	13
6.1.1 - Sectores de Actividade	13
6.1.2 - Actividades Económicas	15
6.1.3 - Estrutura do Emprego.....	19
6.1.4 - Outros dados sócio-económicos	26
6.1.5 - Índices de Desenvolvimento	28
7 - Análise demográfica do Concelho	30
8 - REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES.....	36
9 - Hierarquização dos Aglomerados	39
10 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo	41
10.1. Caracterização da Rede Educativa	44
10.1.1. Agrupamento Vertical de Oleiros.....	44
10.1.2. Caracterização dos diferentes níveis de ensino presentes no Concelho de Oleiros.....	47
10.1.2.1. Caracterização do Ensino Pré-escolar.....	47
10.1.2.2. Caracterização do 1º Ciclo do Ensino Básico	52
10.1.2.3. Caracterização dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário	59
10.2. Previsão de evolução da população escolar dos vários Ciclos de estudos.....	64
11 – Critérios de Ordenamento da Rede Educativa.....	72
11.1 - Critérios de reordenamento relacionados com os diferentes Ciclos de ensino	75
11.1.1 - Educação Pré-escolar	75

11.1.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico	76
11.2 - Território Educativo	77
11.3 - Diagnóstico Prospectivo	79
11.3.1 - Educação Pré-escolar	80
11.3.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico	81
11.3.3 - 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.....	84
11.3.4 - Ensino Secundário.....	85
11.4 - Vectores estratégicos de actuação.....	86
11.4.1. A Educação Pré-escolar.....	86
11.4.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico	88
11.4.3. Os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	90
11.4.4 – O Ensino Secundário.....	91
11.5. Optimização do funcionamento escolar – medidas globais	91
11.6. Optimização do funcionamento escolar – medidas específicas de intervenção	93
Fichas de Escola	95
12. Monitorização / Avaliação	103
Nota Final	106
Bibliografia Consultada.....	107
ANEXO 1 – FICHAS DE ESCOLA	109
ANEXO 2 – ANEXO ESTATÍSTICO	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento Territorial do concelho de Oleiros, a nível nacional e regional.....	11
Figura 2. Concelho de Oleiros e as suas freguesias	12
Figura 3. Rede Viária de Oleiros	36
Figura 4. Fotografias do edifício onde funcionam os Jardins de Infância do Estreito e do Orvalho.....	49
Figura 5. Fotografias do recreio exterior dos Jardins de Infância do Estreito e do Orvalho.....	51
Figura 6. Fotografias dos edifícios escolares do 1º Ciclo de Cambas, Mosteiro e Orvalho.....	55
Figura 7. Fotografias dos recreios das escolas do 1º Ciclo da Madeirã, Sobral e Orvalho.....	58
Figura 8. Zonas de intervenção ao nível da educação Pré-escolar.....	88
Figura 9. Zonas de intervenção ao nível do 1º CEB	90

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estrutura percentual do emprego, segundo o sector de actividade	13
Gráfico 2. Distribuição das empresas segundo os sectores de actividade.....	14
Gráfico 3. Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade	14
Gráfico 4. Distribuição percentual das pessoas ao serviço dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade	15
Gráfico 5. Peso percentual do número de empresas por actividades económicas	16
Gráfico 6. Peso percentual do número de estabelecimentos por actividades económicas.....	17
Gráfico 7. Peso percentual de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, por actividade económica	17
Gráfico 8. Densidade empresarial (por km ²)	18
Gráfico 9. Dinâmica Empresarial (taxas de crescimento)	19
Gráfico 10. Taxa de actividade	20
Gráfico 11. Taxa de Desemprego	21
Gráfico 12. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, com actividade económica (sentido lato) e nível de instrução	22
Gráfico 13. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, sem actividade económica (sentido lato) e nível de instrução	23
Gráfico 14. População residente empregada, com actividade económica, segundo a situação na profissão, por grupo etário	24
Gráfico 15. População residente desempregada, por tipo de procura de emprego em peso percentual, por grupo etário	25
Gráfico 16. População Residente no concelho de Oleiros (1981-2001) e tendência futura	31
Gráfico 17. População Residente em Oleiros, por grupo etário, em 2001	32
Gráfico 18. Total de Nados Vivos em Oleiros, entre 1996 e 2002.....	33
Gráfico 19. Saldo Fisiológico no concelho de Oleiros, entre 1996 e 2002	34
Gráfico 20. Evolução da população residente nas freguesias do concelho de Oleiros.....	39
Gráfico 21. Evolução do ensino Pré-escolar (valores totais).....	47
Gráfico 22. Evolução do 1º Ciclo do Ensino Básico (valores totais).....	53
Gráfico 23. Evolução dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (valores totais).....	60
Gráfico 24. Evolução dos alunos do Ensino Secundário (valores totais)	61

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Área e População nas freguesias do concelho de Oleiros, 2001.....	12
Quadro 2. Densidade empresarial (por km ²).....	18
Quadro 3. Dinâmica Empresarial (taxas de crescimento)	18
Quadro 4. População activa, população residente e taxa de actividade	19
Quadro 5. Emprego, Desemprego e Taxa de Desemprego	20
Quadro 6. População desempregada, por tipo de desemprego (2001).....	21
Quadro 7. População residente desempregada, segundo a condição de procura de emprego	21
Quadro 8. População residente empregada segundo grupos de profissões, de acordo com a CNP	26
Quadro 9. Poder de compra	27
Quadro 10. Impacto dos incêndios, 2002.....	27
Quadro 11. Consumo de Electricidade, 2002.....	28
Quadro 12. Índices de Desenvolvimento	29
Quadro 13. Défices de Desenvolvimento	30
Quadro 14. Área e População do Concelho de Oleiros e do Pinhal Interior Sul, 2001	32
Quadro 15. Peso Relativo dos Grupos Etários no Concelho	33
Quadro 16. Evolução da Taxa de Natalidade e de Mortalidade, entre 1996 e 2002	34
Quadro 17. Evolução da Taxa de Analfabetismo, no concelho e Pinhal Interior Sul (1981 e 2001)	35
Quadro 18. Freguesias: distância à sede	37
Quadro 19. Matriz de conectividade do concelho	38
Quadro 20. População residente e variação inter-censitária nas freguesias do concelho de Oleiros.....	40
Quadro 21. Equipamentos de ensino por tipo de rede e alunos matriculados	41
Quadro 22. Alunos a frequentar os vários níveis de ensino por idades	42
Quadro 23. Taxas de escolarização por grupos etários.....	43
Quadro 24. Distribuição dos equipamentos de ensino por nível de ensino e freguesia	44
Quadro 25. Escolas e Freguesias do Agrupamento Vertical de Oleiros	45
Quadro 26. Síntese do Agrupamento Vertical de Oleiros por escola e por idades	46
Quadro 27. Evolução da população Pré-escolar por freguesias (público e privado).....	47
Quadro 28. Estabelecimentos de ensino Pré-escolar por freguesia e tipo de rede.....	48
Quadro 29. Recursos humanos afectos aos equipamentos de ensino Pré-escolar.....	48
Quadro 30. Recursos físicos dos equipamentos de ensino Pré-escolar	49
Quadro 31. Rácios do ensino Pré-escolar	50
Quadro 32. Taxas de ocupação das escolas do ensino Pré-escolar.....	50
Quadro 33. Condições infraestruturais dos equipamentos de ensino Pré-escolar.....	51

Quadro 34. Crianças com necessidades educativas especiais e crianças beneficiárias do transporte escolar...	52
Quadro 35. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por freguesia	53
Quadro 36. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico em cada ano escolar.....	54
Quadro 37. Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	54
Quadro 38. Recursos humanos afectos aos equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico	55
Quadro 39. Recursos físicos dos equipamentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	56
Quadro 40. Rácios no 1º Ciclo do Ensino Básico.....	57
Quadro 41. Taxas de ocupação das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	57
Quadro 42. Condições de Infra-estruturação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	58
Quadro 43. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar	59
Quadro 44. Evolução da população do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	60
Quadro 45. Evolução da população do Ensino Secundário	61
Quadro 46. Escolas dos 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário	62
Quadro 47. Recursos Humanos no 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário	62
Quadro 48. Recursos físicos e equipamentos de ensino do 2º e 3º Ciclos e Secundário.....	63
Quadro 49. Rácios do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário	63
Quadro 50. Taxas de ocupação das escolas dos 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.....	64
Quadro 51. Instalações Desportivas da Escola do 2º e 3º Ciclos e Secundário	64
Quadro 52. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar	64
Quadro 53. Previsão de evolução da população do Ensino Pré-escolar	65
Quadro 54. Variação percentual.....	65
Quadro 55. Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico	66
Quadro 56. Variação percentual.....	66
Quadro 57. Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por ano de escolaridade	68
Quadro 58. Variação percentual.....	68
Quadro 59. Previsão de evolução da população dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	68
Quadro 60. Variação percentual.....	69
Quadro 61. Previsão de evolução da população do Ensino Secundário	70
Quadro 62. Variação percentual.....	70
Quadro 63. Capacidade recomendada e máximas dos Jardins de Infância.....	80
Quadro 64. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no Ensino Pré-escolar	81
Quadro 65. Capacidade recomendada e máximas das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	82
Quadro 66. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no 1º Ciclo do Ensino Básico.....	82
Quadro 67. Capacidade recomendada e máxima da escola com 2.º e 3.º Ciclos.....	84

Quadro 68. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo 2.º e 3.º Ciclos	84
Quadro 69. Capacidade recomendada e máxima da escola do Ensino Secundário	85
Quadro 70. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo Ensino Secundário	85
Quadro 71. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura no Ensino Pré-escolar	87
Quadro 72. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura no 1º Ciclo do Ensino Básico.....	89
Quadro 73. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo 2.º e 3.º Ciclos	90
Quadro 74. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo Ensino Secundário	91
Quadro 75. Mapa de funcionamento das escolas até 2010-2011	93

1 - Introdução

O mundo contemporâneo apresenta segundo Roberto Carneiro e col. (2000) múltiplos e complexos desafios a nível educativo. Múltiplos porque são diversas e multidimensionais as missões e objectivos futuros dos sistemas educativos; complexos porque a educação, a formação e a qualificação das pessoas estão no centro das profundas alterações das economias e sociedades emergentes, inicialmente chamadas “sociedades da informação”, e hoje cada vez mais conhecidas como “sociedades do conhecimento e da aprendizagem”.

A formação de cidadãos competentes no rigor da aplicação prática dos conhecimentos, bem como a capacidade de percepção do mundo global que os rodeia sem nunca perderem de vista a dimensão local, deve ser um dos desafios que se colocam ao sistema educativo.

A educação deve ser encarada, nas ditas “sociedades do conhecimento” simultaneamente causa e efeito do que de mais profundo ocorre ao nível dos diferentes processos de transição em curso e na emergência de um novo paradigma societário. Os desafios transfiguram-se em oportunidades para a educação, assumindo-se as sociedades como “aprendentes” ao longo da vida, nas diferentes dimensões, lugares ou formas. A educação deve ser vista como o sustentáculo do desenvolvimento humano, sendo simultaneamente causa e efeito de uma sociedade do conhecimento e da aprendizagem, de acordo com uma perspectiva abrangente, que procura valorizar as diferentes vertentes da dimensão humana a nível social, económico e cultural, rumo a uma sociedade sustentável, evoluída e com responsabilidade.

A centralidade dos processos de educação e da aprendizagem exige estudos sobre o presente e prospectivas sobre o futuro, onde a escola e os sistemas educativos sejam pensados mediante uma atitude que acente num plano de respostas ao impacto das mutações tecnológicas, tendências demográficas ou dinâmicas de globalização. Assumir uma atitude pró-activa sobre a educação é uma necessidade, cuja construção exige uma visão e intencionalidade na escolha entre os múltiplos cenários de futuras possibilidades antecipáveis. Uma atitude de reflexão e avaliação prospectiva amplamente participada, desejavelmente estimulante no plano intelectual e mobilizadora para a acção, deve ser uma opção incontornável. A relação entre a escola e a comunidade envolvente, bem como a monitorização cuidadosa do processo educativo é determinante para o desenvolvimento e melhoria do próprio sistema.

Perspectivando um instrumento de gestão territorial que fornecesse as condições necessárias para responder aos novos desafios, criou-se a figura da Carta Educativa que é, sucintamente, o instrumento de planeamento e ordenamento dos edifícios e equipamentos educativos do Concelho que contempla, visando desenvolver o processo de agrupamento das escolas de forma a obter uma coerência satisfatória com a política urbana aí defendida. É importante que a carta educativa congregue toda uma comunidade, que possa valorizar para além dos espaços de aprendizagem, o papel determinante dos agentes educativos na caminhada para o futuro, formando cidadãos cada vez mais capazes de responder aos novos desafios de uma sociedade cada vez mais exigente.

A Carta Educativa, conjugada com outros instrumentos, proporciona uma oportunidade histórica para Portugal se aproximar dos níveis de escolaridade e de qualidade de ensino que evidenciam outros países membros da União Europeia. Permite lançar novos desafios que criem roturas com determinadas práticas, apelando a uma visão prospectiva, com o objectivo de trilhar novos caminhos para as organizações escolares, deixando as escolas de serem encaradas no sentido redutor do termo (cujas práticas, localização e organização espacial limitam a acção educativa), evoluindo para centros escolares com recursos físicos e humanos de maior qualidade que as possam tornar em centros de excelência em termos educativos.

Para responder às novas exigências do sistema educativo, o procedimento metodológico preconizado tem como base as indicações constantes no Manual para a Elaboração da Carta Educativa elaborado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, no âmbito da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento (Oliveira, Coragem e Martins, 2000b) e actual legislação vigente, embora tenha sido considerada proveitosa a inclusão de outros aspectos de análise e de diagnóstico, uma vez que as boas práticas do planeamento e ordenamento do território assim o pronunciavam.

2 - Carta Educativa - Conceito, Finalidade

A Carta Escolar (documento sem configuração legal estabelecida, onde era feito o registo dos edifícios escolares existentes e os que faltava construir) foi um documento que precedeu a actual Carta Educativa.

Reconhecida a ineficácia de um planeamento estático e dogmático desse tipo e a natureza bloqueadora de uma Carta Escolar, evoluiu-se para o conceito de Carta Educativa - Instrumento e Prática de Planeamento, projecto fundamental e dinâmico de intervenção de planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social (Oliveira, Coragem e Martins, 2000b).

A principal finalidade da Carta Educativa visa a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos normativos daí emanados, nomeadamente:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Escolar colocadas pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da Rede Escolar às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

Pretende-se assim que a Carta Educativa seja um documento que formule uma proposta de reordenamento da rede educativa, onde estejam delineados os contornos mais adequados a cada situação de acordo com um determinado horizonte temporal. Devem por isso, convergir para a Carta Educativa todas as intervenções a executar a curto ou médio prazos, sendo as mesmas indissociadas das propostas do Plano Director Municipal. A Carta Educativa deverá assim, segundo Oliveira, Coragem e Martins (2000b), constituir-se como um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;

- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque otimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

3 - Enquadramento Legislativo

A concretização da descentralização administrativa, acenta numa nova dinâmica de modernização do estado, tendente à obtenção de níveis mais elevados de satisfação das necessidades reais por parte dos cidadãos, mais eficientes e eficazes e mais conformes com o sentido de autonomia responsável constituinte dos regimes democráticos. Neste modelo assume particular relevância a concretização da transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, reconhecendo que os municípios se constituem como o núcleo essencial para o desenvolvimento harmonioso da área educativa.

Assim, consideramos importante ter como pontos de partida as indicações emanadas pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) complementadas com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e com as alterações e aditamentos introduzidos pela Nova Lei de Bases (Lei 49/2005 de 30 de Agosto) cujas mais valias dominantes são:

- Aumento da escolaridade mínima obrigatória para 12 anos e novo agrupamento escolar, com redução do actual Ensino Básico para 6 anos, correspondendo aos actuais 1º e 2º Ciclo; integração do actual 3º Ciclo no agrupamento do Ensino Secundário, que passará a ter uma duração de 6 anos. A obrigatoriedade da frequência escolar termina aos 15 anos, mas numa lógica que assenta numa escolaridade de 12 anos que termina aos 18 anos de idade, os alunos que manifestem a intenção de não concluir a nova escolaridade mínima obrigatória deverão ser encaminhados para programas de formação vocacional adequados findo o novo 1º Ciclo do Ensino Secundário, respondendo assim também às necessidades emergentes de técnicos profissionalizados no tecido económico.
- As modalidades de ensino passam a compreender duas vertentes: a modalidade geral de educação; e a modalidade especial de educação que incorpora o ensino artístico, o ensino especial, o ensino recorrente, o ensino prisional e o ensino à distância.
- Passa a haver um agrupamento dos serviços de creche com a educação Pré-escolar, que embora não obrigatória, é incentivada pelo Estado Português.

Consideramos também importante levar em linha de conta o Decreto-Lei nº 7 de 2003, de 15 de Janeiro que opera a transferência de atribuições e competências educativas para os Municípios, regulamentando a criação dos Conselhos Municipais de Educação e a elaboração

das Cartas Educativas Concelhias e num âmbito mais alargado de análise a legislação que se segue:

- Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro que sofreu alterações através do Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro (transportes escolares);
- Lei 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo
- Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88 (princípios gerais da planificação da rede escolar);
- Decreto-Lei nº 108/88 de 31 de Março (Regulamentação do Ensino Particular e Cooperativo);
- Lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro (Lei quadro da Educação Pré-escolar);
- Decreto-Lei nº 147/97 de 11 de Junho (Regime Jurídico da Educação Pré-escolar);
- Despacho Normativo nº 27/97 de 2 de Junho (Estímulo à participação e iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa);
- Despacho Conjunto nº 123/97 de 7 de Julho (assegurar o cumprimento da escolaridade básica de 9 anos por todos os jovens associado a uma qualificação profissional certificada de nível II).
- Despacho Conjunto nº 128/97 de 9 de Julho (Articulação entre Escolas/Ministério/Autarquias, no apoio sócio-educativo às famílias nos percursos escolares das crianças);
- Despacho Conjunto nº 258/97 de 21 de Agosto (Critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação Pré-escolar);
- O Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto (Requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação Pré-escolar);
- Decreto-Lei 291/97 de 4 de Setembro (Regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação Pré-escolar).
- Decreto-Lei nº 314/97 de 15 de Novembro (Denominação dos estabelecimentos de ensino públicos, não superiores);
- Decreto-Lei nº 4/98 de 8 de Janeiro (Novo regime de criação, organização e funcionamento das Escolas Profissionais, no âmbito do ensino não superior);
- Decreto-Lei nº 89-A/98 de 7 de Abril (Linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de educação Pré-escolar).
- Decreto-Lei nº 115/98 de 4 de Maio (Regulamentação do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário);
- Lei nº 42/98 de 6 de Agosto (Lei das finanças locais que estabelece o regime financeiro dos Municípios e das Freguesias);

- Lei nº 159/99 de 14 de Setembro (Quadro das transferências das atribuições e competências das autarquias locais ao nível da responsabilidade no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino);
- Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro (Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial);
- Decreto-Lei nº 12/2000 de 29 de Agosto (Condições para constituição e instalação dos agrupamentos de escolas do Ensino Básico).

No quadro dos diplomas legislativos anteriores podemos destacar as seguintes competências dos Órgãos Municipais para a área educativa:

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação Pré-escolar e Básica;
- Assegurar a gestão dos transportes escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-escolar e Básica;
- Providenciar o alojamento dos estudantes do Ensino Básico, em alternativa ou complemento ao transporte escolar;
- Comparticipar na educação Pré-escolar e Básica no domínio da acção social escolar;
- Apoiar actividades culturais e recreativas complementares e extra-escolares, no âmbito da educação Pré-escolar e Básica;
- Gerir o pessoal não docente da educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Criar os Conselhos Municipais de Educação;
- Elaborar a Carta Educativa do Concelho.

4 - Carta Educativa – Princípios Orientadores

Um princípio chave a ter em consideração na elaboração da Carta Educativa, e que deverá estar presente em qualquer acção de reordenamento, tem a ver com a organização da rede escolar em territórios educativos. É importante não considerar os estabelecimentos de educação/ensino isoladamente mas sim, integrados em redes de equipamentos concebidas como organizações integradas e integradoras tanto no plano interno como no das relações com a comunidade, pois esta forma é, segundo Oliveira, Coragem e Martins (2000b) a mais adequada para a racionalização da rede, contribuindo para o funcionamento harmonioso de uma estrutura que implica sistemas de contactos regulares entre os vários intervenientes no processo educativo.

Os territórios educativos devem ser servidos por um conjunto de instalações de educação Pré-escolar e de Ensino Básico interdependentes e complementares sob o ponto de vista pedagógico e de utilização e gestão de recursos físicos, integrando uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico, permitindo esbater “as disparidades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento”.

Um Território Educativo (Oliveira, Coragem e Martins, 2000a) deve promover o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três Ciclos do Ensino Básico e de Jardins de Infância, tendo em vista:

- Sucesso escolar dos alunos, permitindo-lhes um desenvolvimento harmonioso e de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada ao longo dos diferentes níveis de educação e ensino, facilitando a sua sociabilização e inserção nos diferentes níveis do processo educativo;
- Funcionamento de serviços de apoio sócio-educativo, coordenados e abrangendo todos os níveis etários, nomeadamente os de Educação Especial, Psicologia e Orientação Educativa e Acção Social Escolar;
- A racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos – instalações, equipamento e material didáctico – através de um sistema de administração e gestão conjugado que permita beneficiar todos os estabelecimentos de educação e ensino de um apoio pedagógico acrescido e o acesso a equipamentos superiores;
- Maior facilidade de contacto e articulação entre os docentes – educadores de infância e professores dos três Ciclos do Ensino Básico – conducentes a uma melhor integração no meio escolar e comunitário;

- Organização local coordenada e desenvolvimento sistemático de acções de formação contínua de pessoal docente e não docente, evitando deslocações onerosas e com percas de tempo a locais mais distantes, e permitindo um conhecimento mais profundo das várias realidades existentes na zona, o que leva a uma melhor integração das escolas na comunidade.

A fim de atingir os objectivos propostos, a delimitação do Território Educativo deve de obedecer a determinados critérios:

- . Deve respeitar-se, sempre que possível, o âmbito concelhio.
- . A sua área de influência deve permitir um contacto fácil e regular entre os diferentes estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta as condições geográficas, da acessibilidade da região e da densidade populacional.
- . Deve possuir uma Escola que congregue maiores e mais especializados recursos físicos e humanos, que se domina «Escola Nuclear», onde se centralizam certas funções e actividades que não é possível desenvolver em escolas mais pequenas e, por isso, menos equipadas.
- . A Escola Nuclear funciona, conseqüentemente, como um centro de dinamização e de apoio, tanto sob o ponto de vista pedagógico como de instalações, articulando-se este conjunto de escolas num sistema de trabalho participado e coordenado.
- . A Escola Nuclear é, por isso, uma Escola Básica 2,3 (EB 2,3), ou uma Escola Básica Integrada (EB 1,2,3) ou uma Escola Básica Integrada com JI (EBI/JI). Estes tipos de escola, constituindo em si mesmo equipamentos diferenciados para a população escolar da sua área de influência, traduzir-se-ão ainda num benefício significativo para todas as escolas articuladas no Território Educativo, que assim irão dispor de apoio pedagógico acrescido e de um conjunto de recursos qualitativamente superiores.
- . A área de influência de cada Território Educativo deve ser definida pelas Direcções Regionais de Educação, com base na metodologia da Carta (Escolar) Educativa, devendo ser consultadas obrigatoriamente as Autarquias Locais e, sempre que possível, as Associações de Pais.

Uma preocupação importante a ter na definição dos territórios educativos é não se separar em territórios diferentes as escolas que façam parte do mesmo agrupamento.

5 - Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho

O concelho de Oleiros fica localizado na região Centro, pertence ao distrito de Castelo Branco e tem por limites: a Norte, os concelhos de Pampilhosa da Serra e Fundão; a Este, o concelho de Castelo Branco; a Sul, o concelho de Proença-a-Nova; e de Sul para Oeste, o concelho da Sertão. Oleiros é parte integrante do agrupamento de concelhos da Sub-região Pinhal Interior Sul (unidade territorial NUT nível III).

A vila de Oleiros é, sem dúvida, o núcleo central da hierarquia porque polariza a actividade económica e administrativa do concelho, como também envolve o mais significativo número de equipamentos colectivos e de apoio à actividade socio-económica. A sua capacidade de atracção sobre o resto do concelho é manifestamente superior aos restantes aglomerados, porque detém uma posição chave na estrutura posicional de oferta e acesso a bens e serviços. Paralelamente, é o aglomerado de maior volume populacional e urbanístico.

Do ponto de vista geológico, a região em que o concelho se insere possui uma grande uniformidade, sendo constituída essencialmente por xistos. Sobre estes, jazem por vezes, possantes bancadas de quartzitos que, pela sua dureza, sobressaem na paisagem. A montante das soleiras de rocha dura que as cristas de quartzito proporcionam, desenvolvem-se meandros de dureza, dissimétricos. Ao atravessarem os afloramentos quartzíticos, os rios ou provocam imponentes vales em garganta ou, quando incapazes de talhar a rocha, despenham-se através de quedas de água. As serras mais importantes vêm no prolongamento da Serra da Gardunha no sentido de Sudoeste, atravessando o concelho, e abrangem as serras de Alvelos, Muradal e Lontreira. As respectivas altitudes vão diminuindo à medida que se caminha de Norte para Sul, em direcção ao vale do Tejo.

Em termos paisagísticos, o concelho situa-se no coração da chamada zona do Pinhal, que em tempos ainda recentes foi uma das maiores manchas florestais de toda a Europa e a maior mancha de pinheiro bravo da Europa. Em relação aos solos pode-se adiantar que, quase em toda a sua totalidade, são de aptidão florestal, tratando-se de solos pobres, delgados, em que a espessura não vai além dos 10 cm. São solos ácidos e sem carbonatos no perfil, e que estão sujeitos a forte erosão devido ao facto de se encontrarem em zonas de encosta, que são uma constante em toda a região. Poucos são os solos que permitem uma utilização agro-pecuária mais intensa, e os que existem, estão extremamente divididos.

A sua área florestal é constituída principalmente por pinheiros (bravos), reflexo das características próprias da região. Esta área florestal tem sido assolada sucessivamente por incêndios que têm dizimado toda a cultura existente.

O concelho confina a Norte com o rio Zêzere e o clima da região em que se insere é tipicamente continental, o que resulta do facto de se localizar numa zona de transição, recebendo influências quer do clima Atlântico quer do Mediterrâneo: húmido, com Invernos rigorosos e Verões quentes.

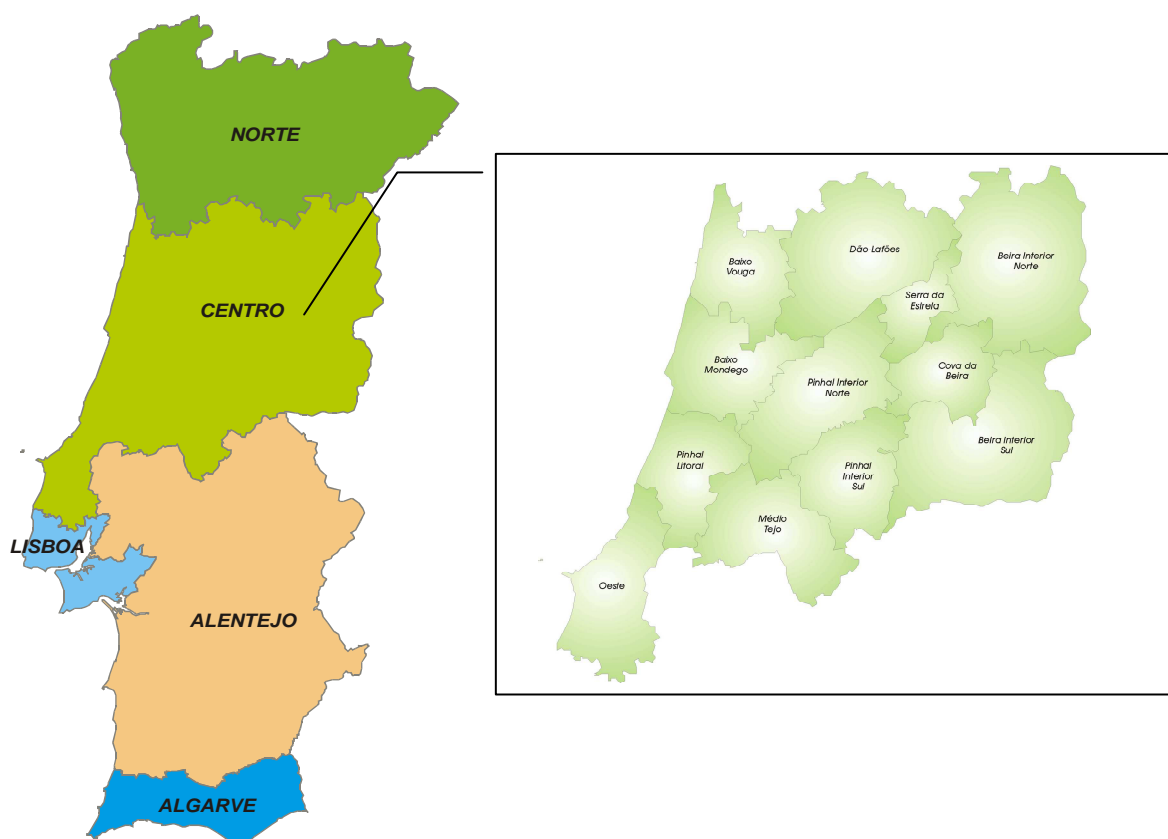


Figura 1. Enquadramento Territorial do concelho de Oleiros, a nível nacional e regional

O concelho de Oleiros tem uma área de cerca de $471,1 \text{ km}^2$ ¹, é constituído por 12 freguesias e possui uma população total de 6.677 pessoas²; este último dado faz ressaltar a baixa densidade populacional³ ($14,2/\text{km}^2$), tanto em relação ao Pinhal Interior Sul ($23,5/\text{km}^2$), como em relação à região Centro ($63,2/\text{km}^2$).

¹ Carta Administrativa Oficial de Portugal (2005).

² XIV RGP, 2001, INE (2002).

³ População: XIV RGP, 2001, INE (2002); Áreas: Anuário Estatístico da Região Centro, INE (2004).

Quadro 1. Área e População nas freguesias do concelho de Oleiros, 2001

FREGUESIAS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE
ÁLVARO	29,41	315
AMIEIRA	28,15	207
CAMBAS	48,54	349
ESTREITO	69,98	969
ISNA	27,94	304
MADEIRÃ	26,87	225
MOSTEIRO	17,70	422
OLEIROS	115,49	2.470
ORVALHO	33,31	689
SARNADAS DE SÃO SIMÃO	31,00	317
SOBRAL	19,16	251
VILAR BARROCO	23,54	159
TOTAL	471,09	6.677

Fonte: Área: Carta Administrativa Oficial de Portugal (2005); População Residente: XIV RGP, 2001, INE (2002).



Figura 2. Concelho de Oleiros e as suas freguesias

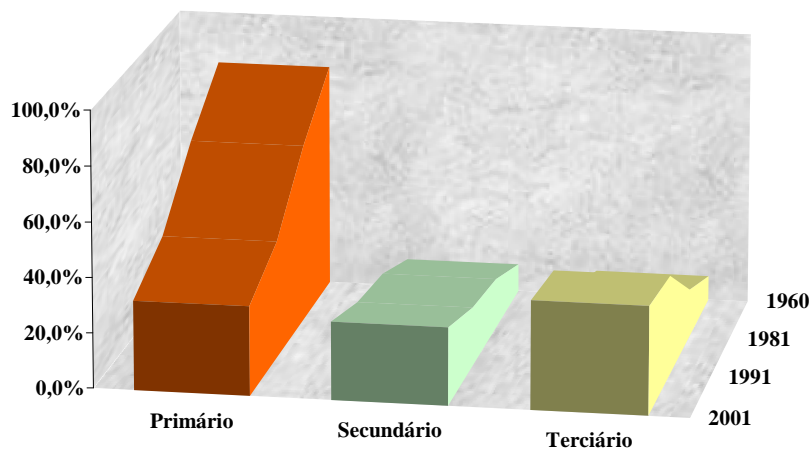
6 – Caracterização Socio-Económica do Concelho

6.1 - A socio-economia regional

6.1.1 - Sectores de Actividade

O concelho de Oleiros vive hoje em dia uma situação que é recorrente encontrar em municípios localizados no interior de Portugal: a desertificação populacional. Este fenómeno acaba por ser arrasador para a economia local no sentido em que diminui em volume um dos principais factores produtivos - o trabalho humano. Pode-se constatar no gráfico seguinte que, das cerca de 5.700 pessoas empregues em 1960, resta hoje apenas 40% desse emprego. Assiste-se paralelamente a um efeito de terciarização das actividades económicas, efeito que é extensível a toda a “aldeia global”. Apesar desta realidade, continua-se a tentar lutar pela sobrevivência económica do concelho, procurando-se motivar o empreendedorismo e a exploração económica em sectores onde existem na região vantagens comparativas.

Gráfico 1. Estrutura percentual do emprego, segundo o sector de actividade



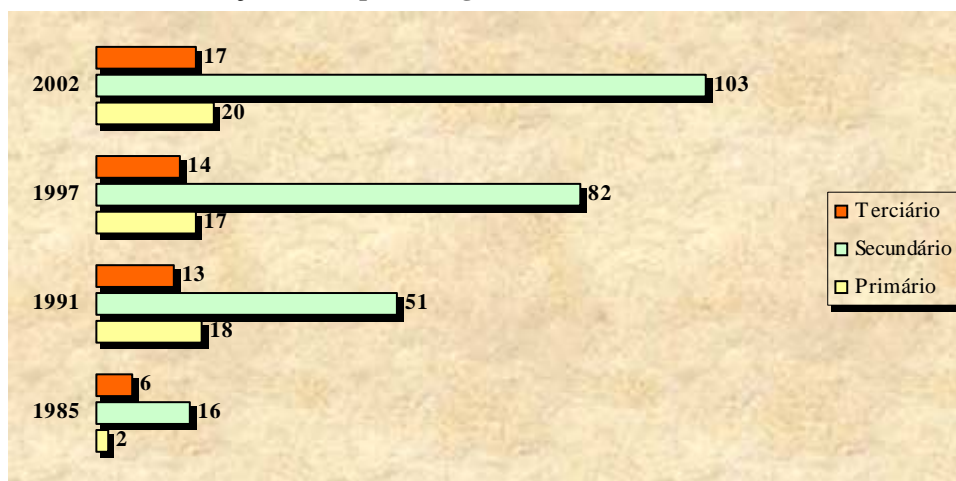
Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

O gráfico anterior apresenta uma reconfiguração das importâncias sectoriais ao longo dos últimos quarenta anos, verificando-se o ganho no sector terciário e no sector secundário (produtivo transformador) em contraponto com a diminuição das actividades primárias,

possuidoras de um peso percentual bastante grande na década de 60. A dinâmica terciária é particularmente evidente.

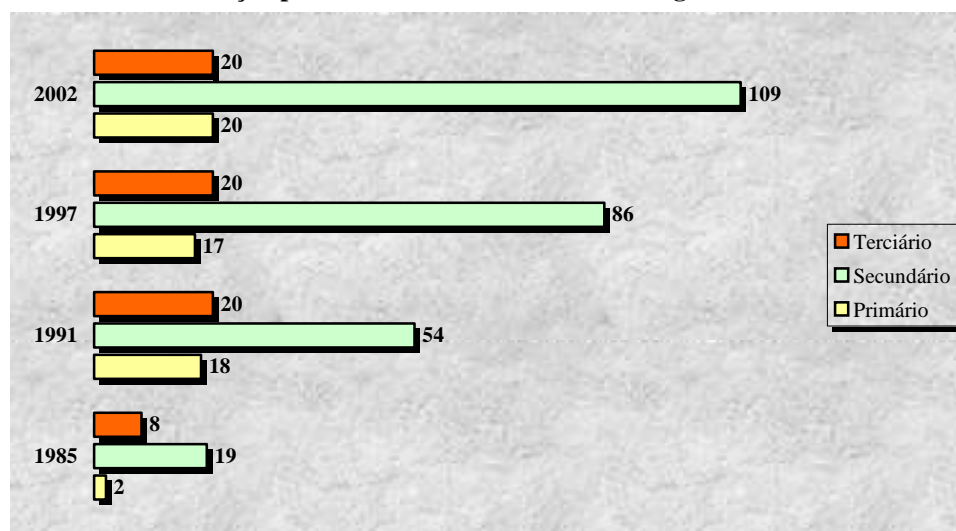
A forma como as empresas, os estabelecimentos e as pessoas ao serviço se repartem sectorialmente é apresentada nos gráficos seguintes

Gráfico 2. Distribuição das empresas segundo os sectores de actividade



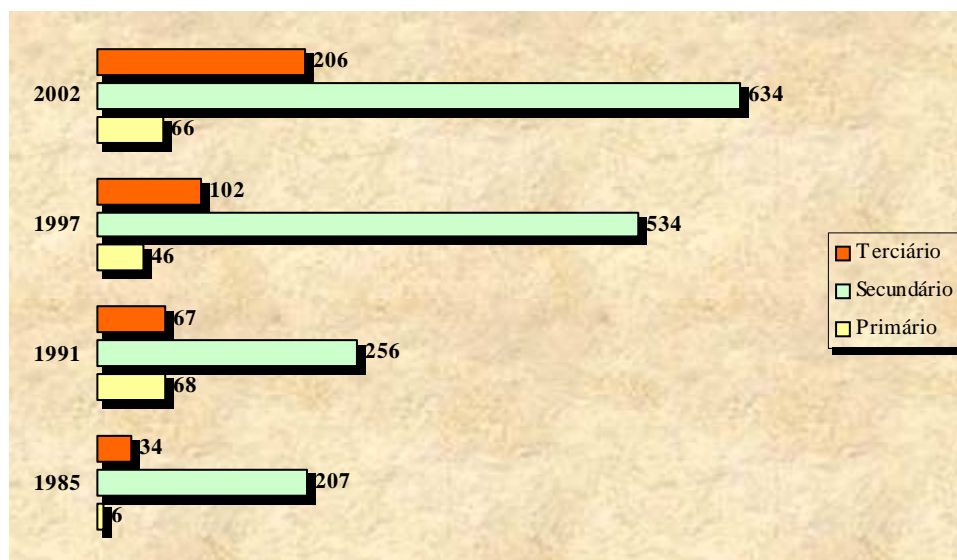
Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 3. Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 4. Distribuição percentual das pessoas ao serviço dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

É possível por estes dados (embora num período cronológico menos alargado) verificar que o sector secundário tem revelado uma dinâmica positiva, sendo de facto o sector mais importante aos vários níveis analisados, incluindo as pessoas ao serviço. No sector terciário, não é corroborada a terciarização da economia em termos empresariais, pelo menos de forma significativa. A diminuição da importância relativa do sector primário é também visível, o que pode estar relacionado com um maior nível de empresarialização do sector agrícola.

6.1.2 - Actividades Económicas

Em termos das actividades económicas representadas no concelho, as tradicionais actividades agrícolas, florestais e pastoris encontram-se em transição e cedência relativamente a outras actividades, num processo de recomposição das actividades económicas. As actividades agrícolas constituem ainda uma parte significativa do total representado, tanto em número de empresas/estabelecimentos, como de pessoas ao serviço; a tendência visível apresenta, no período considerado, valores relativamente constantes da fileira agrícola (ao nível primário) que não permite uma evolução das indústrias agro-alimentares.

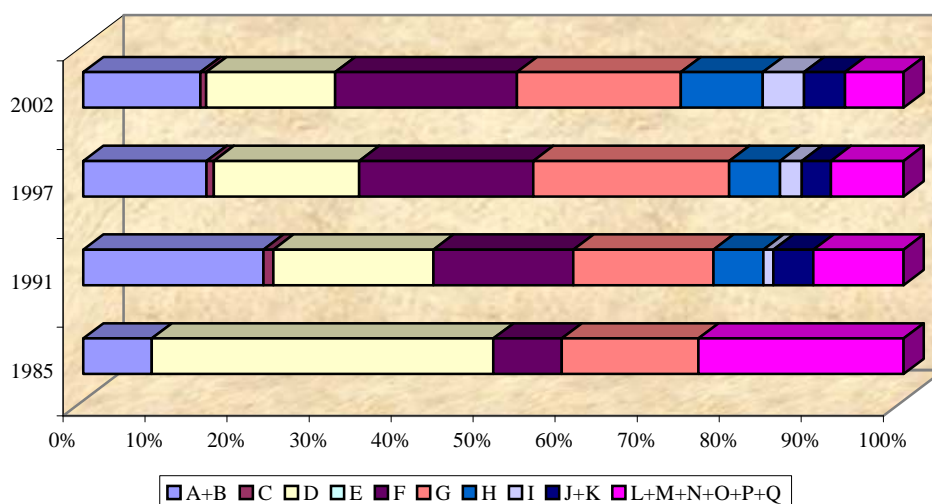
Outros sectores particularmente activos têm sido a construção e o alojamento e restauração, importante ao nível de formação de emprego, rendimento e de bem-estar da população, mas que

em termos produtivos tem um impacto muito reduzido. Da mesma forma, o comércio tem tido um crescimento forte, tanto em termos empresariais e em termos de emprego.

A evolução das indústrias transformadoras tem sido bastante lento; apenas se nota algum dinamismo nas indústrias alimentares e das madeiras, aproveitando os recursos existentes na região. Verifica-se que, salvo algumas exceções, estas actividades envolvem um grau de transformação muito a montante da cadeia de valor, sendo que o valor acrescentado acaba por ser bastante baixo relativamente ao potencial. O concelho apresenta uma actividade industrial escassa, apesar do peso em termos de número de trabalhadores, existindo um conjunto de empresas transformadoras de recursos locais, unidades de pequena dimensão de cariz local e familiar, mas sem estratégias evidentes de desenvolvimento. O tecido empresarial do concelho é caracterizado pela existência de pequenas empresas, na sua maioria sem capacidade para se afirmarem em mercados mais competitivos, possuindo deficiências em termos de organização produtiva, capacidade de gestão e recursos humanos qualificados. Alguns casos contrariam, esta situação, como é exemplo de excelência e referência nacional a “Pirotecnia Oleirense”.

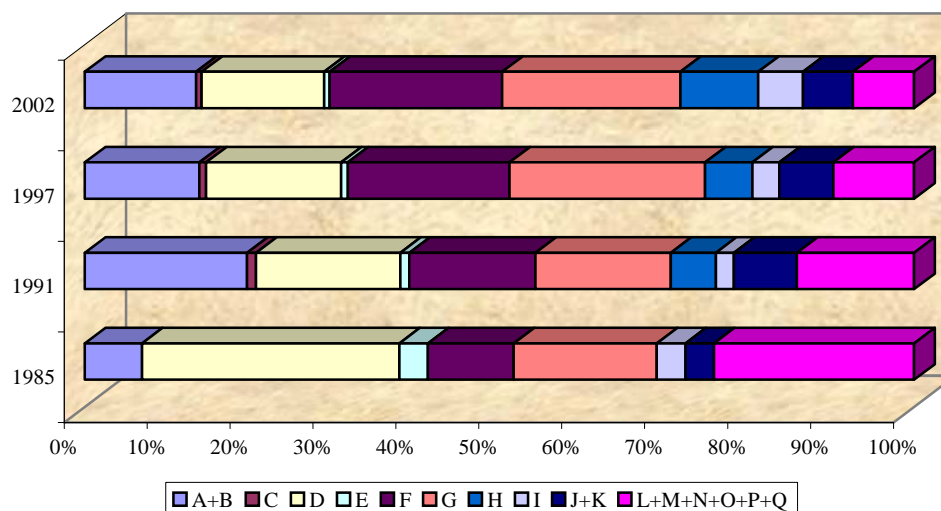
Apresentam-se nos gráficos seguintes as repartições, de acordo com o CAE (quadro A.5 do Anexo Estatístico), das empresas, dos estabelecimentos e das pessoas ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Oleiros.

Gráfico 5. Peso percentual do número de empresas por actividades económicas



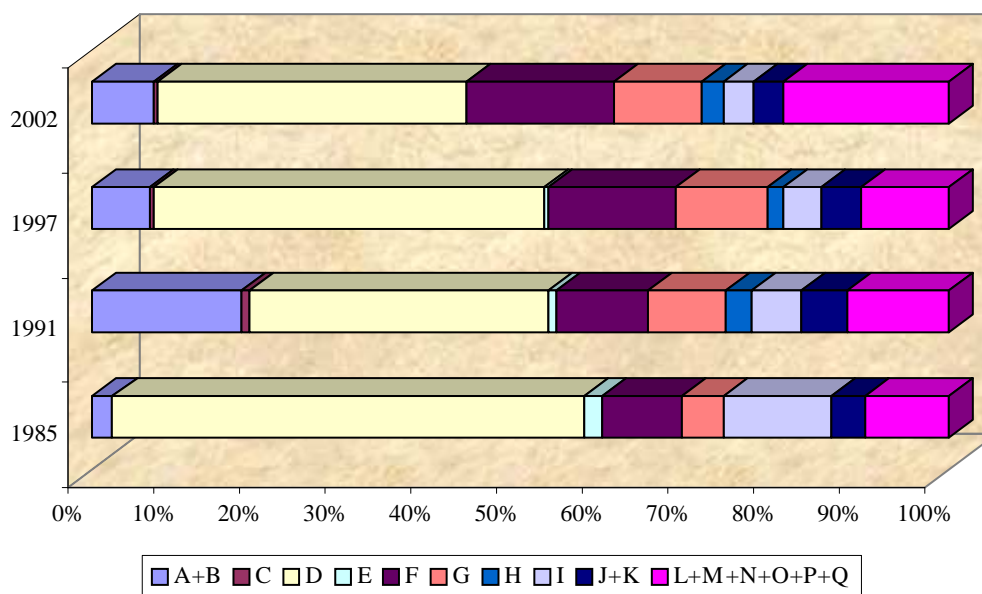
Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEPP, 2002.

Gráfico 6. Peso percentual do número de estabelecimentos por actividades económicas



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEPP, 2002.

Gráfico 7. Peso percentual de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, por actividade económica



Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEPP, 2002.

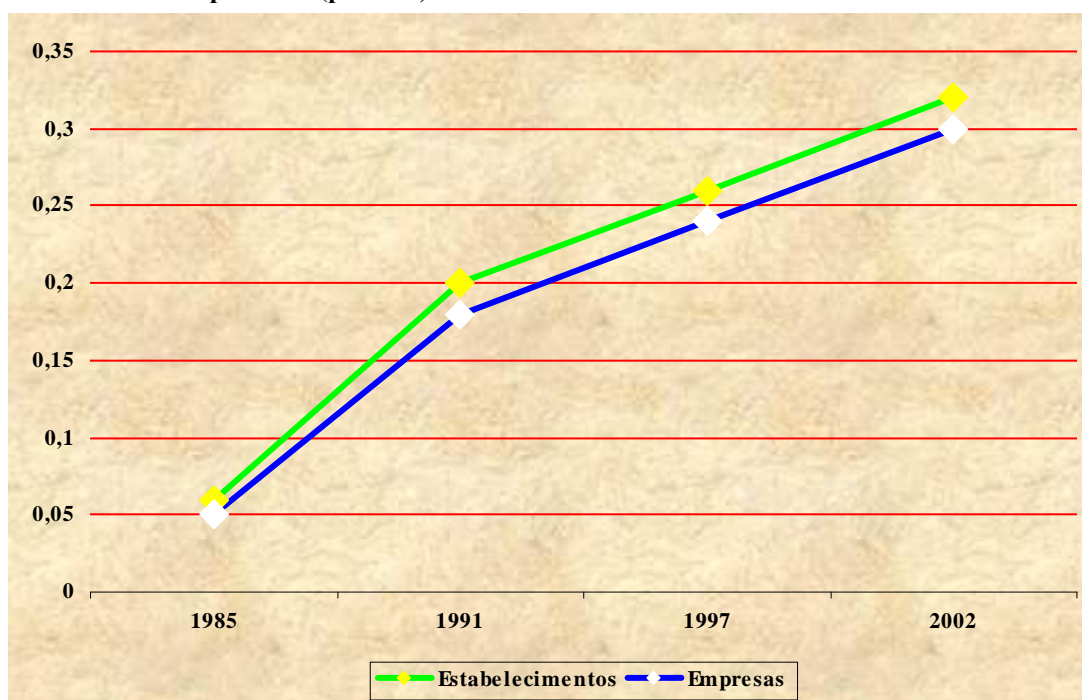
A densidade empresarial, retratada pela relação entre o número de empresas e a área do concelho, apresenta em 2002 um valor de 0,30 empresas e 0,32 estabelecimentos por km², o que revela um aumento relativamente a anos anteriores. O quadro e gráficos seguintes pretendem retratar essa densidade desde 1985.

Quadro 2. Densidade empresarial (por km²)

	Área (km ²)	1985	1991	1997	2002
Estabelecimentos	465,52	0,06	0,20	0,26	0,32
Empresas	465,52	0,05	0,18	0,24	0,30

Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 8. Densidade empresarial (por km²)



Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

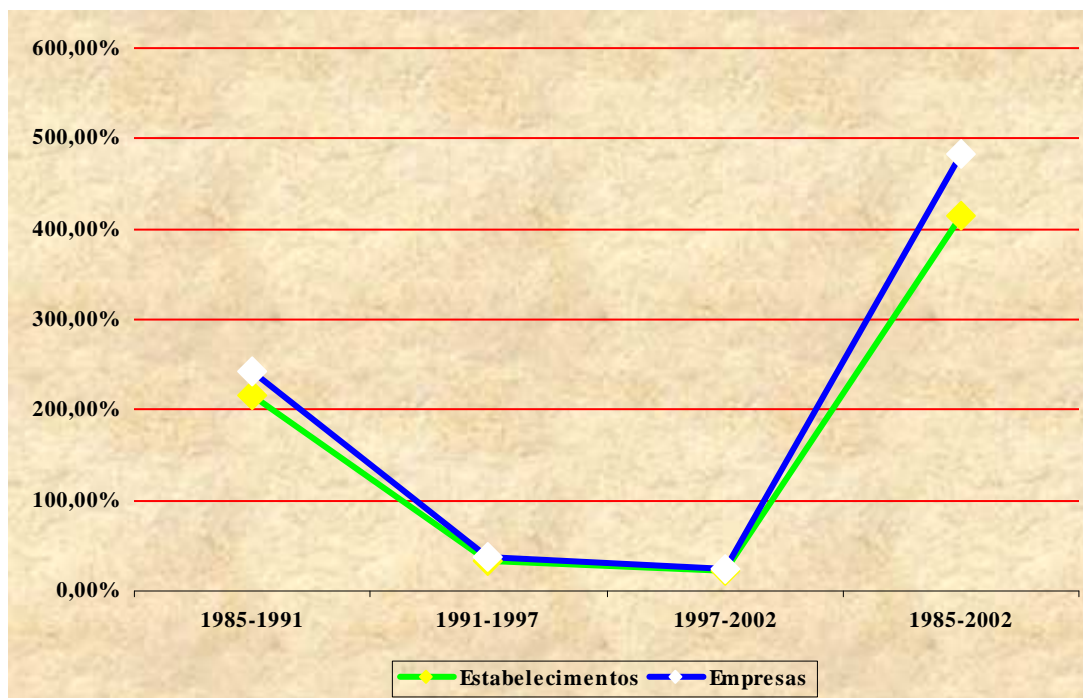
Em termos de dinâmica empresarial, as taxas de crescimento empresarial são também significativas, tendo sido superior a 400% entre 1985 e 2002. Nota-se, no entanto que essa dinâmica tem vindo a diminuir significativamente com o passar do tempo, o que pode ser observado no quadro e gráfico seguintes. Haverá que levar em linha de conta que não são retratadas as empresas que entretanto foram fechando por razões diversas.

Quadro 3. Dinâmica Empresarial (taxas de crescimento)

	1985-1991	1991-1997	1997-2002	1985-2002
Estabelecimentos	217,24%	33,70%	21,14%	413,79%
Empresas	241,67%	37,80%	23,89%	483,33%

Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Gráfico 9. Dinâmica Empresarial (taxas de crescimento)



Fonte: Calculado a partir de: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

6.1.3 - Estrutura do Emprego

O emprego registado no concelho de Oleiros parte de uma base de população activa muito baixa, confirmada pela taxa de actividade de 36,1% (2001). Houve, no entanto uma subida desta taxa relativamente a 1981 (34,8%) e a 1991 (30,1%), fruto de um aumento significativo no emprego feminino. Aquela taxa de actividade representa, na prática, 2.463 pessoas, das quais 2.377 se encontram empregadas.

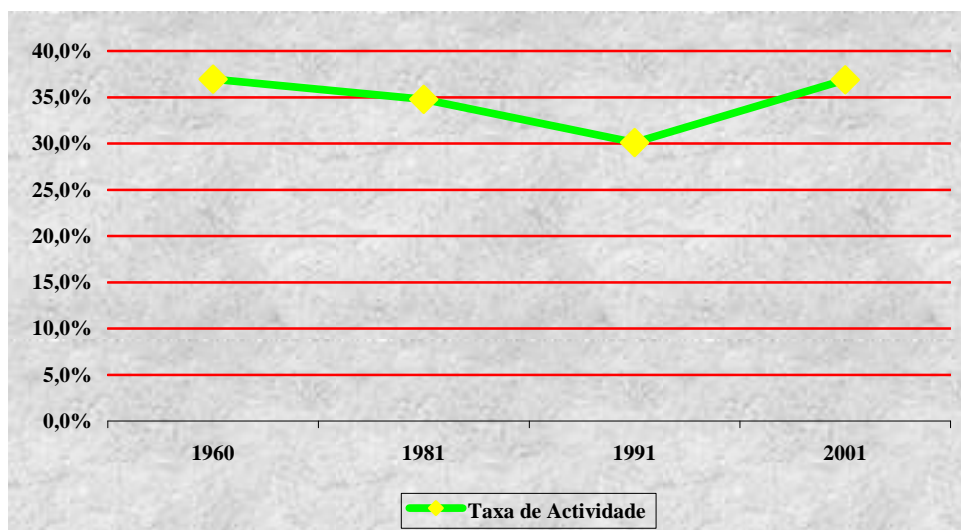
Os dados relativos ao emprego e à taxa de actividade podem ser observados no quadro 4 e no gráfico 10.

Quadro 4. População activa, população residente e taxa de actividade

Anos	População Activa	População Residente	Taxa de Actividade
1960	5.750	15.553	37,0%
1981	3.542	10.183	34,8%
1991	2.337	7.767	30,1%
2001	2.463	6.677	36,9%

Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

Gráfico 10. Taxa de actividade



Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

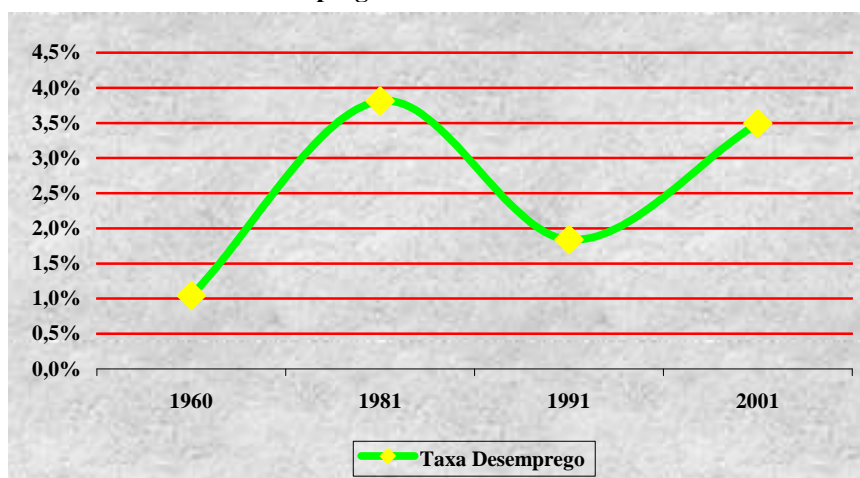
A taxa de desemprego registada em 2001 é relativamente baixa, cifrando-se em 3,5% da população activa (Quadro 5 e Gráfico 11). Este indicador apresenta alguma variabilidade desde os anos 60. A leitura que se poderá fazer sobre o valor relativamente baixo é que apesar da desertificação populacional a que o concelho tem sido sujeito, tem existido capacidade empresarial local de conseguir fixar activamente a população que decide permanecer.

Quadro 5. Emprego, Desemprego e Taxa de Desemprego

Anos	População Activa	População Empregada	População Desempregada	Taxa Desemprego
1960	5.750	5.690	60	1,0%
1981	3.542	3.407	135	3,8%
1991	2.337	2.294	43	1,8%
2001	2.463	2.377	86	3,5%

Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

Gráfico 11. Taxa de Desemprego



Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2001, INE, 2002.

A situação é preocupante pois se analisarmos o gráfico 11 observamos uma tendência cíclica; para além disso o desemprego registado apresenta algumas características estruturais – em cerca de 60% dos casos trata-se de desempregados à procura de novo emprego e mais de 40% dos desempregados ou não fez diligências para obter emprego ou fê-lo há mais de 1 ano. Pode-se aferir esta situação nos quadros seguintes.

Quadro 6. População desempregada, por tipo de desemprego (2001)

População Desempregada	86
População Desempregada, procura 1.º emprego	36
População Desempregada, procura novo emprego	50

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Quadro 7. População residente desempregada, segundo a condição de procura de emprego

	Sentido Lato		Fez Diligências								Não fez Diligências	
			Até 1 Mês]1 - 4 Meses]]4 Meses - 11 Meses]		12 + Meses			
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Oleiros	86	37	29	11	13	7	9	3	18	8	17	8

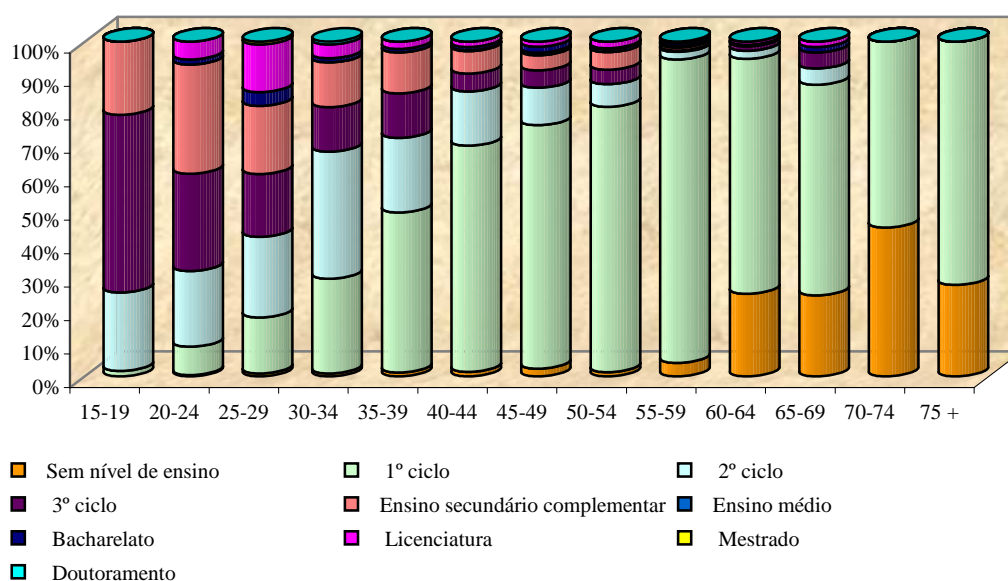
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

De registar que cerca de 68,5% da população residente não tem qualquer actividade económica, fenómeno associado à desertificação populacional (que afecta os mais jovens – activos potenciais) e ao envelhecimento populacional.

Dos que têm actividade económica, apenas 4,6% não possui qualquer nível de ensino, 52,4% completou o 1.º Ciclo, 16,1% completou o 2.º Ciclo e 11,1% o 3.º Ciclo; apenas 10,7% completou o Ensino Secundário e 0,2% o ensino médio; quanto a formação superior, 1,3% está habilitado com o grau de bacharel, 3,4% com o grau de licenciado; a nível pós-graduado, apenas 0,16% possui o grau de mestre ou de doutor.

No gráfico 12, é possível verificar que à medida que se sobe no escalão etário, maior é a percentagem de pessoas que não possui qualquer nível de educação completa. Verifica-se igualmente que nos escalões etários mais baixos, a população sem qualquer nível de ensino é bastante diminuta. É de realçar que existe uma significativa percentagem de alunos entre os 15 e os 19 anos que possui já o Ensino Secundário completo (cerca de 20%) que sobe para mais de 30% no escalão 20-24 anos. No escalão dos 25 a 29 anos, a percentagem de alunos que possui licenciatura ou bacharelato ronda os 20%.

Gráfico 12. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, com actividade económica (sentido lato) e nível de instrução

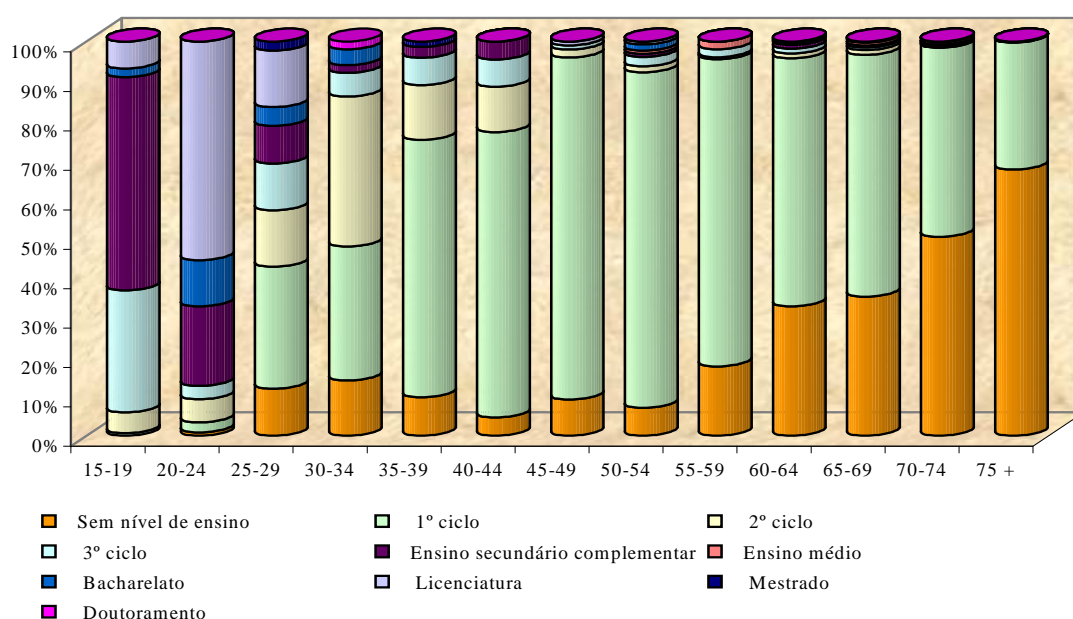


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

No gráfico 13, podemos constatar que nos escalões mais baixos são bastante fortes os pesos percentuais de conclusão dos diversos graus de ensino, revelando uma forte presença de estudantes. O forte índice de conclusão do Ensino Secundário no escalão etário mais baixo e os pesos percentuais da conclusão de licenciatura nos dois escalões seguintes reforçam uma

trajectória formativa positiva e que garante o futuro potencial de uma geração de empreendedores mais qualificados, mais globais e que sustentem as almejadas esperanças de combater o posicionamento periférico da região. No caso dos escalões etários mais elevados, regista-se, tal como no caso anterior, uma relação directa entre a idade e o peso percentual de população sem qualquer tipo de formação ou com baixa formação.

Gráfico 13. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, sem actividade económica (sentido lato) e nível de instrução



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

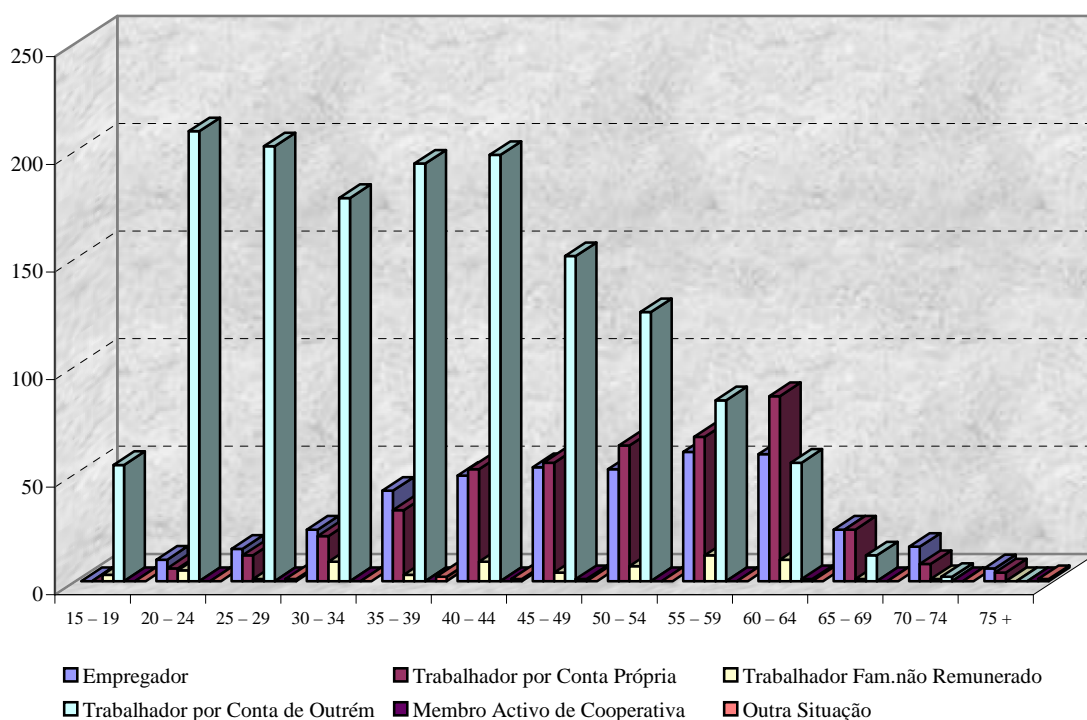
No gráfico anterior, estão compreendidos cumulativamente os estudantes, domésticos, reformados, incapacitados permanentes para o trabalho e outros. Em termos de peso percentual, os reformados constituem 68% da população residente sem actividade económica, os domésticos 15% e os estudantes 11,2%. O peso dos reformados faz-se notar no gráfico pelo pendor à esquerda em termos de população sem nível de ensino.

Quanto à população residente empregada (gráfico 14) verifica-se que dos activos 96,5% encontra-se empregado, sendo que a taxa de empregabilidade é de 100% para maiores de 69 anos, enquanto nos intervalos [15-19 anos] e [20-24 anos], as taxas são bastante inferiores – 89,1% e 88,1% respectivamente. Acima do escalão etário [30-34 anos] a percentagem de empregabilidade é sempre superior a média, enquanto que abaixo desse escalão (inclusive) é

sempre inferior a média. No concelho de Oleiros, o problema do desemprego afecta, de forma mais intensa, as camadas mais jovens.

Em termos do emprego perante a situação na profissão, verifica-se que cerca de 62% dos activos empregues trabalham por conta de outrem, enquanto cerca de 17% são empregadores e apenas cerca de 18% se instalaram por conta própria. A preferência pela estabilidade profissional é notória, enquanto a assumpção do risco, retratada pelas situações de empregador e trabalho por conta própria, é moderada, numa região marcada por algumas deficiências no mercado de trabalho, na dimensão do mercado e na sustentabilidade das actividades económicas.

Gráfico 14. População residente empregada, com actividade económica, segundo a situação na profissão, por grupo etário



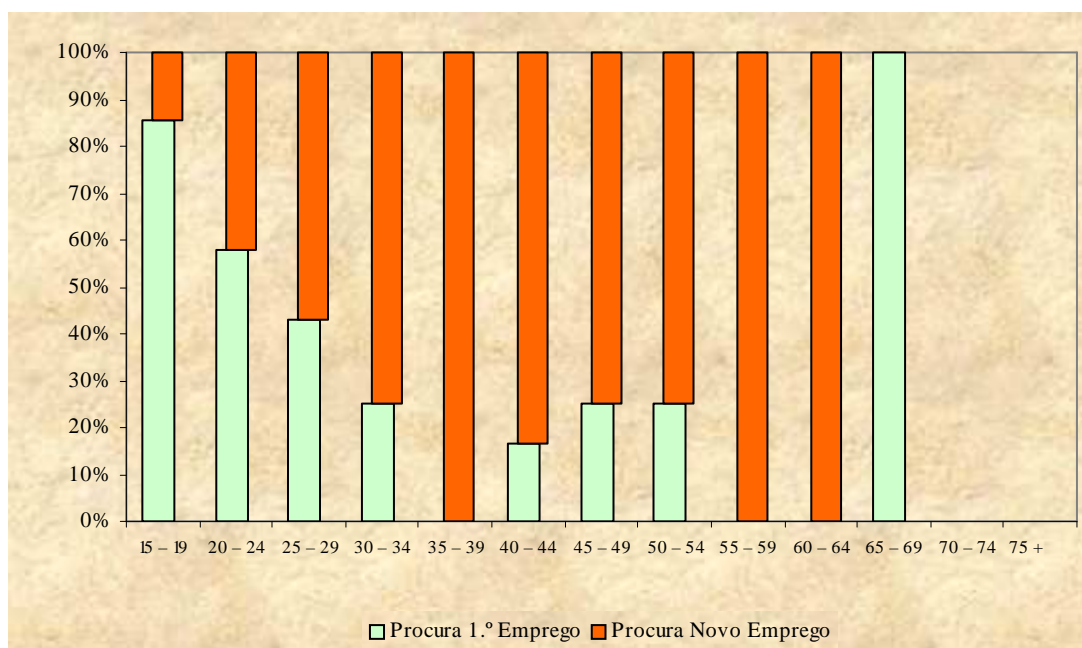
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

É possível verificar no gráfico 14 que a maior percentagem do trabalho é por conta de outrem (já referido anteriormente), havendo uma menor apetência para assumir o risco profissional.

No gráfico 15 são apresentados os dados relativos ao desemprego. No total da população desempregada, 42% procura o seu primeiro emprego e 58% procura um novo emprego, o que,

apesar da trajectória de envelhecimento, indica que a população com idade mais avançada conseguiu obter alguma estabilidade no seu emprego. Mesmo nas classes etárias mais baixas, é evidente o predomínio desta situação que se sedimenta com o evoluir dos intervalos etários considerados. De referir que não existe qualquer activo desempregado com mais de 70 anos.

Gráfico 15. População residente desempregada, por tipo de procura de emprego em peso percentual, por grupo etário



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Ainda em termos de emprego, mas relativamente às profissões, verifica-se uma distribuição relativamente homogénea, com predominância dos “Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas”, dos “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” e ainda do “Trabalhadores Não Qualificados”. Estes dados apontam para a execução de tarefas com menor complexidade face a outras profissões, mas que se coaduna com a realidade económica do concelho.

Quadro 8. População residente empregada segundo grupos de profissões, de acordo com a CNP⁴

	Total	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G0
Oleiros	2.377	138	64	82	135	246	696	433	216	353	14
	100,00%	5,81%	2,69%	3,45%	5,68%	10,35%	29,28%	18,22%	9,09%	14,85%	0,59%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

6.1.4 - Outros dados sócio-económicos

O concelho de Oleiros apresenta um índice de envelhecimento⁵ em 2002 de 392,8% (INE), o que significa que existe 3,9 pessoas com idade superior ou igual a 65 anos por cada criança com idade inferior ou igual a 14 anos. Este dado apenas vem confirmar o anteriormente assinalado sobre o processo estrutural de envelhecimento do concelho.

Se se comparar o índice de envelhecimento no concelho de Oleiros com o índice de envelhecimento em Portugal (105,5%, em 2002), constata-se quão longe se encontra o concelho da média nacional.

Outro aspecto relevante corresponde ao poder de compra concelhio per capita, isto é, a capacidade de aquisição localizada, que se cifra em 47% da média de poder de compra nacional e que se traduz em capacidade de aquisição limitada, seja em virtude da ausência de concorrência no mercado local (com a inerente prática de preços mais elevados junto do consumidor), seja por menores remunerações médias dos empregados locais. De referir em abono dessa capacidade de aquisição que o indicador per capita cresceu sistematicamente no concelho desde 1995, registando-se, no entanto, uma queda em 2002.

Quanto ao peso do poder de compra no concelho de Oleiros relativamente ao total do país, ele é praticamente irrelevante, com 0,03% do total e que, no período analisado, não sofre oscilações relevantes, mas tem vindo a ganhar peso.

Quanto ao factor dinamismo relativo, pode-se verificar uma alternância cíclica deste factor, o que significa que as actividades turísticas não têm sido devidamente acauteladas e aproveitadas no processo de desenvolvimento concelhio.

⁴ Classificação Nacional de Profissões: G1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa; G2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; G3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário; G4 – Pessoal Administrativo e Similares; G5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores; G6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; G7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; G8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem; G9 – Trabalhadores Não Qualificados; G0 – Membros das Forças Armadas.

⁵ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

Os dados podem ser confirmados pelo quadro seguinte.

Quadro 9. Poder de compra

Oleiros	1995	1997	2000	2002	2004
Indicador per capita ⁶	38,49	46,72	48,97	43,1	47,40
% do poder de compra ⁷	0,0284	0,0324	0,0305	0,0283	0,0292
Factor dinamismo relativo ⁸	0,0402	-0,0162	-0,0989	0,0278	-0,0090

Fonte: Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, INE, 1995, 1997, 2000, 2002 e 2004.

Outros dados que interessa referir, cujo impacto é reversível para as explorações agrícolas e silvícolas e, portanto, para a produtividade das actividades primárias, estão relacionados com os incêndios que têm vindo a assolar o concelho, com maior intensidade nos últimos anos.

Verificou-se que, em 2002, a área ardida (em povoamentos florestais e em matos) no concelho atingiu os 411 ha (cerca 0,9% da área do concelho), correspondentes a 16 incêndios/reacendimento ocorridos. Apesar destes dados, a influência dos incêndios tem sido uma chaga difícil de ultrapassar no concelho.

Quadro 10. Impacto dos incêndios, 2002

Incêndios florestais (área ardida em povoamentos florestais)	398,0 ha
Incêndios florestais (área ardida em matos)	13,0 ha
Incêndios florestais (n.º de ocorrências) ⁹	16

Fonte: INE.

Quanto aos dados relativos ao consumo de electricidade (quadro 11), são apresentados comparativamente ao território nacional. Verifica-se que em termos individuais, os consumos doméstico e industrial estão bastante longe da média nacional. Observamos que o consumo doméstico corresponde a cerca de metade, e consumo industrial corresponde a menos de 1/5

⁶ Número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100.

⁷ Permite aferir o peso de poder de compra de cada concelho (ou região) no total do país que toma o valor 100% (ponderando o IpC de cada concelho pelo seu efectivo populacional).

⁸ O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões do País. O FDR mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal.

⁹ O número de ocorrências corresponde à soma do número de incêndios com o número de reacendimentos.

dessa média. Em termos globais, o consumo doméstico no concelho corresponde a 0,04% do total nacional e o consumo industrial a 0,02% desse mesmo total.

Quadro 11. Consumo de Electricidade, 2002

	Portugal	Oleiros
Consumo Doméstico de Electricidade por Consumidor¹⁰	2,3 milhares de kWh	1,1 milhares de kWh
Consumo Industrial de Electricidade por Consumidor	102,3 milhares de kWh	18,8 milhares de kWh
Consumo Doméstico de Electricidade	11.381.968,8 milhares de kWh	4.996,0 milhares de kWh
Consumo Industrial de Electricidade	17.113.117,6 milhares de kWh	2.992,9 milhares de kWh

Fonte: INE.

6.1.5 - Índices de Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) correspondem a índices mais ou menos simplificados e o seu cálculo parte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU)¹¹. O IDES¹² resulta das quatro componentes básicas do IDH original, modificando-se o modo de cálculo do índice associado ao rendimento: o PIB per capita é calculado a preços constantes e em euros, tomando-se como referência o concelho com o PIB per capita mais elevado. O IDS¹³ é representado através da média aritmética dos índices da esperança de vida média, do índice global de conforto e do índice de educação.

O IDS procura constituir uma aproximação às condições sociais que prevalecem num dado espaço geográfico (ao nível do conforto da habitação, da saúde e educacional) enquanto o IDES procura incorporar também uma aproximação ao nível de rendimento disponível, através da consideração do índice per capita do PIB.

¹⁰ Os valores apresentados para o consumo e nº de consumidores de energia eléctrica dizem respeito ao universo das empresas de produção/distribuição do país (e não apenas aos fornecimentos da EDP) e incluem a autoprodução e a cogeração.

¹¹ Para maiores desenvolvimentos ver Carvalho, A. e Matias, S. (2004). *Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas. Prospectiva e Planeamento*, 2004(10), 87-161, DPP.

¹²
$$IDES = \frac{IEDU + IEV + IC + IPIB}{4}$$
, em que IEDU é o Índice de Educação, IEV é o Índice da Longevidade, IC é o Índice de Conforto e IPIB é o Índice do PIB per capita a preços constantes, em €.

¹³
$$IDS = \frac{IEDU + IEV + IC}{3}$$

Quadro 12. Índices de Desenvolvimento

Índices	1991	2001	Δ 1991-2001 (%)
Índice de Conforto	0,770	0,947	23
Índice da Longevidade	0,832	0,875	5,2
Índice de Educação	0,668	0,750	12,3
Índice do PIB	0,224	0,329	46,9
IDES (média nacional)	0,764	0,823	7,7
IDES (concelho)	0,624	0,725	16,2
IDS (média nacional)	0,878	0,915	4,2
IDS (concelho)	0,757	0,857	13,2

Fonte: Carvalho e Matias (2004).

No caso do concelho de Oleiros, os valores são positivos em termos de qualquer dos indicadores analisados; para além disso, tanto no IDES como, particularmente, no IDS verifica-se uma redução do diferencial para a média, o que significa uma convergência real de ambos os índices para a média nacional, com a consequente diminuição da assimetria regional.

Se se analisarem as componentes dos índices de desenvolvimento, verifica-se um crescimento bastante acentuado no IDES via variável de rendimento, compreensível pelo grande crescimento do PIB a nível nacional durante a década de 90 (cerca de 2,6% ao ano), a que o concelho não foi naturalmente imune. O índice de educação é o que, entre os que compõem o IDS, aquele que mais se evidencia, com um crescimento superior a 10,25%, reflectindo uma das apostas locais mais salientes.

Concomitantemente com a análise da evolução dos índices de desenvolvimento pode perspectivar-se a análise da evolução dos correspondentes défices de desenvolvimento, a qual corrobora as conclusões anteriores.

Quadro 13. Défices de Desenvolvimento

Índices	1991	2001	Δ 1991-2001
Índice de Conforto	0,230	0,053	-76,96%
Índice da Longevidade	0,168	0,125	-25,60%
Índice de Educação	0,332	0,250	-24,70%
Índice do PIB	0,776	0,671	-13,53%
IDES (média nacional)	0,236	0,177	-25,00%
IDES (concelho)	0,376	0,275	-26,86%
IDS (média nacional)	0,122	0,085	-30,33%
IDS (concelho)	0,243	0,143	-41,15%

Fonte: Baseado em Carvalho e Matias (2004).

Os valores negativos da variação correspondem, de facto, a melhoria das condições de desenvolvimento do concelho, salientando-se a evolução conseguida com o índice de conforto.

7 - Análise demográfica do Concelho

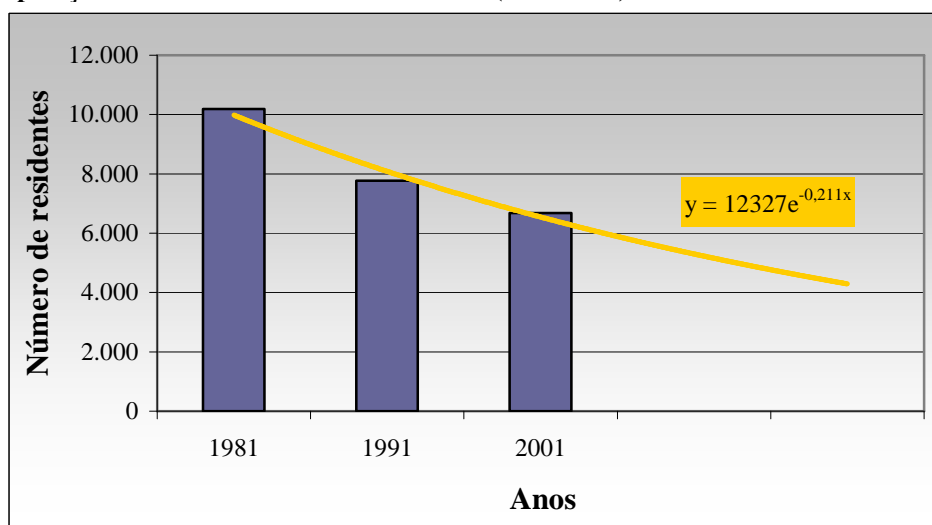
Neste ponto efectuar-se-à uma análise das dinâmicas demográficas que têm sido registadas no concelho de Oleiros nos últimos anos, procurando, por um lado, enfatizar a distribuição geográfica e, a estrutura etária, e por outro, atentar especificamente à evolução da população em idade escolar.

Tendo em conta os dados do último recenseamento (INE, 2002a), constatamos que a população residente cresceu na Região Centro em cerca de 60.000 pessoas devido ao regresso de muitos emigrantes portugueses provenientes principalmente de França e ao ingresso de imigrantes de outros países (nomeadamente de Leste), já que a positividade do saldo migratório interno¹⁴ é marginal e o crescimento natural foi negativo¹⁵.

¹⁴ Diferença entre as pessoas que imigraram para o concelho e as que emigraram para outro concelho. Este saldo migratório apenas foi possível de obter entre 12/03/2001 relativamente a 31/12/1995.

¹⁵ Tanto a análise do saldo migratório como o crescimento natural é referido comparativamente à posição da população em 31/12/1995, que foram os dados possíveis de extrair do Instituto Nacional de Estatística.

Gráfico 16. População Residente no concelho de Oleiros (1981-2001) e tendência futura



Fonte: XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE (1981); XIII RGP, 1991, INE (1993); XIV RGP, 2001, INE (2002).

Em termos populacionais, verificou-se que no concelho de Oleiros a população tem sofrido uma diminuição bastante acentuada desde 1981 e a tendência apresenta também, e naturalmente, um quadro negativo. Este comportamento contraria a tendência nacional (de 1991 para 2001, a população portuguesa cresceu 5%), mas acompanha a dos concelhos limítrofes (nomeadamente, e também entre 1991 e 2001, o concelho de Proença-a-Nova perdeu 13,3% da população, Pampilhosa da Serra perdeu 10%, Sertã perdeu 8,1% e Fundão perdeu 0,6%; Castelo Branco, devido ao facto de ser o maior centro urbano da região - foco de atractividade regional - ganhou 2,6% da população).

O concelho de Oleiros perdeu mais de 14% da população entre 1991 e 2001, o que levanta naturais dificuldades em termos da redução da bacia de emprego e, também, no que diz respeito ao envelhecimento da população. Se pensarmos na emigração e na baixa taxa de natalidade como características da população mais jovem, facilmente se conclui que ambos os fenómenos estão associados, sendo a diminuição e o envelhecimento da população resultado dos mesmos problemas sociais. Esta realidade, comum à maior parte do interior, zona pouco atractiva para uma população jovem crescentemente instruída e ávida por actividades culturais e socio-comerciais, procura satisfazer essas necessidades em outras zonas do país. As análises dos dados demográficos disponíveis levam a uma mesma conclusão: Oleiros tem uma população envelhecida, a perder a sua vitalidade e capacidade de regeneração. Trata-se de um território despovoado e a atravessar um processo de desertificação.

Não sendo, no entanto, esta a temática do presente trabalho, remete-se para outro momento a análise mais detalhada deste fenómeno.

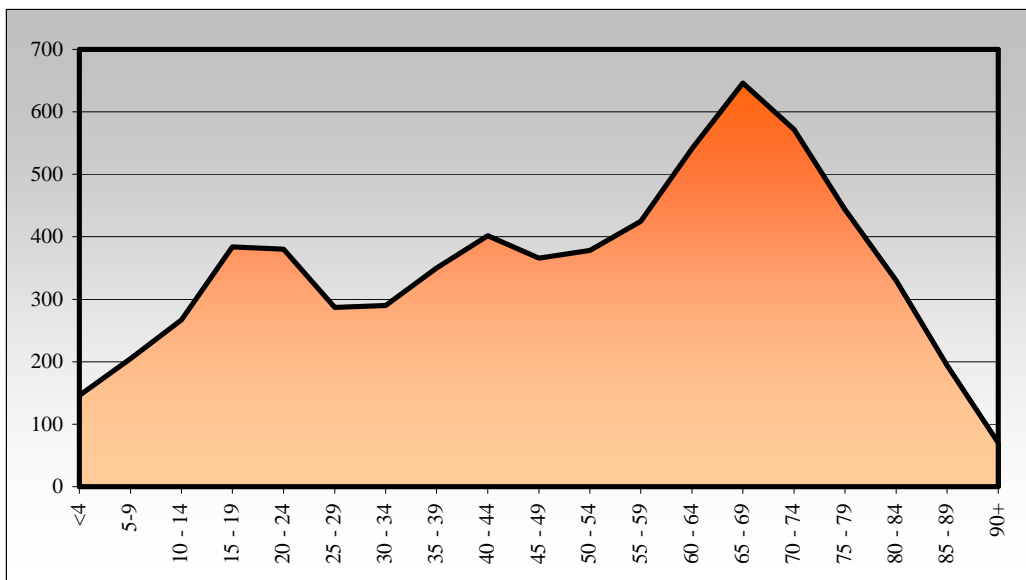
Quadro 14. Área e População do Concelho de Oleiros e do Pinhal Interior Sul, 2001

Indicador	Oleiros	Pinhal Interior Sul	Unidade	%	Período
Área Total	469,7	1.902,73	km ²	24,7%	2001
Densidade demográfica	14,22	23,55	hab./km ²	-	2001
População Residente HM	6.677	44.803	n.º	14,9%	2001
População Residente H	3.218	21.592	n.º	14,9%	2001
População Residente M	3.459	23.211	n.º	14,9%	2001
População Residente HM (1991)	7.767	50.801	n.º	15,3%	1991

Fonte: XIV RGP, 2001, INE (2002).

As dificuldades para conseguir emprego levam a população activa mais jovem a procura-lo e a fixar-se noutras regiões, o que explica os baixos valores nos grupos etários mais jovens na distribuição da população por escalões etários.

Gráfico 17. População Residente em Oleiros, por grupo etário, em 2001



Fonte: XIII RGP, 1991, INE (1993); XIV RGP, 2001, INE (2002).

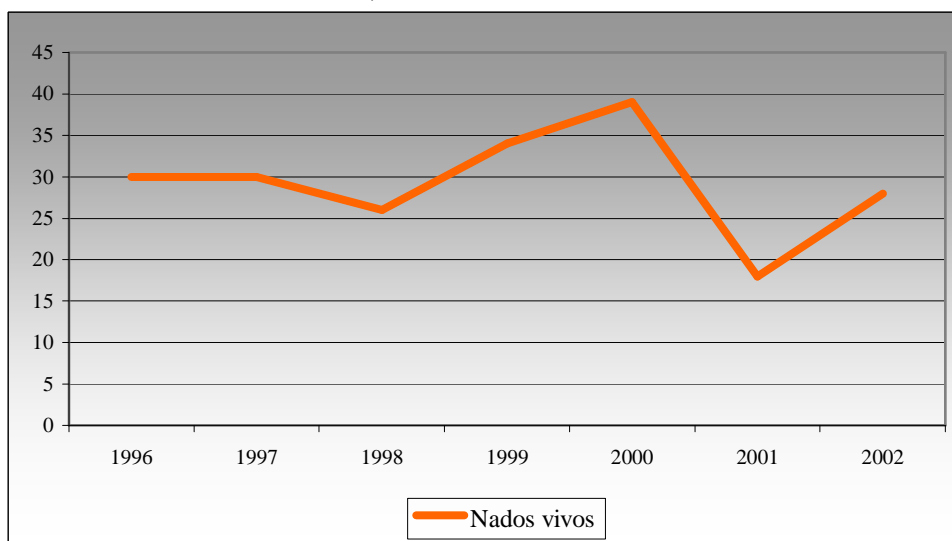
Quadro 15. Peso Relativo dos Grupos Etários no Concelho

Grupo Etário	1960	Peso Relativo	1981	Peso Relativo	1991	Peso Relativo	2001	Peso Relativo
0-14	4.679	30,08%	2.014	19,78%	1.173	15,10%	618	9,26%
15-64	9.437	60,68%	6.239	61,27%	4.564	58,76%	3.803	56,96%
≥ 65	1.437	9,24%	1.930	18,95%	2.030	26,14%	2.256	33,79%
TOTAL	15.553	100,00%	10.183	100,00%	7.767	100,00%	6.677	100,00%

Fonte: X RGP, tomo II, INE (1960); XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE (1981); XIII RGP, 1991, INE (1993); XIV RGP, 2001, INE (2002).

Verifica-se um crescente peso da população mais idosa, a par de um decréscimo da população mais jovem, o que condiciona a actividade no concelho. A taxa de transferência inter-grupos (dos mais jovens para os mais idosos), nos últimos quarenta anos, é de mais de 20%.

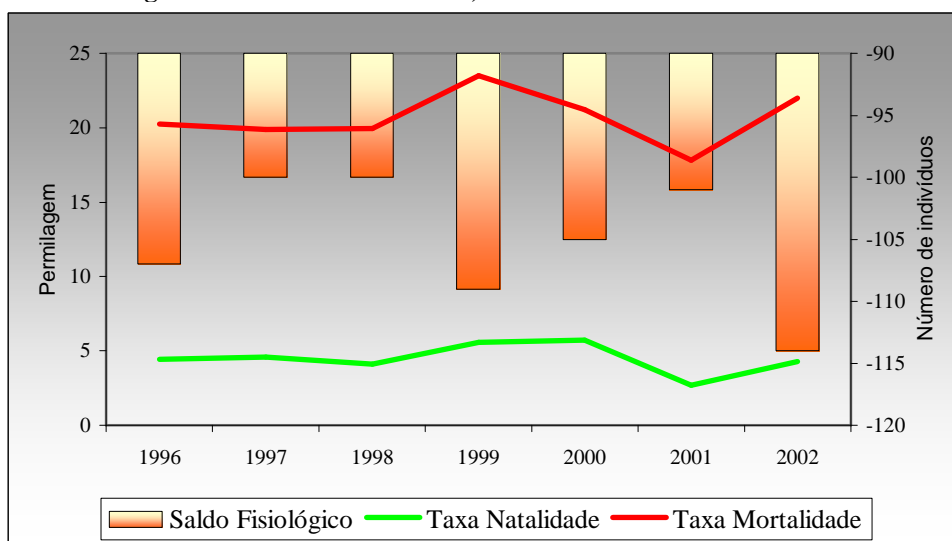
Gráfico 18. Total de Nados Vivos em Oleiros, entre 1996 e 2002



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE, (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003).

Em termos do saldo fisiológico, verifica-se uma agudização da taxa de crescimento natural, tal como anteriormente referido.

Gráfico 19. Saldo Fisiológico¹⁶ no concelho de Oleiros, entre 1996 e 2002



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE, (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003).

A evolução da taxa de natalidade e mortalidade, bem como o excedente de vida permitem subsidiar as informações anteriores, em termos de apresentação do concelho de Oleiros como um concelho em desertificação.

Quadro 16. Evolução da Taxa de Natalidade e de Mortalidade, entre 1996 e 2002

Anos	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Excedente de vida
1996	4,43‰	20,24‰	-15,81‰
1997	4,59‰	19,88‰	-15,29‰
1998	4,11‰	19,94‰	-15,82‰
1999	5,58‰	23,48‰	-17,90‰
2000	5,74‰	21,20‰	-15,46‰
2001	2,70‰	17,84‰	-15,14‰
2002	4,30‰	22,00‰	-17,63‰

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE, (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003).

Quanto à educação verifica-se uma evolução positiva retratada na diminuição da taxa de analfabetismo no concelho, ainda que esta apresente valores superiores à referência da sub-região Pinhal Interior Sul.

¹⁶ Saldo fisiológico: diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Quadro 17. Evolução da Taxa de Analfabetismo, no concelho de Oleiros e Pinhal Interior Sul (1991 e 2001)

	Oleiros	Pinhal Interior Sul	Diferença
Taxa de analfabetismo, 1991	30,9%	24,5%	+ 6,4
Taxa de analfabetismo, 2001	24,0%	19,8%	+4,2

Fonte: XII RGP, INE (1981); XIII RGP, 1991, INE (1993); XIV RGP, 2001, INE (2002).

O concelho de Oleiros fica localizado na região sudoeste da Serra da Estrela. Devido à orografia do território concelhio, muitas das vias desenvolvem-se ao longo das cumeadas e pelos vales da rede hidrográfica apresentando, em muitos casos, traçados sinuosos, pela necessidade de contornar o relevo.

A área com densidade de estradas mais elevada situa-se na freguesia de Oleiros (sede de concelho), pois esta constitui-se como o pólo aglutinador em termos sócio-económicos e demográficos.



Figura 3. Rede Viária de Oleiros

O concelho em estudo é atravessado pela N238 que liga o limite nordeste (N112) ao IC8, passando pela sede de concelho e que se constitui com uma das principais espinhas dorsais da rede viária, uma vez que serve como corredor de ligação das diversas vias que servem o concelho. Pela sua relevância, são igualmente importantes a N112, que permite a ligação à Cova da Beira e une as freguesias situadas a norte e a N351 que corta longitudinalmente o concelho e o liga a concelhos limítrofes (Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande).

A rede viária possui uma estrutura mista, radial e em espinha, sendo que o centro se situa na sede de concelho e a N238 vertebrar todas as ligações com os concelhos mais afastados. A radialidade do sistema é claramente dificultada pelos sistemas montanhosos, pelo que o sistema misto parece ser o mais indicado, ainda que com repercussões no nível de conectividade e acessibilidade.

Quadro 18. Freguesias: distância à sede

FREGUESIAS	DISTÂNCIA À SEDE (KM)	DISTÂNCIA À SEDE (MIN.)
ÁLVARO	14	17
AMIEIRA	12	15
CAMBAS	46	48
ESTREITO	15	18
ISNA	12	16
MADEIRÃ	25	29
MOSTEIRO	6	7
OLEIROS	-	-
ORVALHO	39	43
SARNADAS DE S. SIMÃO	22	26
SOBRAL	18	21
VILAR BARROCO	26	30

Com excepção das freguesias de Cambas e Orvalho, todas as outras se situam a 25 quilómetros ou menos da sede de concelho, com deslocações inferiores a 30 minutos. A distância média à sede é de cerca de 21 quilómetros e a duração média de viagem é de 25 minutos; se se excluirmos as freguesias de Cambas e Orvalho, aquelas médias passam para 14 quilómetros e 16 minutos.

O concelho de Oleiros não é servido pela rede nacional de transportes ferroviários.

Globalmente, é possível afirmar que a acessibilidade do território é razoável, dentro das condicionantes físicas, estando a rede de transportes organizada, principalmente, em função da sede de concelho e pode-se considerar ajustada às necessidades de funcionamento da rede escolar no município.

Quadro 19. Matriz de conectividade do concelho

FREGUESIAS	ÁLVARO	AMIEIRA	CAMBAS	ESTREITO	ISNA	MADEIRÃ	MOSTEIRO	OLEIROS	ORVALHO	SARNADAS DE S. SIMÃO	SOBRAL	VILAR BARROCO	Σ
ÁLVARO		0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
AMIEIRA	0		0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CAMBAS	0	0		0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
ESTREITO	0	0	0		0	0	1	1	0	0	0	0	2
ISNA	1	0	0	0		0	0	1	0	0	0	0	2
MADEIRÃ	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0
MOSTEIRO	0	0	0	1	0	0		1	0	0	0	0	2
OLEIROS	1	1	0	1	1	0	1		0	0	0	0	5
ORVALHO	0	0	1	0	0	0	0	0		0	0	0	1
SARNADAS DE S. SIMÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0
SOBRAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0
VILAR BARROCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0

Nota: ligação directa por estrada nacional = 1; ligação directa por estrada municipal = 0

Pode-se constatar a maior/menor centralidade do concelho no quadro anterior e, em termos de acessibilidade, Oleiros assume-se como pólo centralizador do espaço concelhio, em termos rodoviários.

9 - Hierarquização dos Aglomerados

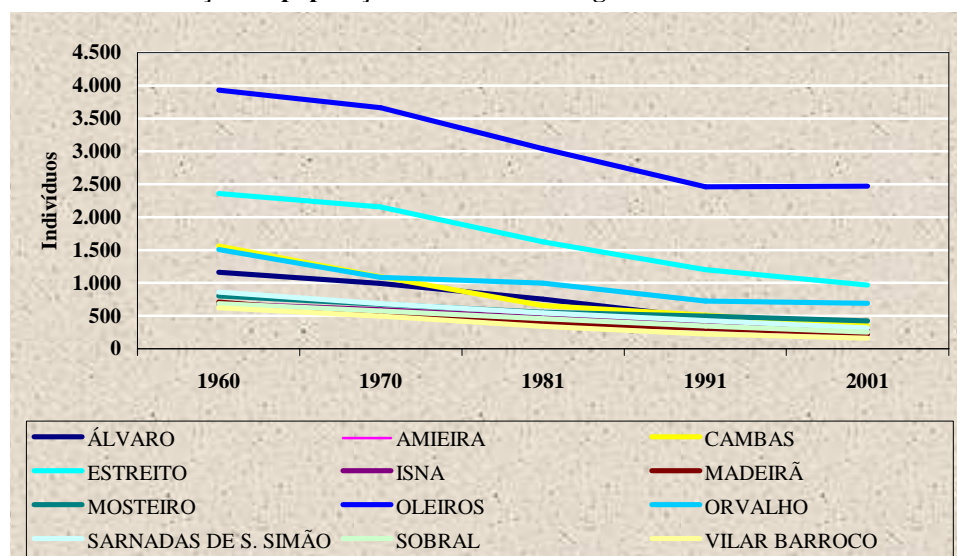
A população do concelho encontra-se localizada, principalmente, na metade norte e numa área central entre montanhas. A dificuldade física de localização, que condiciona a rede viária, influencia igualmente a fixação de população; por esta razão é também menor a escala demográfica no sul do concelho. Adicionalmente, a sede de concelho foi, em tempos mais longínquos, a freguesia de Álvaro que, tal como hoje se verifica em relação à vila de Oleiros, acabou por determinar uma polarização na fixação da população ao seu redor.

O processo de desertificação tem-se registado um pouco por todo o concelho. Em termos percentuais, o concelho perdeu quase metade da população em quarenta anos e as projecções (apresentadas noutro ponto do presente estudo) não são animadoras.

Em relação às freguesias, Álvaro, Cambas e Vilar Barroco perderam mais de 70% da população residente no mesmo período, enquanto Oleiros perdeu “apenas” 37%. Com excepção do Estreito e de Oleiros, todas as outras freguesias têm vindo a perder população de uma forma gradual, sem oscilações significativas (também pela pouca população, tal não é claramente visível no gráfico); se atendermos às variações percentuais, verificamos que as décadas de 70 e 80 foram claramente penalizadoras da evolução da população residente nas diversas freguesias. Num pressuposto voluntarista, podemos equacionar a hipótese de essas pessoas que migraram/emigraram voltarem nesta década, mas serão sempre não-activos, reflectindo-se esse facto no índice de envelhecimento. Tanto Oleiros como o Estreito, os dois centros mais populosos, reflectem esta situação; no entanto, Oleiros conseguiu assumir-se como pólo atractor na última década, sendo que a sua população cresceu, ainda que marginalmente.

Pode-se constatar que cerca de 37% da população reside na sede de concelho, não havendo qualquer freguesia a menos de 5 quilómetros (a mais próxima é Mosteiro que fica a 6 quilómetros). Se se considerar apenas a vila de Oleiros, essa percentagem desce até 33% (1/3 da população do concelho reside na vila de Oleiros).

Gráfico 20. Evolução da população residente nas freguesias do concelho de Oleiros



Fonte: INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.

A taxa de urbanização do concelho é nula, não existe qualquer aglomerado com mais de 10.000 habitantes.

Quadro 20. População residente e variação inter-censitária nas freguesias do concelho de Oleiros
POPULAÇÃO RESIDENTE

FREGUESIAS	1960	1970	VAR 60/70	1981	VAR 70/81	1991	VAR 81/91	2001	VAR 91/01	VAR 60/01
ÁLVARO	1.162	992	-14,63%	754	-23,99%	468	-37,93%	315	-32,69%	-72,89%
AMIEIRA	661	582	-11,95%	355	-39,00%	217	-38,87%	207	-4,61%	-68,68%
CAMBAS	1.563	1.095	-29,94%	657	-40,00%	513	-21,92%	349	-31,97%	-77,67%
ESTREITO	2.360	2.156	-8,64%	1.625	-24,63%	1.204	-25,91%	969	-19,52%	-58,94%
ISNA	686	592	-13,70%	470	-20,61%	379	-19,36%	304	-19,79%	-55,69%
MADEIRÃ	709	513	-27,64%	388	-24,37%	311	-19,85%	225	-27,65%	-68,27%
MOSTEIRO	805	676	-16,02%	553	-18,20%	494	-10,67%	422	-14,57%	-47,58%
OLEIROS	3.931	3.665	-6,77%	3.041	-17,03%	2.460	-19,11%	2.470	0,41%	-37,17%
ORVALHO	1.510	1.086	-28,08%	999	-8,01%	725	-27,43%	689	-4,97%	-54,37%
SARNADAS DE S. SIMÃO	859	684	-20,37%	543	-20,61%	429	-20,99%	317	-26,11%	-63,10%
SOBRAL	686	574	-16,33%	458	-20,21%	343	-25,11%	251	-26,82%	-63,41%
VILAR BARROCO	621	495	-20,29%	340	-31,31%	224	-34,12%	159	-29,02%	-74,40%
TOTAL	15.553	13.110	-15,71%	10.183	-22,33%	7.767	-23,73%	6.677	-14,03%	-57,07%

Fonte: INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.

10 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

Caracterizar a população escolar de uma região num determinado momento temporal parece-nos relativamente fácil já que o acesso às fontes de informação é bastante acessível, no entanto, pode apresentar-se por vezes morosa pela quantidade e diversidade da informação. Já quando procuramos fazer uma previsão sobre a população escolar de uma região em termos prospectivos, a tarefa torna-se bastante mais complexa e comporta mesmo algum risco, uma vez que está dependente de factores externos difíceis de prever, como são por exemplo, as migrações e os factores de mobilidade das famílias entre outros. É com conhecimento destes riscos que vamos desenvolver este trabalho, procurando sempre ser o mais precisos possível.

Para efectuar um correcto diagnóstico da actual situação da rede educativa de Oleiros (ano lectivo 2005/2006), começamos por apresentar um quadro onde se encontram distribuídos os alunos pelos diferentes níveis de ensino e tipos de rede educativa, dando desta forma uma imagem global.

Quadro 21. Equipamentos de ensino por tipo de rede e alunos matriculados

Nível de Ensino		Nível de Ensino	Nº Alunos
Pré-escolar		Público	36
		Privado	33
Ensino Básico	1º Ciclo	Público	127
	2º Ciclo	Público	91
	3º Ciclo	Público	129
Ensino Secundário		Público	97
Total		Público	480
		Privado	33

Pela análise do quadro podemos constatar que o concelho de Oleiros possui um número de alunos reduzido (513 alunos), à semelhança de outros concelhos do interior do país, distribuídos por três níveis de ensino (Pré-escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário) e todos na rede pública, à excepção de uma instituição do ensino Pré-escolar privada.

O ensino Pré-escolar representa 13,4% da população escolar do concelho de Oleiros, sendo que 52,1% dos alunos deste nível de ensino se encontram afectos a estabelecimentos de ensino público e a restante população escolar (47,9%) encontra-se coberta pela rede privada.

A população escolar que frequenta o 1º Ciclo do Ensino Básico é exclusivamente coberta pela rede pública através das diferentes escolas que povoam o concelho e representa 24,8% do total de alunos. Relativamente aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, podemos constatar que

correspondem a uma percentagem elevada da população escolar (42,9% dos alunos) estando também eles cobertos na totalidade pelo ensino público. O Ensino Secundário representa 18,9% da população escolar, e encontra-se coberto de igual forma exclusivamente pela rede pública, à semelhança do Ensino Básico.

Ao olharmos para as idades dos alunos verificamos que estão dentro dos parâmetros normais da frequência dos diferentes Ciclos de ensino. Podemos também constatar que a totalidade dos alunos se situa no intervalo que vai dos três até aos vinte e três anos.

Quadro 22. Alunos a frequentar os vários níveis de ensino por idades

Número de alunos a frequentar o Pré-escolar por idades												
Idades				3	4	5	6					
Número de alunos				17	15	34	3					
Número de alunos a frequentar o 1º Ciclo por idades												
Idades				6	7	8	9	10	11	12		
Número de alunos				28	26	30	30	11	1	1		
Número de alunos a frequentar o 2º Ciclo por idades												
Idades				9	10	11	12	13	14	15	16	
Número de alunos				1	32	30	15	8	3	1	1	
Número de alunos a frequentar o 3º Ciclo por idades												
Idades				12	13	14	15	16	17	18	19	
Número de alunos				17	35	41	19	13	2		2	
Número de alunos a frequentar o Ensino Secundário por idades												
Idades				15	16	17	18	19	20	21	22	23
Número de alunos				12	9	38	19	14	2	1		2

Atendendo às idades dos alunos nos diferentes níveis de ensino, os resultados revelam-nos ainda que no Pré-escolar a idade mais representativa são as crianças com cinco anos, no 1º Ciclo são as crianças com oito e nove anos, no 2º Ciclo são as crianças de dez e onze anos, no 3º Ciclo são as crianças de treze e catorze anos e no Ensino Secundário são as de dezassete anos. As frequências mais baixas estão nos extremos superiores, pois são constituídas pelos alunos que ultrapassaram as “idades normais” de frequência do respectivo nível de ensino.

Relativamente às taxas de escolarização, fizemos uma relação entre a população residente com base nos dados fornecidos pelo INE e a população escolar dos diversos níveis de ensino (tomamos por base as “idades normais” para a frequência de cada um desses níveis). Gostaríamos, no entanto, de salientar que os dados populacionais apresentadas não estarão isentos de erro, uma vez que pensamos que há variáveis importantes, como são por exemplo, o caso dos movimentos migratórios, que podem adulterar ligeiramente as conclusões. Considera-

se, no entanto, que o desvio padrão não será elevado, uma vez que estamos na presença de um Concelho com uma dinâmica demográfica reduzida e uma dinâmica migratória da mesma natureza. Ainda respeitante aos valores da população escolar recenseada é necessário levar em consideração o facto do recenseamento efectuado não fornecer a indicação do Concelho de origem do estudante, pelo que poderão estar contemplados na análise alunos provenientes de Concelhos limítrofes.

Quadro 23. Taxas de escolarização por grupos etários

Taxas de escolarização						
Grupos etários	3-5	6-9	10-11	12-14	15-19	+19
População Residente	74	129	72	130		
Número de alunos	66	118	74	120	130	5
Taxa de Escolarização	89,2%	91,5%	102,8%	92,3%		

Através da análise do quadro 23 podemos constatar que as taxas médias de escolarização são elevadas em todos os intervalos etários, atingindo mesmo valores acima dos 100% entre os dez e os onze anos, o que significa que a grande maioria das crianças do concelho está escolarizada (mesmo no Pré-escolar) e que poderá mesmo existir uma captação de alunos de outros concelhos vizinhos e que se deve, provavelmente, ao facto de alguns jovens acompanharem os pais nas suas deslocações casa/trabalho.

10.1. Caracterização da Rede Educativa

No concelho de Oleiros foram inventariados 12 estabelecimentos de ensino que se distribuem pelos vários níveis de ensino e por tipo de rede. No quadro que segue podemos observar a distribuição dos vários estabelecimentos de ensino pelas diferentes freguesias do concelho.

Quadro 24. Distribuição dos estabelecimentos de ensino por nível de ensino e freguesia

		Cambas	Estreito	Madeirã	Mosteiro	Orvalho	Oleiros	Sobral de Cima	Total
Pré-escolar	Público	-	1	-	-	1	1	-	3
	Privado	-	-	-	-	-	1	-	1
1º Ciclo	Público	1	1	1	1	1	1	1	7
2º, 3º Ciclo e Secundário	Público	-	-	-	-	-	1	-	1
Total		1	2	1	1	2	4	1	12

Pela análise do quadro anterior é possível constatar que existem apenas quatro instituições de ensino Pré-escolar no concelho de Oleiros, distribuídas por três freguesias, e que na sede do concelho se encontram duas dessas instituições. Podemos também observar que a rede de estabelecimentos de educação Pré-escolar está situada apenas nas freguesias onde os índices populacionais são mais elevados.

O 1º Ciclo do Ensino Básico é o Ciclo de estudos que é ministrado em maior número de freguesias do concelho de Oleiros, havendo uma escola em praticamente todas as freguesias, o que demonstra uma proximidade aos povoados e locais de residência dos estudantes.

Quanto aos 2º, 3º Ciclos e secundário podemos observar que apenas existe um estabelecimento de ensino público situado na sede do concelho e que congrega os alunos provenientes de todas as freguesias.

10.1.1. Agrupamento Vertical de Oleiros

Dando cumprimento ao Decreto-Lei nº 115/98 de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia e gestão dos estabelecimentos de educação Pré-escolar e dos ensinos básico e

secundário, quando diz que “um agrupamento de escolas é uma unidade organizacional dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação Pré-escolar e de um ou mais níveis e Ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum que visa a construção de percursos escolares integrados, à articulação entre níveis e Ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação Pré-escolar e à reorganização da rede educativa”, as escolas de Oleiros constituíram-se num agrupamento vertical que integrou todas as escolas do concelho, como se pode observar pelo quadro que segue, garantindo dessa forma que nenhum estabelecimento ficasse em condições de isolamento que pudesse dificultar uma prática pedagógica de qualidade.

Quadro 25. Escolas e Freguesias do Agrupamento Vertical de Oleiros

Agrupamento Vertical de Oleiros	
Freguesias	Escolas
Oleiros	Jardim de Infância de Oleiros
	Escola do 1º Ciclo de Oleiros
	Escola EB 2/3 e Secundário Padre António de Andrade
Cambas	Escola do 1º Ciclo de Cambas
Estreito	Jardim de Infância do Estreito
	Escola do 1º Ciclo do Estreito
Mosteiro	Escola do 1º Ciclo do Mosteiro
	Escola do 1º Ciclo do Vale do Souto
Madeirã	Escola do 1º Ciclo da Madeirã
Orvalho	Jardim de Infância do Orvalho
	Escola do 1º Ciclo do Orvalho
	Escola do 1º Ciclo de Foz do Giraldo
Sobral de Cima	E.B.1 de Sobral de Cima

O concelho de Oleiros possui apenas um agrupamento vertical de escolas, e é composto na sua totalidade por treze estabelecimentos de ensino, distribuídos por sete freguesias:

- Três Jardins de Infância;
- Nove escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Uma escola de 2º, 3º Ciclos e secundário.

A escola sede do Agrupamento é a Escola EB 2/3 e Secundário Padre António de Andrade, em Oleiros (núcleo urbano de hierarquia mais elevada).

Se olharmos para o peso de cada Ciclo de ensino no agrupamento, verificamos que as escolas do Pré-escolar correspondem a 23%, as escolas do 1º Ciclo a 69,2%, e os restantes 7,8% correspondem a equipamentos de ensino de Ciclos posteriores.

No quadro que segue podemos observar a distribuição dos alunos pelas escolas das diferentes freguesias que compõem o agrupamento de acordo com a idade.

Quadro 26. Síntese do Agrupamento Vertical de Oleiros por escola e por idades

Quadro 26: Síntese do Agrupamento Vertical de Oleiros por escola e por idades																	
Alunos a frequentar o ensino Pré-escolar																	
ESCOLA/IDADE										3	4	5	6	Total			
Jardim de Infância de Estreito										3	1	2	0	6			
Jardim de Infância de Oleiros										0	4	15	1	20			
Jardim de Infância de Orvalho										3	3	3	1	10			
Total de alunos										6	8	20	2	36			
Alunos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico																	
ESCOLA/IDADE										6	7	8	9	10	11	12	Total
Escola de Cambas											3	1	1			1	6
Escola de Estreito										5	1	5	3				14
Escola de Orvalho										1	2	3	2				8
Escola de Foz do Giraldo														2			2
Escola de Madeirã										2	1		1				4
Escola de Mosteiro										1	1			2			4
Escola de Oleiros										19	16	18	21	7	1		82
Escola de Sobral de Cima											1	2	2				5
Escola de Vale do Souto											1	1					2
Total de alunos										28	26	30	30	11	1	1	127
alunos a frequentar os 2º, 3º Ciclos e secundário																	
ESCOLA/IDADE	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	Total	
Escola EB 2/3 e Secundário Padre António de Andrade	1	32	30	32	43	44	32	23	40	19	16	2	1		2	317	

Os resultados expressos no quadro anterior revelam que o agrupamento vertical de Oleiros possui poucos alunos na sua totalidade (480). Podemos constatar que o ensino Pré-escolar representa apenas 7,5% dos alunos do agrupamento, o 1ºCiclo do Ensino Básico 26,5%, estando a maior percentagem (66%) a frequentar os 2º, 3ºCiclos do Ensino Básico e secundário. Quanto à idade dos alunos podemos constatar que a grande maioria se enquadra dentro dos parâmetros normais para o Ciclo de ensino que estão a frequentar.

10.1.2. Caracterização dos diferentes níveis de ensino presentes no Concelho de Oleiros

De seguida vamos caracterizar de forma mais pormenorizada cada um dos diferentes Ciclos de ensino presentes no concelho de Oleiros desde o Pré-escolar até ao Ensino Secundário. Nesta caracterização procuramos seguir as orientações emanadas pelo Manual para a Elaboração das Cartas Educativas elaborado pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, no âmbito da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento da Educação.

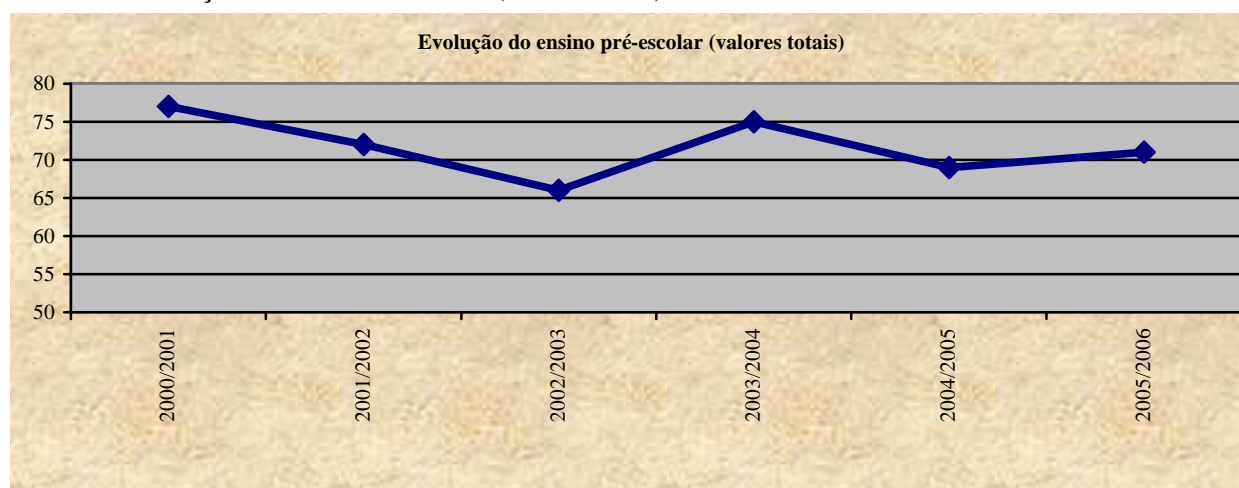
10.1.2.1. Caracterização do Ensino Pré-escolar

Começamos por apresentar a evolução da frequência do ensino Pré-escolar do concelho de Oleiros por freguesia desde o ano lectivo de 2000/2001, para ter uma ideia da variação.

Quadro 27. Evolução da população Pré-escolar por freguesias (público e privado)

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Estreito	10	10	9	8	9	6
Oleiros	57	52	50	59	53	55
Orvalho	10	10	7	8	7	10
TOTAL	77	72	66	75	69	71

Gráfico 21. Evolução do ensino Pré-escolar (valores totais)



Os resultados expressos no quadro e gráfico anteriores, mostram que o número de crianças que tem frequentado o Pré-escolar no concelho de Oleiros é baixo e que a variação se tem mantido relativamente estável ao longo dos últimos anos, uma vez que apresenta valores reduzidos quer quando analisamos os dados por freguesia, quer quando analisamos os valores

totais anuais. Podemos no entanto constatar que entre os anos lectivos 2000/2001 e 2002/2003 houve um retrocesso do número de crianças a frequentar o Pré-escolar, seguido de um aumento até ao ano 2003/2004, havendo de novo um retrocesso 2004/2005 e nova subida no último ano. Podemos concluir que no ensino Pré-escolar o concelho de Oleiros perdeu apenas seis alunos (7,8%) relativamente ao ano lectivo 2000/2001.

Quadro 28. Estabelecimentos de ensino Pré-escolar por freguesia e tipo de rede

Freguesia	Escola	Tipo de Rede
Oleiros	Jardim de Infância	público
	Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia	privado
Estreito	Jardim de Infância	público
Orvalho	Jardim de Infância do Orvalho	público

Como já referimos anteriormente, ao nível do Pré-escolar encontramos estabelecimentos de ensino em 3 das freguesias do concelho, sendo que na sede de concelho existem duas instituições ligadas a este tipo de ensino (uma pública e outra privada).

Relativamente aos recursos humanos afectos ao ensino Pré-escolar, encontramos no concelho de Oleiros apenas cinco educadoras que se distribuem de forma equilibrada pelas diferentes instituições.

Quadro 29. Recursos humanos afectos aos equipamentos de ensino Pré-escolar

		Educadores	Tarefeiras	Auxiliares
Rede Pública	J.I. Estreito	1	-	1
	J.I. Oleiros	1	-	2
	J.I. Orvalho	1	-	1
Rede Privada	J. I. Santa Casa da Misericórdia	2	-	5
Total Concelho		5	-	9

A rede Pré-escolar do concelho de Oleiros não possui tarefeiras, mas encontramos nove auxiliares afectas aos estabelecimentos de ensino. Relativamente ao número de auxiliares podemos constatar contrariamente ao que acontece com as educadoras uma grande disparidade entre as instituições públicas e o privado, uma vez que a instituição privada possui mais auxiliares que as três pertencentes ao sector público.

Quanto aos recursos físicos, os estabelecimentos de ensino Pré-escolar do concelho de Oleiros debatem-se com alguns problemas ao nível do espaço, bem como da sua adequação às

crianças que os frequentam (dois dos Jardins de Infância funcionam no mesmo edifício da escola do 1º Ciclo), procurando no entanto colmatar as deficiências de acordo com os requisitos legais.



Figura 4. Fotografias do edifício onde funcionam os Jardins de Infância do Estreito e do Orvalho

Um aspecto que importa salientar tem a ver com a valência de prolongamento de horário que é oferecida em todos os jardins-de-infância de Oleiros, mesmo utilizando espaços improvisados para o efeito. Trata-se de uma componente de extrema importância para apoio aos pais das crianças.

Quadro 30. Recursos físicos dos equipamentos de ensino Pré-escolar

		Alunos	Capacidade Máxima (turmas)	Salas de Actividades	Salas Polivalentes	Salas de Informática	Outras Salas
<i>Rede Pública</i>	J.I. Estreito	6	1	1	0	0	0
	J.I. Oleiros	20	1	1	0	0	0
	J.I. Orvalho	10	1	1	0	0	0
<i>Rede Privada</i>	J. I. Santa Casa da Misericórdia	33	3	3	1	0	0
Total Concelho		69	6	6	1	0	0

Quando comparamos os recursos físicos dos estabelecimentos de ensino Pré-escolar, podemos constatar diferenças entre o sector público e privado. No sector público as instituições têm apenas capacidade para albergar uma turma pois só dispõem de uma sala de actividades, enquanto que no privado a capacidade máxima é três turmas porque possuem três salas. Podemos também constatar que apenas na rede privada existe uma sala polivalente onde as crianças podem desenvolver diferentes actividades.

Importa também salientar que as instituições do sector público se debatem com maiores dificuldades de espaço reservados ou improvisados para a componente de apoio à família, tendo mesmo as crianças necessidade de se deslocar para outros locais para almoçar.

Relativamente aos rácios e exceptuando o Jardim de Infância de Oleiros, podemos constatar que o número de alunos por educador ou número de alunos por sala é bastante baixo quer na rede pública quer na rede privada, embora aqui os valores se aproximem mais das normas do Ministério da Educação, que sugerem que este rácio se deve situar entre 20 e 25 crianças por educador e por sala.

Quadro 31. Rácios do ensino Pré-escolar

	Rácio Alunos/Educador	Rácio Alunos/Sala	Rácio Educadores/Sala
J.I. Estreito	6	6	1
J.I. Oleiros	20	20	1
J.I. Orvalho	10	10	1
J. I. Santa Casa da Misericórdia	16,5	16,5	1

O rácio global educador/sala é aceitável em ambas as redes, uma vez que existe pelo menos um educador para cada sala, estando este número em conformidade com as normas do Ministério da Educação que dizem que deverá existir um educador por cada sala de actividades.

Para aferir da eficácia da rede educativa sob o ponto de vista da correcta programação dos equipamentos utilizou-se a taxa de ocupação, que relaciona o número de alunos e o número de salas. Para este efeito é necessário calcular as capacidades médias das salas do ensino Pré-escolar, já que esta avaliação tem por base a assumpção de que as salas possuem uma capacidade genérica entre os 20 e os 25 alunos.

Quadro 32. Taxas de ocupação das escolas do ensino Pré-escolar

Tipo de Rede	Escola	Nº de salas a funcionar	Total de alunos	Taxa de Ocupação
Rede Pública	J.I. Estreito	1	6	24%
	J.I. Oleiros	1	20	80%
	J.I. Orvalho	1	10	40%
Rede Privada	J. I. Santa Casa da Misericórdia	2	33	66%

Se considerarmos uma taxa total de ocupação igual a 25 alunos por sala, como sugerem as normas emanadas pelo Ministério da Educação, constatamos que a taxa total de ocupação da rede pública é de 48% e da rede privada de 66%, valores baixos em ambas.

Uma análise às condições infraestruturais dos equipamentos de ensino Pré-escolar, mostra-nos uma rede com algumas deficiências principalmente nos edifícios mais antigos (Jardim de Infância do Orvalho e do Estreito) onde se nota uma adaptação de salas, que não foram previamente construídas para dar resposta às necessidades destas faixas etárias. Não obstante as constatações anteriores, podemos verificar que todos os edifícios escolares têm ligação à rede de esgotos e possuem água canalizada, muito embora apenas os Jardins de Infância de Oleiros (rede de ensino pública) e da Santa Casa da Misericórdia (rede de ensino privada) possuam água quente e instalações sanitárias adequadas às crianças que as frequentam. Relativamente ao sistema de aquecimento, podemos verificar que todos os estabelecimentos de ensino possuem sistema de aquecimento, embora nem sempre seja adequado às necessidades. Podemos ainda verificar que um dos problemas que afecta a maioria dos Jardins de Infância, está relacionado com a inexistência de sistemas de arrefecimento (ar condicionado), tão importantes numa zona do país onde as temperaturas em certas fases do ano são tão elevadas.

Quadro 33. Condições infraestruturais dos equipamentos de ensino Pré-escolar

		Recreio Exterior		Ligação à Rede Pública		Aquecimento
		Coberto	Descoberto	Água	Esgotos	
	J.I. Estreito	-	X	X	X	Lenha
	J.I. Oleiros	-	X	X	X	Rad. Óleo
	J.I. Orvalho	-	X	X	X	Lenha
	J. I. Santa Casa da Misericórdia	-	-	X	X	Gasóleo



Figura 5. Fotografias do recreio exterior dos Jardins de Infância do Estreito e do Orvalho

Quanto aos espaços de recreio podemos constatar que nenhuma das instituições possui recreio exterior coberto e à excepção do Jardim de Infância da rede privada, todos os outros

possuem recreio exterior descoberto mas pouco adequado para as crianças do Jardim de Infância (ver fig.5).

O parque edificado da rede Pré-escolar público encontra-se envelhecido à excepção do Jardim de Infância de Oleiros, o que se reflecte genericamente no estado de conservação dos edifícios que foi apontado em maioria como razoável. O Jardim de Infância privado, embora funcione num edifício antigo, possui um bom estado de conservação (ver fichas de escola em anexo).

Relativamente aos almoços escolares, os Jardins de Infância pertencentes ao sector público não oferecem as refeições no edifício da instituição por falta de condições, tendo as crianças necessidade de se deslocar a outros locais para o fazer, contrariamente o Jardim de Infância privado está preparado para garantir nas suas instalações as refeições às crianças.

Globalmente os equipamentos de ensino encontram-se razoavelmente dotados de mobiliário escolar, estando este adequado aos níveis de ensino aí ministrados e num estado de conservação considerado bom ou razoável. A situação é mais preocupante quando analisado o material didáctico, havendo sido registadas deficiências em alguns dos equipamentos de ensino Pré-escolar público.

Nos Jardins de Infância do concelho de Oleiros encontramos nove crianças com necessidades educativas especiais, todas na sede de freguesia (quatro no ensino público e cinco no ensino privado).

Quadro 34. Crianças com necessidades educativas especiais e crianças beneficiárias do transporte escolar

		Crianças com Necessidades Educativas Especiais	Crianças Beneficiárias de Transporte Escolar
Rede Pública	J.I. Estreito	0	4
	J.I. Oleiros	4	0
	J.I. Orvalho	0	0
Rede Privada	J. I. Santa Casa da Misericórdia	5	0
TOTAL CONCELHO		9	4

O quadro 34 mostra também que de todas as crianças que frequentam o Jardim de Infância no concelho do Oleiros, apenas quatro são beneficiárias do transporte escolar e todas elas a frequentar o Jardim de Infância do Estreito.

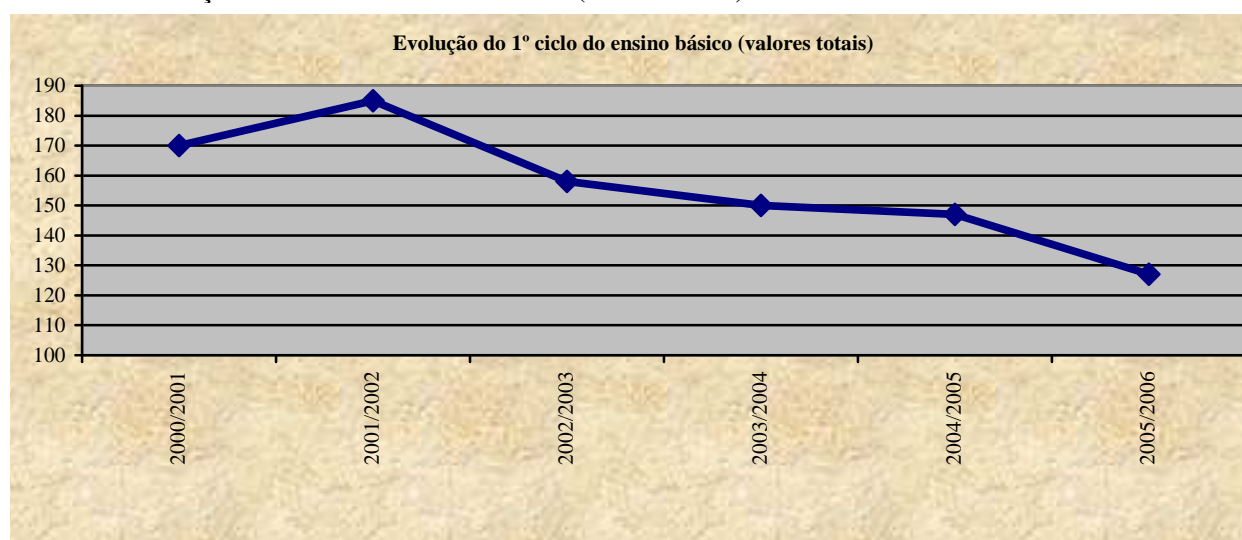
10.1.2.2. Caracterização do 1º Ciclo do Ensino Básico

Nesta fase do trabalho vamos fazer uma análise ao 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Oleiros, procurando fazer uma caracterização semelhante à que foi efectuada relativamente à rede Pré-escolar de modo a perseguir uma certa uniformização na apresentação.

Quadro 35. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por freguesia

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Cambas	2	5	6	6	8	6
Estreito	23	25	22	22	17	14
Isna	3	3	4	4	4	0
Madeirã	5	5	5	2	2	4
Mosteiro	14	15	10	8	8	6
Oleiros	93	103	88	83	86	82
Orvalho	26	24	17	17	15	10
Sobral de Cima	4	5	6	8	7	5
TOTAL	170	185	158	150	147	127

Gráfico 22. Evolução do 1º Ciclo do Ensino Básico (valores totais)



Os resultados expressos no quadro e gráfico anteriores, mostram que o número de alunos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Oleiros é baixo, à semelhança de outros concelhos do Interior do país, e que a variação relativamente ao número de alunos de cada uma das freguesias se tem mantido dentro de patamares muito próximos nestes últimos anos, embora com uma tendência decrescente. Quanto ao número total de alunos das diferentes freguesias do concelho cresceu entre os anos lectivos 2000/2001 e 2001/2002. A partir daí mostra uma tendência decrescente tendo em conta os valores totais. Há também a salientar o encerramento de uma escola (Isna) no final do ano lectivo de 2004/2005.

Quadro 36. Evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico em cada ano escolar

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
2000/01	30	44	48	48	170
2001/02	45	43	40	57	185
2002/03	27	59	29	43	158
2003/04	28	34	59	29	150
2004/05	24	43	23	57	147
2005/06	29	31	35	32	127

Os resultados relativos à evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por anos lectivos revelam que no último ano aumentou a população nos 1º e 3º anos de escolaridade, enquanto que se verificou uma diminuição no 2º e 4º anos. Podemos ainda verificar que embora tenha havido oscilações nos diferentes anos lectivos com ganhos e perdas nos últimos anos, desde o ano lectivo 2001/2002 que o número total de alunos tem vindo a diminuir. Podemos concluir que no 1º Ciclo do Ensino Básico, o concelho de Oleiros perdeu 43 alunos (25,3%) relativamente ao ano lectivo 2000/2001.

No concelho de Oleiros, o 1º Ciclo do Ensino Básico é ministrado em nove estabelecimentos de ensino distribuídos por sete das freguesias do concelho (as freguesias do Mosteiro e do Orvalho têm duas escolas cada). Todo o 1º Ciclo do Ensino Básico pertence à rede pública e como já referimos anteriormente, todas as escolas do 1º Ciclo pertencem ao agrupamento vertical da Escola EB 2/3 e Secundário Padre António de Andrade em Oleiros.

Quadro 37. Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Escola	Tipo de Rede
Cambas	Escola do 1º Ciclo de Cambas	Pública
Estreito	Escola do 1º Ciclo de Estreito	Pública
Madeirã	Escola do 1º Ciclo de Madeirã	Pública
Mosteiro	Escola do 1º Ciclo de Mosteiro	Pública
Mosteiro	Escola do 1º Ciclo de Vale de Souto	Pública
Oleiros	Escola do 1º Ciclo de Oleiros	Pública
Orvalho	Escola do 1º Ciclo de Orvalho	Pública
Orvalho	Escola do 1º Ciclo de Foz do Giraldo	Pública
Sobral de Cima	Escola do 1º Ciclo de Sobral de Cima	Pública

Relativamente aos recursos humanos afectos ao 1º Ciclo do Ensino Básico, encontramos no concelho de Oleiros um total de dezasseis professores (treze com funções lectivas e três sem

funções lectivas). Apenas duas das escolas do concelho possuem mais que um professor (Estreito e Oleiros), estando a maior concentração na escola de Oleiros (5 professores com funções lectivas e 2 sem funções lectivas).

Quadro 38. Recursos humanos afectos aos equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico

	Alunos	Professores	Professores sem função lectiva	Funcionários Escolares
Cambas	6	1	0	0
Estreito	14	1	1	1
Madeirã	4	1	0	0
Mosteiro	4	1	0	0
Vale de Souto	2	1	0	0
Oleiros	82	5	2	1
Orvalho	8	1	0	1
Foz do Giraldo	2	1	0	0
Sobral de Cima	5	1	0	0

A rede do 1º Ciclo do concelho de Oleiros apenas possui funcionários escolares em três das freguesias (Estreito, Oleiros e Orvalho).

Ao olhar para as escolas do 1º Ciclo do concelho de Oleiros encontramos um parque escolar envelhecido, com edifícios antigos num estado de conservação razoável, mas com alguma falta de condições para o bom funcionamento das actividades lectivas (ver fig. 6).



Figura 6. Fotografias dos edifícios escolares do 1º Ciclo de Cambas, Mosteiro e Orvalho

Pela análise dos recursos físicos das escolas do 1º Ciclo podemos constatar ainda que a capacidade máxima supera o número de salas que se encontram a funcionar, o que indica que neste momento a oferta de espaço supera a necessidade. Podemos de igual modo constatar que

quatro escolas do concelho têm capacidade para albergar mais que uma turma, possuindo as restantes apenas uma sala de aulas.

Quadro 39. Recursos físicos dos equipamentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

	Alunos	Cap. Máxima (turmas)	Salas de Aulas a funcionar	Salas Polivalentes	Salas de Informática	Salas de ATL	Biblioteca	Outras Salas
Cambas	6	1	1	-	-	-	-	-
Estreito a)	14	3	1	-	-	-	-	1
Madeirã	4	2	1	-	-	-	-	-
Mosteiro	4	2	1	-	-	-	-	1
Vale de Souto	2	1	1	-	-	-	-	-
Oleiros	82	5	5	-	-	-	-	1
Orvalho a)	8	1	1	-	-	-	-	-
Foz do Giraldo	2	1	1	-	-	-	-	-
Sobral de Cima	5	1	1	-	-	-	-	-
Total (Concelho)	127	17	13	-	-	-	-	3

a) No mesmo edifício funciona o Pré-escolar

Para além das salas de aula, as escolas do 1º Ciclo do concelho de Oleiros não possuem nenhuma sala polivalente onde as crianças possam desenvolver diferentes actividades, não possuem biblioteca nem salas de informática, embora todas tenham pelo menos um computador com ligação à Internet. Três das escolas possuem outras salas que são semelhantes àquelas onde decorrem as actividades lectivas.

Relativamente aos rácios, podemos constatar que aqueles que dizem respeito ao número de alunos por professor ou por sala é muito baixo em todas as escolas do concelho de Oleiros, ficando muito distante das normas do Ministério da Educação, que sugerem que este rácio deve situar-se entre vinte e vinte e cinco crianças por professor e por sala. Podemos mesmo constatar que apenas em duas das escolas do concelho o rácio se situa acima de 10 alunos por professor.

Quadro 40. Rácios no 1º Ciclo do Ensino Básico

	Rácio Alunos/Professor	Rácio Alunos/Sala	Rácio Professores/Sala
Cambas	6	6	1
Estreito a)	14	14	1
Madeirã	4	4	1
Mosteiro	4	4	1
Vale de Souto	2	2	1
Oleiros	16	16	1
Orvalho a)	8	8	1
Foz do Giraldo	2	2	1
Sobral de Cima	5	5	1

a) No mesmo edifício funciona o Pré-escolar

Quanto ao rácio global professor/sala podemos verificar que está de acordo com o preconizado pelo Ministério da Educação que aponta um professor por sala.

Quadro 41. Taxas de ocupação das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola	Nº de salas a funcionar	Total de alunos	Taxa de Ocupação
Cambas	1	6	24%
Estreito a)	1	14	56%
Madeirã	1	4	16%
Mosteiro	1	4	16%
Vale de Souto	1	2	8%
Oleiros	5	82	66%
Orvalho a)	1	8	32%
Foz do Giraldo	1	2	8%
Sobral de Cima	1	5	20%

a) No mesmo edifício funciona o Pré-escolar

Os resultados obtidos relativamente à taxa de ocupação das escolas reflectem aqueles que foram apresentados anteriormente quando falamos dos rácios, pois também aqui podemos observar que apenas duas das escolas possuem uma taxa de ocupação acima dos 50% e todas as outras se situam abaixo dos 35%, havendo mesmo quatro escolas com menos de 20%.

Relativamente às infra-estruturas das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico podemos constatar que nenhuma das instituições possui recreio exterior coberto e à excepção das escolas de Cambas e Foz do Giraldo, todas possuem recreio exterior descoberto mas com muitas limitações, como se pode observar nos exemplos da figura 7.

O parque edificado da rede do 1º Ciclo do Ensino Básico encontra-se envelhecido como já foi referido anteriormente, o que se reflecte genericamente no estado de conservação dos

edifícios que foi apontado em maioria como razoável. Apesar deste facto todas as escolas estão ligadas à rede pública de água e esgotos.

Quadro 42. Condições de Infra-estruturação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

	Recreio		Ligação à Rede Pública		Aquecimento	Cantina
	Coberto	Descoberto	Água	Esgotos		
Cambas	-	-	X	X	Lenha	-
Estreito	-	X	X	X	Lenha	-
Madeirã	-	X	X	X	Lenha	-
Mosteiro	-	X	X	X	Lenha	-
Vale de Souto	-	X	X	X	Lenha	-
Oleiros	-	X	X	X	Gasóleo	-
Orvalho	-	X	X	X	Lenha	-
Foz do Giraldo	-	-	X	X	Lenha	-
Sobral de Cima	-	X	X	X	Lenha	-



Figura 7. Fotografias dos recreios das escolas do 1º Ciclo da Madeirã, Sobral e Orvalho

Podemos constatar que nenhuma das escolas possui cantina, tendo as crianças necessidade de se deslocar a outros locais para fazer as suas refeições.

Todas as escolas possuem aquecimento central a lenha com caldeira e radiadores, à excepção da escola de Oleiros que tem aquecimento central a gasóleo. Podemos ainda verificar que um dos problemas que afecta a maioria das escolas, está relacionado com a inexistência de sistemas de arrefecimento (ar condicionado), tão importantes numa zona do país onde as temperaturas em certas fases do ano são tão elevadas.

Globalmente os equipamentos de ensino encontram-se razoavelmente dotados de mobiliário escolar, estando este adequado aos níveis de ensino aí ministrados e num estado de conservação considerado bom ou razoável.

Relativamente às crianças com necessidades educativas especiais a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Oleiros, podemos verificar pela análise do quadro 43 que são dezassete crianças no total e estão divididas por três escolas (Estreito, Oleiros e Orvalho), frequentando a maioria (dez crianças) a escola do 1º Ciclo da sede do concelho. São sete as turmas que acolhem crianças com necessidades educativas especiais, e apenas na escola do 1º Ciclo de Oleiros estão em mais que uma turma.

Quadro 43. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar

	Crianças com Necessidades Educativas Especiais	Turmas com Crianças com Necessidades Educativas Especiais	Crianças Beneficiárias Transporte Escolar
Cambas	0	0	5
Estreito	5	1	8
Madeirã	0	0	1
Mosteiro	0	0	2
Vale de Souto	0	0	0
Oleiros	10	5	30
Orvalho	2	1	0
Foz do Giraldo	0	0	0
Sobral de Cima	0	0	5
TOTAL	17	7	51

A análise do quadro anterior mostra-nos que nas escolas do 1º Ciclo do concelho de Oleiros há muitas crianças beneficiárias do transporte escolar (51) pertencendo a maioria (30) à escola que se situa na sede do concelho, e que apenas três das escolas não têm alunos beneficiários do transporte escolar.

10.1.2.3. Caracterização dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

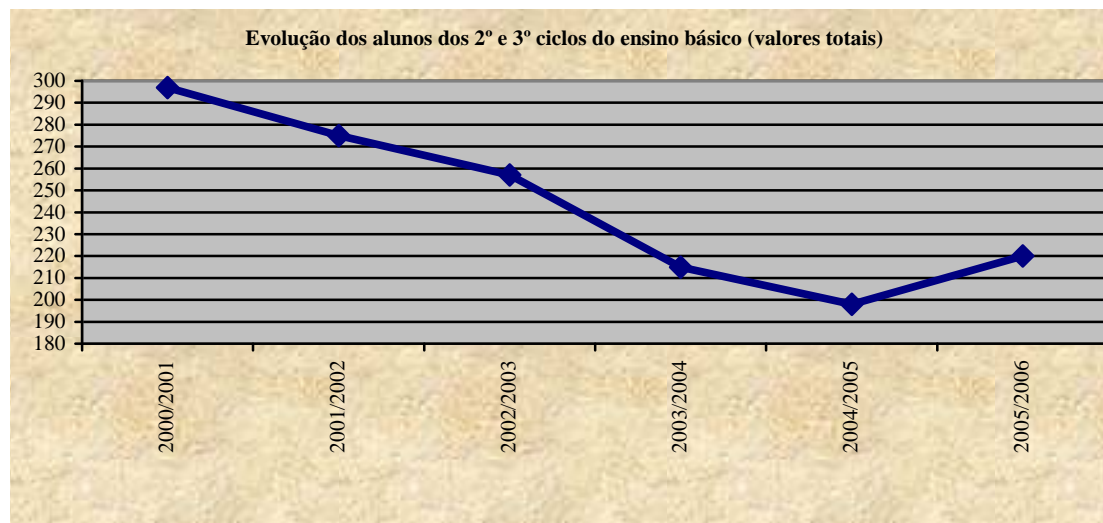
Tal como fizemos para a rede Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, vamos de seguida analisar a evolução dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Os resultados relativos à evolução da população dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (quadro 44) revelam que no último ano houve aumentos do número de alunos nos diferentes anos de escolaridade, à excepção do 6º e 9º anos.

Quadro 44. Evolução da população do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
2000/01	36	43	76	67	75	297
2001/02	31	41	62	65	76	275
2002/03	44	36	44	53	80	257
2003/04	44	43	52	27	49	215
2004/05	33	39	58	38	30	198
2005/06	56	35	41	49	39	220

Gráfico 23. Evolução dos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (valores totais)



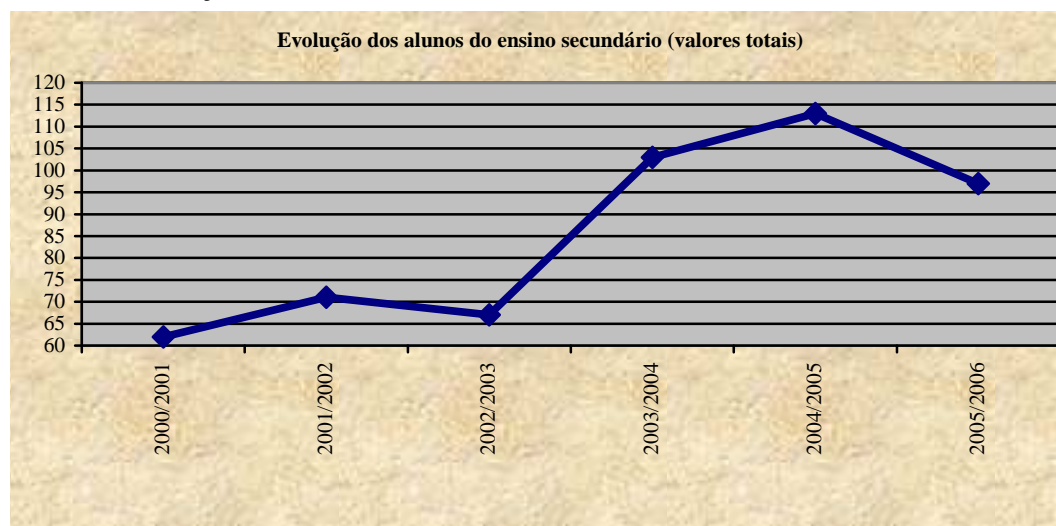
Podemos ainda constatar pela análise do quadro e gráfico anteriores que embora tenha havido oscilações nos diferentes anos lectivos com ganhos e perdas, desde 2000/2001 até 2004/2005 o número total de alunos tem vindo a diminuir, à excepção do último ano lectivo, onde se verificou um crescimento do número total de alunos a frequentar o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. Podemos concluir que relativamente aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico o concelho de Oleiros perdeu 77 alunos (25,9%) desde o ano lectivo 2000/2001.

No Ensino Secundário, os resultados revelam que desde o ano lectivo 2002/2003 até 2004/2005 o número de alunos aumentou no 10º e 11º ano, tendo oscilado pouco no 12º ano. No último ano existe um decréscimo acentuado do número de alunos no 10º ano de escolaridade e um crescimento nos anos posteriores, atingindo o valor máximo de crescimento ao nível do 12º ano de escolaridade.

Quadro 45. Evolução da população do Ensino Secundário

	10º ano	11º ano	12º ano	Total
2000/01	23	19	20	62
2001/02	34	18	19	71
2002/03	40	13	14	67
2003/04	62	23	18	103
2004/05	59	38	16	113
2005/06	16	44	37	97

Gráfico 24. Evolução dos alunos do Ensino Secundário (valores totais)



Os resultados expressos no quadro e gráfico anteriores mostram que entre 2000/2001 e 2002/2003 a variação foi diminuta, revelando uma certa estabilidade. A partir do ano lectivo 2002/2003 até 2004/2005 deu-se um crescimento acentuado do número de alunos a frequentar o Ensino Secundário no concelho de Oleiros (os valores quase duplicaram). Curiosamente de 2004/2005 para o ano lectivo 2005/2006 verificou-se um decréscimo, resultante essencialmente

da perda de alunos verificada ao nível do 10º ano. Podemos concluir que no Ensino Secundário o concelho de Oleiros ganhou 35 alunos (56,5%) relativamente ao ano lectivo 2000/2001.

No Concelho de Oleiros, há apenas uma escola com 2º, 3º Ciclo e secundário (Escola EB 2/3 e Secundário Padre António de Andrade em Oleiros) que é a escola sede do agrupamento vertical de Oleiros.

Quadro 46. Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário

Tipo de Rede	Escola	Freguesia
Rede Pública	E.B. 2,3/S Padre António Andrade	Oleiros

A escola E.B. 2,3/S Padre António Andrade de Oleiros pertence à rede pública, possui dezanove turmas distribuídas desde o 5º ano de escolaridade até ao 12º ano, onde se inclui uma turma do curso tecnológico de acção social.

Quadro 47. Recursos Humanos no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário

		Ano	Nº de Turmas	Nº de Alunos	Nº de Professores	Funcionários
Rede Pública	E.B. 2,3/S Padre António Andrade	5º	3	56	14 a)	29
		6º	2	35		
		7º	2	41		
		8º	3	49	27 b)	
		9º	2	39		
		10º	1	16		
		11º	3	31	9	
		12º	2	37		
		3º Ciclo Recorrente	-	-	0 c)	
		Secundário Recorrente	-	-		
		Curso Tecnol. de Acção Social	1	13		
Total (Concelho)			19	317	50	

a) Um docente (EMRC) dá aulas a todos os Ciclos de ensino. Um docente (EM) dá aulas ao 3º Ciclo

b) 16 destes docentes dão também aulas ao Ensino Secundário.

c) não há docentes que leccionem apenas ao Ensino Secundário recorrente. Para o efeito são necessários 10 docentes que estão incluídos no cômputo do 3º Ciclo e secundário

A escola não tem neste momento ensino recorrente, é frequentada por trezentos e dezassete alunos (304 do ensino regular e 13 do curso tecnológico de acção social) e possui cinquenta docentes, distribuídos pelos diferentes ciclos de ensino, e vinte e nove funcionários.

Quanto a recursos físicos podemos observar que a escola E.B. 2,3/S Padre António Andrade possui salas com diferentes características de apoio à leccionação (dezassete salas de aula, uma sala polivalente, duas salas de Informática, uma sala de Música, uma sala de Educação Visual e três outras salas), possui três laboratórios (dois de Físico/Química e um de Ciências), uma biblioteca e um refeitório.

Quadro 48. Recursos físicos e equipamentos de ensino do 2º e 3º Ciclos e Secundário

		Alunos	Salas de Aulas	Salas Polivalentes	Salas de Informática	Salas de Música	Salas de Educ. Visual	Física/Química Lab.	Lab. Ciências	Outros Laboratórios	Biblioteca	Auditório	Refeitório	Outras Salas
Rede Pública	E.B. 2,3/S Padre António Andrade	317	17	1	2	1	1	2	1	-	1	-	1	3

Os resultados apresentados no quadro que segue, permitem verificar que o rácio Professor aluno na escola E.B. 2,3/S Padre António Andrade é baixo (6,3), o mesmo não se verificando relativamente aos rácios aluno/sala (18,6) e aluno/turma (16,7) que nos parecem bastante elevados para um concelho com as características do de Oleiros. No rácio salas de aula/turma podemos verificar que existe quase uma sala por turma, o que nos parece também bastante satisfatório.

Quadro 49. Rátios do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário

	Escola	Rácio Alunos/Professor	Rácio Alunos/Sala	Rácio Alunos/Turma	Rácio Salas Aula/Turma
Rede Pública	E.B. 2,3/S Padre António Andrade	6,3	18,6	16,7	0,9

a) No nº de salas a funcionar estão incluídas apenas as salas de aula

Relativamente à taxa de ocupação das salas de aula da escola E.B. 2,3/S Padre António Andrade consideramos na sequência do que foi referido anteriormente que ela é bastante elevada (74,6%) para um concelho com as características do de Oleiros. No entanto, gostaríamos de salientar que na taxa de ocupação apresentada apenas foram incluídas as salas de aula normais, e como se sabe na maioria das escolas E.B. 2,3/S normalmente as turmas vão circulando também por outras salas (laboratórios e pelas restantes salas da escola), o que baixaria a taxa de ocupação. Consideramos no entanto, que a escola possui recursos físicos e equipamentos de

ensino que podem garantir um ensino de qualidade para o número de turmas e de alunos que a frequentam.

Quadro 50. Taxas de ocupação das escolas dos 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Escola	Nº de salas de aula a funcionar	Total de alunos	Taxa de Ocupação
E.B. 2,3/S Padre António Andrade	17	317	74,6%

a) No nº de salas a funcionar estão incluídas apenas as salas de aula

No que a instalações desportivas diz respeito, consideramos que a escola E.B. 2,3/S Padre António Andrade possui as condições indispensáveis e adequadas para a prática da disciplina de Educação Física, bem como para a prática do desporto escolar.

Quadro 51. Instalações Desportivas da escola do 2º, 3º Ciclos e Secundário

		Campo Jogos	Polidesportivo	Salas Desporto	Pavilhão Desportivo	Balneários
Rede Pública	E.B. 2,3/S Padre António Andrade	1	-	-	1 a)	2

a) A escola usa o pavilhão da Câmara Municipal

Frequentam a escola E.B. 2,3/S Padre António Andrade, vinte e seis crianças com necessidades educativas especiais de carácter prolongado, distribuídas por onze turmas.

Quadro 52. Necessidades Educativas Especiais e Transporte Escolar

	Nº de crianças com Necessidades Educativas Especiais	Turmas com crianças com Necessidades Educativas Especiais	Crianças Beneficiárias Transporte Escolar
E.B. 2,3/S Padre António Andrade	26	11	208

Podemos também constatar que muitas das crianças da escola E.B. 2,3/S Padre António Andrade são beneficiárias do transporte escolar, uma vez que se deslocam das aldeias vizinhas para Oleiros para frequentar a escola da sede do concelho.

10.2. Previsão de evolução da população escolar dos vários Ciclos de estudos

Trataremos, neste capítulo, de prever qual será a evolução da população a frequentar cada um dos Ciclos de estudos, e dentro destes, em cada um dos anos de escolaridade e cada uma das escolas em todos os anos lectivos entre 2006 e 2010.

Para isso teremos em conta um conjunto de factores que importa enumerar:

- Evolução da população residente do concelho de Oleiros, tendo em conta os censos gerais á população entre 1981 e 2001.
- Evolução da população dos vários grupos etários do concelho de Oleiros, tendo em conta os censos gerais á população entre 1981 e 2001.
- Análise do número de nascimentos, por ano civil e até ao ano de 2004, no concelho de Oleiros e em todas as suas freguesias.
- Previsões do número de nascimentos no período entre 2005 e 2010, no concelho de Oleiros e em todas as suas freguesias.
- Análise das taxas de escolarização dos vários anos lectivos e das várias escolas de cada um dos Ciclos de estudos.
- Análise do número de alunos a frequentar cada um dos anos escolares de cada um dos Ciclos de estudos, nos anos lectivos compreendidos entre 2000 e 2005.

Do contacto que a equipa teve com as várias escolas, jardins-de-infância, sede de agrupamento vertical de escolas e Câmara Municipal, tornou-se clara a existência de factores que, tal como em qualquer outro estudo que envolva a previsão de dados, são muito difíceis de quantificar com uma margem de erro aceitável. Referimo-nos, por exemplo, a factores como:

- Movimentos migratórios da população, quer ao nível do concelho, quer ao nível de concelhos limítrofes, do país ou mesmo do estrangeiro.
- Movimentos de alunos do concelho que optam por frequentar cursos de estudos que só existem noutros concelhos (por exemplo cursos técnico profissionais)

Quadro 53. Previsão de evolução da população do Ensino Pré-escolar

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Estreito	10	10	9	8	9	6	6	6	5	4	4
Oleiros	57	52	50	59	53	55	55	55	55	55	55
Orvalho	10	10	7	8	7	10	8	8	7	7	7
TOTAL	77	72	66	75	69	71	69	68	67	66	65

Quadro 54. Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11

Estreito	-40,00%	-33,33%
Oleiros	-3,51%	0,00%
Orvalho	0,00%	-30,00%
TOTAL	-7,79%	-7,04%

A observação dos quadros anteriores permite concluir que até ao ano lectivo de 2010/2011, ainda que se verifique uma ligeira diminuição do número alunos, a variação do efectivo populacional do ensino Pré-escolar não é muito significativa (diminuição de 12 alunos, quando comparamos 2010/11 com 2000/01).

Globalmente prevê-se que o decréscimo verificado no período 2000/2006 (-7,79%) se mantenha, no período 2005/2011, em valores da ordem dos -7,04%, que correspondem à diminuição de 6 alunos, ou seja tantos como no primeiro intervalo.

Nos anos lectivos do quinquénio 2000 a 2005 o decréscimo do efectivo populacional das freguesias do Estreito e de Oleiros situaram-se, respectivamente, ao nível de -40% e -3,5%, enquanto que na freguesia do Orvalho a variação registada foi nula.

Prevê-se que os anos lectivos compreendidos entre 2005/06 e 2010/11 sejam caracterizados por uma preocupante manutenção da taxa de decréscimo da população a frequentar o ensino Pré-escolar na freguesia do Estreito (-33%), por uma evolução nula na sede do concelho e por uma elevada taxa de diminuição do número de alunos, que na freguesia do Orvalho se deverá situar em -30%.

Quadro 55. Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Cambas	2	5	6	6	8	6	7	6	8	7	6
Estreito	23	25	22	22	17	14	19	18	18	15	14
Isna	3	3	4	4	4	0	*	*	*	*	*
Madeirã	5	5	5	2	2	4	*	*	*	*	*
Mosteiro	14	15	10	8	8	6	*	*	*	*	*
Oleiros	93	103	88	83	86	82	82	77	72	69	65
Orvalho	26	24	17	17	15	10	8	8	11	17	15
Sobral de Cima	4	5	6	8	7	5	9	10	9	9	9
TOTAL	170	185	158	150	147	127	125	119	118	117	109

Quadro 56. Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11

Cambas	200,00%	0,00%
Estreito	-39,13%	0,00%
Isna	-100,00%	*
Madeirã	-20,00%	*
Mosteiro	-57,14%	*
Oleiros	-11,83%	-20,73%
Orvalho	-61,54%	50,00%
Sobral de Cima	25,00%	80,00%
TOTAL	-25,29%	-14,17%

No que se refere ao 1º Ciclo do Ensino Básico prevê-se que o número total de alunos tenha uma forte diminuição. Do ano lectivo 2000/01 para o ano lectivo 2010/11 prevê-se uma diminuição de 61 alunos (43 entre 2000/01 e o ano lectivo 2005/06 e 36 entre este ano lectivo e o ano de 2010/11) no efectivo escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico (-35,88%).

Globalmente, e no período compreendido entre os anos lectivos de 2005/06 e 2010/11, a diminuição do número de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho deverá situar-se ao nível de -14,17 % desagrandando, assim, a evolução negativa que o número total de alunos do 1º Ciclo no concelho já evidencia entre 2000/01 e 2005/2006 (-25,29%).

Nas freguesias assinaladas com * verifica-se uma deslocalização da respectiva população escolar que passará a partir do ano lectivo 2006/07 a frequentar as escolas do 1º Ciclo de outras freguesias (nomeadamente, os alunos da Madeirã passarão a frequentar a escola do Sobral, os alunos do Mosteiro passam a deslocar-se para a sede do concelho e os alunos da Isna já desde o ano lectivo 2005/06 que frequentam a escola de Oleiros).

A única freguesia onde se verifica diminuição da população no período compreendido entre 2006 e 2010 é a sede do concelho que verá o efectivo escolar do 1º Ciclo diminuir em -20,73%, enquanto que no período compreendido entre os anos lectivos de 2000/05 e 2005/2010 essa diminuição foi de apenas -11,83%.

Nas freguesias de Cambas e Estreito não deverá haver diferenças ao nível do número de indivíduos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico, no período compreendido entre os anos lectivos de 2000/05 e 2005/2010.

Noutras duas freguesias, Orvalho e Sobral de Cima, e neste mesmo período, é de esperar que se verifique um aumento da população a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico, com

variações que em termos percentuais se situam, respectivamente, nos níveis de 50% e 80%. Estes valores correspondem, no caso do Orvalho, a uma total inversão da tendência verificada no período 2000/01 a 2005/06 (-61,54%) e a um incremento do crescimento no caso do Sobral de Cima (25%) no período 2000/01 a 2005/06.

Quadro 57. Previsão de evolução da população do 1º Ciclo do Ensino Básico por ano de escolaridade

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
1º ano	30	45	27	28	24	29	27	25	32	33	27
2º ano	44	43	59	34	43	31	33	31	27	31	31
3º ano	48	40	29	59	23	35	31	32	29	25	26
4º ano	48	57	43	29	57	32	34	31	30	28	25
Total	170	185	158	150	147	127	125	119	118	117	109

Quadro 58. Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11
1º ano	-3,33%	-6,90%
2º ano	-29,55%	0,00%
3º ano	-27,08%	-25,71%
4º ano	-33,33%	-21,88%
Total	-25,29%	-14,17%

Analisando os dados por ano de escolaridade verificamos que todos os anos de escolaridade apresentam até 2005/06 taxas de crescimento populacional negativas e, com excepção do 2º ano de escolaridade, deverão continuar a verificar, até 2010/11 um decréscimo no seu número de alunos matriculados (ainda que de forma menos acentuada do que até 2005/06). No período compreendido entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11 são o 3º e o 4º anos de escolaridade que apresentarão maiores taxas de decréscimo populacional, respectivamente -25,71% e -21,88% (correspondente a uma diminuição de 9 e 7 alunos). Esta diminuição já era verificada no período compreendido entre os anos lectivos 2000/01 e 2005/06, se bem que os anos de escolaridade com maiores decréscimos eram o 2º e o 4º ano (com -29,55% e -33,33% respectivamente).

Quadro 59. Previsão de evolução da população dos 2º e 3º Ciclos do E. Básico

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
5º ano	36	31	44	44	33	56	32	35	31	29	36

6º ano	43	41	36	43	39	35	56	34	33	32	31
7º ano	76	62	44	52	58	41	35	56	34	31	30
8º ano	67	65	53	27	38	49	41	35	56	34	27
9º ano	75	76	80	49	30	39	49	41	35	56	34
Total	297	275	257	215	198	220	213	201	189	182	158

Quadro 60. Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11
5º ano	55,56%	-35,71%
6º ano	-18,60%	-11,43%
7º ano	-46,05%	-26,83%
8º ano	-26,87%	-44,90%
9º ano	-48,00%	-12,82%
Total	-25,93%	-28,18%

A análise das tabelas anteriores permite-nos dizer que a população dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico terão comportamentos diferentes entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11.

Quando comparamos o número de alunos matriculados em 2000/01 com o número de alunos que se prevêem estar a frequentar em 2010/2011 o 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, verificamos que, em conjunto, estes Ciclos de estudos terão uma diminuição de 139 alunos (-46,8%). A variação do crescimento da população escolar ao longo da década em análise é muito significativa e mantém-se aproximadamente constante ao longo do tempo. No período compreendido entre os anos lectivos de 2000/01 e 2005/2006 a taxa de decrescimento situa-se nos -26% para no período compreendido entre 2005/06 e 2010/11 se situar ao nível de -28%.

A análise de cada um dos anos de escolaridade dos ciclos em estudo, mostra que:

No 5º ano de escolaridade, até 2005/2006 tinha aumentado o número de alunos matriculados em 55,56%, deverá no período compreendido entre 2005/06 e 2010/11 sofrer uma quebra muito significativa, de -35,71%.

O 6º ano de escolaridade deverá, no período compreendido entre 2005/06 e 2010/11, atenuar a evolução negativa já verificada entre 2000/01 e 2005/2006 (-18,6%) para valores da ordem dos 11%.

No 3º Ciclo de Ensino Básico, quando comparamos os mesmos períodos verificamos que a evolução é bastante diversificada.

Prevê-se para o número de alunos a frequentar o 7º ano de escolaridade uma diminuição da tendência generalizada de queda que entre 2000/01 e 2005/2006 era de -46 % e entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11 deverá estar situada ao nível de -27%.

No 8º ano de escolaridade a diminuição do número de alunos tenderá a acentuar-se, uma vez que entre os anos lectivos 2000/01 e 2005/2006 a percentagem de queda era de -27 % e para o período 2005/06 e 2010/11 se prevê uma diminuição de - 45 %.

Relativamente ao 9º ano de escolaridade a diminuição do número de alunos desagrava-se passando de -48% entre os anos lectivos 2000/01 e 2005/2006 para valores da ordem de -13% entre os anos lectivos 2005/06 e 2010/11.

Quadro 61. Previsão de evolução da população do Ensino Secundário

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
10º ano	23	34	40	62	59	16	25	40	35	28	37
11º ano	19	18	13	23	38	44	16	25	40	35	28
12º ano	20	19	14	18	16	37	44	20	25	40	35
Total	62	71	67	103	113	97	85	85	100	103	100

Quadro 62. Variação percentual de 2000/01 a 2010/11

	Variação percentual	
	2000/01-2005/06	2005/06-2010/11
10º ano	-30,43%	131,25%
11º ano	131,58%	-36,36%
12º ano	85,00%	-5,41%
Total	56,45%	3,09%

Contrariamente à evolução do número de alunos prevista para os restantes anos lectivos, no que diz respeito ao Ensino Secundário e de uma forma global, será de esperar um aumento do número dos seus efectivos (mais 38 alunos quando comparamos 2010/11 com 2000/01). Esta tendência de crescimento, bastante acentuada no período compreendido entre os anos lectivos 2000/2001 e 2005/06 (com uma taxa de 56,45%) é, no entanto, significativamente atenuada entre 2005/06 e 2010/11, período em que a taxa de crescimento baixa para 3%.

Analisando cada um dos anos lectivos do Ensino Secundário verificamos que, enquanto que de 2000/01 a 2005/06 o número de alunos a frequentar o 10º ano sofreu uma quebra de - 30%, de 2005/06 a 2010/11 esse número deverá aumentar em 131%.

O 11º ano de escolaridade, caracterizado por uma taxa de crescimento de 132% no período entre 2000/01 e 2005/06, deverá apresentar entre 2005/06 e 2010/11 um decrescimento populacional da ordem dos -36 %.

No que respeita ao 12º ano de escolaridade à evolução positiva verificada entre 2000/01 e 2005/06 (85%) segue-se um período de diminuição do número de alunos matriculados, que em 2010/11 se situa ao nível de -5% quando comparado com 2005/06.

11 – Critérios de Ordenamento da Rede Educativa

O entendimento de que a educação e formação profissional constituem um processo integrado, é reforçado e operacionalizado pela actual reforma do sistema educativo. Esta orientação dá continuidade a medidas políticas de igual sentido, que vinham a ser tomadas em articulação com decisões e orientações Comunitárias, que foram particularmente reforçadas após a decisão estratégica de promover a aprendizagem ao longo da vida, adoptada no Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000, durante a presidência Portuguesa da Comunidade. Neste conselho foi aprovada uma nova estratégia para a Europa, baseada na inovação e na formação ao longo da vida, como suporte do desenvolvimento económico e social.

Os princípios e os objectivos que norteiam a política educativa de um país reflectem-se na concepção e na implantação da rede de estabelecimentos de educação, ensino e formação. Qualquer parque escolar traduz as marcas e as opções, tomadas ao longo dos anos em contextos de permanente evolução social, científica, económica e política. As construções escolares edificadas sobretudo a partir do século XIX, com fronteiras espaciais e arquitectónicas rígidas, revelam-se actualmente inadequadas tanto a novas concepções e modelos de aprendizagem como à distribuição territorial da população e têm vindo progressivamente a ser ultrapassadas, em muitos casos, pela força da própria dinâmica social e educativa desencadeada a nível local.

A existência e o reconhecimento dessa dinâmica são um elemento essencial da construção da dimensão local da política e acção educativa e uma variável fundamental a considerar no planeamento da rede. Por isso, ao pensar os objectivos do planeamento da rede deve partir-se de um quadro conceptual de inteligibilidade da realidade, afastando-se de qualquer posicionamento determinista e visão centralista, que facilite a criação de um sistema operativo flexível capaz de servir e apoiar as diferentes respostas a encontrar a nível local e regional.

O documento orientador do reordenamento da rede educativa elaborado pelo Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação aponta um conjunto de princípios que devem constituir o quadro de inteligibilidade que sustenta o planeamento da rede, e que passamos a citar:

- reconhecimento da importância da participação social na construção da ordem local e na definição do bem comum, defendendo a negociação entre parceiros oriundos de diferentes sectores da

sociedade (educação, autarquias, interesses económicos, entre outros) como um elemento fundamental a ter em conta na definição e desenvolvimento da rede educativa;

- entendimento da rede educativa como uma malha da rede maior e mais geral de equipamentos locais de diversa natureza, que têm como fim comum contribuir para o desenvolvimento nacional através da satisfação das necessidades e aspirações identificadas a nível local;
- concepção da aprendizagem e desenvolvimento educativo como um processo sequencial, integrado e complementar, não compartimentado, nem no espaço, nem no tempo, nem nos saberes. Concepção que exige o esforço da articulação de todo o sistema de educação e ensino, e entre este e todos os outros processos e situações educativas a que a escola deve abrir-se numa perspectiva de contributo para a valorização dos recursos humanos.

De acordo com os princípios orientadores referidos anteriormente, pensamos ser fundamental ter em conta quatro pontos que nos parecem ser determinantes:

- 1 – A rede educativa deverá cobrir de uma forma coerente a totalidade do concelho, de modo a dar resposta às necessidades de formação ao nível da escolaridade obrigatória gerada pela população residente (projecção temporal para um horizonte até 2010/2011) contribuindo para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais, assegurando a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.
- 2 – A rede do ensino Pré-escolar (público e privado) deve assegurar a cobertura total da procura gerada pela população residente no concelho (projecção temporal para um horizonte até 2010/2011) com níveis de qualidade adequados, de forma a favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades das crianças.
- 3 – Nas previsões da procura do ensino, ter em conta o alargamento da escolaridade obrigatória até aos dezoito anos de idade, devendo a rede escolar dar cobertura integral à procura gerada pela população residente no concelho (projecção temporal para um horizonte até 2010/2011).
- 4 – Na requalificação do parque escolar deve procurar-se proporcionar a alunos, professores e outros intervenientes na acção educativa, as condições mais apropriadas para o desenvolvimento de um ensino de qualidade para que possa haver um pleno desenvolvimento dos processos educativos e das aprendizagens.

O reordenamento da rede, embora tenha por detrás questões financeiras, sustenta-se fundamentalmente em questões pedagógicas e funcionais, dando particular importância e

prioridade às necessidades que se traduzam numa efectiva melhoria da qualidade do serviço educativo prestado às crianças do concelho, tais como:

- Melhoria das condições pedagógicas e elevação dos processos educativos e das aprendizagens nas escolas;
- Desenvolvimento de processos de socialização, com o objectivo de superar as condições de isolamento a que são submetidas muitas crianças e professores;
- Racionalização na utilização dos recursos educativos, didácticos e humanos, por forma a potenciar o desenvolvimento integral das crianças.

Na proposta de reordenamento da rede apresentada procuramos ter em conta critérios por vezes contraditórios, como são por um lado, a importância de uma oferta de proximidade que evite deslocações incómodas (principalmente para as crianças mais pequenas), e por outro preocupações relacionadas com a concentração da oferta, que permite melhores condições na qualidade dos serviços educativos prestados.

No reordenamento da rede educativa, levamos em linha de conta algumas premissas apontadas pelo Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação e, como tal, optamos pela desactivação de algumas escolas do 1º Ciclo para as quais se projecta um número de alunos inferior a vinte (evidenciando uma procura de ensino abaixo dos limiares críticos) e criação de pólos de oferta de educação Pré-escolar e de 1º Ciclo em locais que, pela sua área de influência, tenham um potencial de captação de alunos em número adequado que possam favorecer o desenvolvimento dos processos educativos. Procuramos, de igual modo, e sempre que possível evitar o recurso a turmas com níveis de escolaridade diferenciados.

Relativamente aos locais de implementação dos pólos de concentração da oferta educativa ao nível do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, procuramos ter em conta as dinâmicas demográficas e de desenvolvimento, bem como as distâncias nos trajectos e a rede de transportes e também orientações estratégicas dos diferentes agentes envolvidos no processo educativo e da câmara municipal. Levamos ainda em linha de conta, o possível aproveitamento do parque escolar existente.

Considerando o atrás referido, propomos um projecto de reestruturação da rede educativa ao nível do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico que procure a integralidade do percurso escolar, a promoção de um espírito de comunidade, a complementaridade entre freguesias, a

gestão racional dos recursos e sua modernização, a promoção de um clima securizante e de melhor aproveitamento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Pretendemos, assim, melhorar a oferta formativa, procurando dar a resposta mais adequada às necessidades e anseios dos residentes no concelho, de forma a contribuir para que o mesmo se torne mais atractivo, ajudando a fixar as populações. Por outro lado, há a preocupação com a melhoria do parque escolar de forma a proporcionar aos alunos, professores e demais agentes que fazem parte do sistema educativo, instalações e dotações de equipamentos adequados a uma boa vivência, às exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos e das aprendizagens.

11.1 - Critérios de reordenamento relacionados com os diferentes Ciclos de ensino

No reordenamento da rede educativa, é fundamental ter em linha de conta algumas premissas determinantes, apontadas pelo Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação em cada um dos Ciclos de ensino, e que passamos a citar:

11.1.1 - Educação Pré-escolar

- A educação Pré-escolar pode realizar-se em unidades distintas ou incluídas em outras unidades onde também seja ministrado o Ensino Básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais nomeadamente de educação extra-escolar.
- Cada sala de educação Pré-escolar deve ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 25 crianças.
- Em zonas de baixa densidade populacional poderá ser autorizada uma frequência inferior a 20 ou a adopção de modalidades alternativas, designadamente de educação itinerante e a animação infantil comunitária.

Os requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação Pré-escolar, devem obedecer a critérios gerais, tais como:

- a) Integração ou associação dos estabelecimentos de educação Pré-escolar com os vários equipamentos colectivos, nomeadamente estabelecimentos de ensino ou com outro tipo de equipamento colectivo compatível, numa perspectiva de racionalização e articulação de gestão e utilização dos recursos físicos e humanos;

- b) Versatilidade na criação ou reconversão de instalações destinadas aos estabelecimentos de educação Pré-escolar, de modo a permitirem adaptações à evolução da procura e à dinâmica dos métodos e objectivos pedagógicos, educacionais e de apoio social.
- c) Variedade de tipologias de estabelecimentos de modo a adequar as funções, o tipo de atendimento oferecido e as dimensões dos estabelecimentos de educação Pré-escolar à especificidade de cada local ou região tendo em conta a conjugação de princípios de carácter pedagógico, educacional, apoio social, administrativo, financeiro e arquitectónico.

Prevê ainda que se se verificar a necessidade de criação de uma única sala, a solução poderá ser a de integração noutro tipo de equipamento colectivo.

De acordo com os princípios definidos consideram-se as seguintes tipologias para os estabelecimentos de educação Pré-escolar:

- Jardins de Infância (JI)
- Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI)
- Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EBI/JI)

11.1.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico

Os dados do ministério da educação permitem verificar que a actual rede do 1º Ciclo do Ensino Básico compõe-se ainda, na sua maioria (cerca de 57 %), de escolas de muito pequena dimensão (1 ou 2 lugares docentes). O problema destas escolas, que se situam frequentemente em áreas desvitalizadas, de grande dispersão populacional e de difícil acessibilidade, constitui um dos problemas mais preocupantes no reordenamento da rede do Ensino Básico, representando frequentemente um sério constrangimento à implementação das medidas propostas pela LBSE.

Nos últimos anos têm sido postas em prática as medidas consideradas mais adequadas à resolução de cada caso mas que passam, normalmente, pelo agrupamento de escolas ou pela concentração de alunos em estabelecimentos de maior dimensão, desde que estes possuam as condições físicas indispensáveis ao cumprimento dos actuais objectivos curriculares e ao pleno desenvolvimento educativo e social das crianças, de forma qualificada e qualificante.

O princípio definido na LBSE de evitar a vinculação dos edifícios a um único nível de ensino tem vindo a ser posto em prática pelas Direcções Regionais de Educação, como forma de rentabilizar o parque escolar através de uma melhor gestão de espaços que, entretanto, ficaram

sub-ocupados devido ao decréscimo de frequência. Com efeito, e tal como se pode constatar pela análise comparativa dos dados relativos à situação do parque escolar, existe um número muito significativo de estabelecimentos de educação Pré-escolar criados para funcionar em salas devolutas de antigas escolas primárias que assim passaram à tipologia Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância.

Os critérios para suspensão de escolas de 1º Ciclo são aprovados anualmente por despacho ministerial, sob proposta da estrutura coordenadora do Movimento Anual da Rede Escolar (MARE), quando não se verifique uma das seguintes condições:

- 1 - Escolas cuja frequência prevista para o ano lectivo seguinte seja igual ou inferior a 10 alunos (nº3 do artº 70º do Dec.Lei 35/88 de 4 de Fevereiro);
- 2 - Escolas unitárias, independentemente do número de alunos, onde nos dois últimos anos se tenha verificado a impossibilidade de fixar professores, decorrente da inexistência de transporte de ligação à escola (adequado ao horário de funcionamento da mesma) e de alojamento para o professor na localidade;
- 3 - Escolas unitárias, independentemente do número de alunos, cujas instalações não reúnam condições pedagógicas e requisitos mínimos de higiene, salubridade e segurança.
- 4 - A organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares é da competência da autarquia. Esta competência consiste na oferta do serviço de transporte a todos os alunos entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino, respectivamente sem ou com refeitório.

No caso das propostas de suspensão de escolas cujos alunos residam a mais de 3 km ou 4 km da escola integradora deverá ser ouvida a autarquia no sentido de verificar se esta dispõe de transporte de ligação à referida escola.

O acesso ao transporte escolar deverá ser garantido pela autarquia a todos os alunos que dele necessitem considerando a distância residência-escola, idade dos alunos e os perigos do percurso.

11.2 - Território Educativo

O conceito de Território Educativo fornecerá, de acordo com a legislação mais recente, a matriz da constituição das novas redes educativas. Contudo, para tentar minimizar os impactos

desta nova organização para a entidade gestora da rede e para a população, deverá ter-se em consideração a organização previamente existente, que assenta no conceito de Agrupamento Escolar.

O Manual para a Elaboração da Carta Educativa define Território Educativo como sendo:

“Um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado”.

Esta nova unidade é o principado geográfico concelhio onde se assegura a escolaridade obrigatória em funcionamento integrado. Deverá ser servido por um conjunto de instalações de educação Pré-escolar, Ensino Básico e secundário interdependentes e complementares sob a perspectiva pedagógica e da utilização dos recursos físicos e infra-estruturas de apoio.

Um dos objectivos primordiais do Território Educativo é a distribuição equitativa, pela população escolar, das condições mínimas de frequência de ensino a que toda a criança tem direito. Deverá caracterizar-se por:

1. Promoção do sucesso escolar dos alunos, sob o ponto de vista da aprendizagem sequencial programada e acompanhada ao longo dos vários níveis de ensino;
2. Funcionamento integrado de serviços de apoio sócio-educativo (Psicologia, Orientação Educativa e Acção Social Escolar);
3. Optimização e qualidade dos recursos físicos e material didáctico, com grande ênfase na administração e gestão educativa;
4. Facilidade de contacto entre os docentes;
5. Promoção da formação profissional de pessoal docente e não docente, adequada às especificidades regionais e locais.

A área de influência dos Territórios Educativos deverá facilitar os contactos entre os vários equipamentos de ensino aí existentes, considerando para tal efeito as condições geográficas, de acessibilidade e de densidade populacional. Dentro do TE deverá existir um equipamento de ensino denominado de nuclear, que congrega os melhores e mais qualificados recursos físicos, humanos e materiais, e onde se articulam diversas actividades que não são passíveis de serem efectuadas em muitas das escolas do TE. Esta Escola Nuclear será o centro dinamizador e de apoio pedagógico da porção da rede educativa que lhe compete.

As propostas de Território Educativo que se apresentam de seguida foram o resultado de um longo e complexo processo de consulta às Autarquias Locais e às entidades ligadas à educação no concelho. Deste *processo-plano* foram concebidas inúmeras alterações até à solução final de intervenção que se explana no próximo capítulo.

11.3 - Diagnóstico Prospectivo

Depois de realizado o diagnóstico da situação educativa no concelho de Oleiros há que decidir quais as medidas a tomar no futuro próximo. É necessário atender a aspectos quantitativos, verificando se os equipamentos educativos hoje existentes conseguirão responder nos próximos anos às necessidades previsíveis e colmatando eventuais falhas e, por outro lado, melhorar a oferta educativa e formativa de modo a elevar os níveis educacionais, procurando diminuir o abandono e o insucesso escolar, e contribuir deste modo para o êxito do percurso educativo e formativo inicial da população do concelho.

Interessa fazer, para cada nível educativo, um exercício de previsão sobre que população escolar teremos no futuro próximo. Os cenários que se podem desenhar dependem de um largo conjunto de variáveis, entre as quais se podem referir (condicionantes da projecção):

- variação da população residente no concelho;
- evolução da população dos vários grupos etários do concelho;
- análise do número de nascimentos e previsões do número de nascimentos no período entre 2005 e 2010;
- análise das taxas de escolarização dos vários anos lectivos e das várias escolas de cada um dos Ciclos de estudos;
- análise do número de alunos a frequentar cada um dos anos escolares de cada um dos Ciclos de estudos

Naturalmente que há variáveis de maior dificuldade de previsão como as conjunturais, com as quais não se entrará aqui em consideração.

Neste sentido, procura-se neste capítulo um diagnóstico de carácter prospectivo, baseado em projecções elaboradas para o ano 2011, tomando em consideração o que se pensa que irá formatar a relação entre a procura e a oferta de educação num futuro mais ou menos próximo. O comportamento estimado daquela procura baseia-se nas projecções efectuadas e apresentadas anteriormente. Em função daquelas projecções, admite-se que a procura por ensino/educação por

parte da população residente no concelho será coberta a 100% pela rede escolar existente no município e que a oferta da rede privada (IPSS) que existe no presente manterá o número de escolas.

Uma das grandes virtudes do balanço prospectivo é o de facultar a percepção das debilidades da rede escolar que actualmente se encontra em funcionamento; quando contrabalançados com os elementos de diagnóstico territorial apresentados em pontos anteriores do presente documento, constituem-se como os dois pilares fundamentais na elaboração da proposta de actuação que será apresentada no capítulo seguinte.

11.3.1 - Educação Pré-escolar

A capacidade da rede de Jardins de Infância existentes foi avaliada tendo por base o número de salas de actividades de cada um dos estabelecimentos de ensino do concelho e considerando como capacidade recomendável e capacidade máxima por sala de aula, respectivamente 20 e 25 alunos.

Quadro 63. Capacidade recomendada e máximas dos Jardins de Infância

Estabelecimento	Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade Recomendável		Capacidade Máxima	
			Sala	Escola	Sala	Escola
Jardim de Infância de Oleiros	Oleiros	1	20	20	25	25
Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia	Oleiros	3	20	60	25	75
Jardim de Infância de Estreito	Estreito	1	20	20	25	25
Jardim de Infância do Orvalho	Orvalho	1	20	20	25	25

Tendo em conta o número de salas de actividade por freguesia, as respectivas capacidades recomendadas e máximas e a previsão de procura estimada para o ano lectivo 2010/11, é estimado o balanço entre a oferta e a procura de ensino e calculadas as taxas de ocupação previstas para cada uma das freguesias e tendo sempre em atenção as duas capacidades – recomendada e máxima.

Quadro 64. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no Ensino Pré-escolar

Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procure		Tx Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Cap. Recom.	Cap. Max.	Cap. Recom.	Cap. Max.
Oleiros	4	80	100	55	25	45	69%	55%
Estreito	1	20	25	4	16	21	20%	16%
Orvalho	1	20	25	7	13	18	35%	28%
Total do Concelho	6	120	150	66	54	84	55%	44%

Da análise do quadro anterior concluímos que:

- Globalmente, a rede actual tem capacidade excedente de cobertura da procura estimada para o ano lectivo 2010/11;
- A freguesia sede do concelho sendo a que apresenta maior excesso de oferta, evidenciando um elevado número de vagas (entre 25 e 45, tomando como referência as capacidades recomendadas e máximas, respectivamente) é também a que apresenta maiores taxas de ocupação.
- As freguesias de Estreito e Orvalho apresentam taxas de ocupação muito baixas, como resultado da crescente rarefacção populacional que afecta o concelho.

Para a freguesia sede de concelho prevê-se uma elevada taxa de ocupação que no entanto deixa margem para precaver uma eventual tendência de concentração urbana no concelho.

11.3.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico

Os critérios utilizados para avaliar a capacidade da rede de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico existente, a capacidade recomendável e capacidade máxima por sala de aula, o balanço entre a oferta e a procura de ensino e as taxas de ocupação previstas para cada uma das freguesias foram os mesmos que para o Ensino Pré-escolar.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Quadro 65. Capacidade recomendada e máximas das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Estabelecimento	Freguesia	Salas de Atividades	Capacidade Recomendável		Capacidade Máxima	
			Sala	Escola	Sala	Escola
Escola do 1º Ciclo de Cambas	Cambas	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Estreito	Estreito	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Madeirã	Madeirã	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Mosteiro	Mosteiro	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Vale de Souto	Mosteiro	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Oleiros	Oleiros	5	20	100	25	125
Escola do 1º Ciclo de Orvalho	Orvalho	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Foz do Giraldo	Orvalho	1	20	20	25	25
Escola do 1º Ciclo de Sobral de Cima	Sobral de Cima	1	20	20	25	25

Da mesma forma o balanço prospectivo para o ano lectivo de 2010/11 de oferta-procura do 1º Ciclo do Ensino Básico a nível do concelho é o seguinte:

Quadro 66. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Salas de Atividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procure		Tx Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Cap. Recom.	Cap. Max.	Cap. Recom.	Cap. Max.
Cambas	1	20	25	6	14	19	30%	24%
Estreito	1	20	25	14	6	11	70%	56%
Madeirã	1	20	25	*	*	*	*	*
Mosteiro	2	40	50	*	*	*	*	*
Oleiros	5	100	125	65	35	60	65%	52%
Orvalho	2	40	50	15	25	35	38%	30%
Sobral de Cima	1	20	25	9	11	16	45%	36%
Total do Concelho	13	260	325	109	151	216	42%	34%

Da análise do quadro anterior concluímos que:

- De uma forma generalizada e tendo em conta as taxas de ocupação por sala de aula a rede actual tem capacidade excedentária de cobertura da procura estimada para o ano lectivo 2010/11;
- Nas freguesias assinaladas com * verifica-se uma deslocalização da respectiva população escolar que passará a partir do ano lectivo 2006/07 a frequentar as escolas do 1º Ciclo de outras freguesias (nomeadamente, os alunos da Madeirã passarão a frequentar a escola do Sobral e os alunos do Mosteiro passam a deslocar-se para a sede do concelho).

- Nas restantes freguesias do concelho estimam-se taxas de ocupação situadas num intervalo entre 30% e 70%, tendo em conta as taxas de ocupação baseadas na capacidade recomendável;
- O excesso de vagas é generalizado, incluindo na sede de concelho onde se estimam de entre 35 e 60 vagas (tomando como referência as capacidades recomendadas e máximas, respectivamente) o que, apesar de existirem 5 salas de actividade é muito significativo

Adicionalmente, a dispersão desta rede de escolas, conjugada com a rarefacção da população residente, conduz já hoje a números muito reduzidos de alunos na esmagadora maioria dos estabelecimentos do 1º Ciclo (com baixas taxas de ocupação) que são tipicamente de muito pequena dimensão (principalmente em meio rural) e que em alguns casos estão mal dotados de infra-estruturas e equipamentos (apresentando estados de conservação deficiente a muito deficiente, com particular relevância ao nível do edificado). Deste modo é claramente sentida a necessidade de reordenamento da rede de 1º Ciclo e requalificação da oferta, julgando-se que:

- O encerramento de um número significativo de escolas de 1º Ciclo é uma inevitabilidade face às orientações governamentais e às dinâmicas demográficas que apontam no sentido do agravamento da rarefacção da procura deste nível de ensino nas zonas mais rurais do concelho;
- As dinâmicas demográficas do concelho de Oleiros, associadas aos fenómenos de crescente concentração urbana (que constituem ainda uma tendência marcada em Portugal), apontam no sentido do aumento da procura de ensino para o futuro nos principais centros urbanos (com particular incidência na Sede de Concelho) e a reconfiguração da rede escolar deverá acompanhar essa tendência, sendo mais um instrumento que a Câmara Municipal de Oleiros poderá usar para suportar os vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho que pretenda implementar.

Em síntese, julga-se de recomendar orientações para a reconfiguração da rede de 1º Ciclo que vão no sentido de:

1. Concentrar a oferta de ensino de 1º Ciclo nos centros populacionais mais relevantes e com maior dinâmica demográfica;

2. Acompanhar essa concentração com uma requalificação da oferta, nomeadamente ao nível das instalações, infra-estruturas de apoio e equipamentos das escolas e um reforço da Acção Social Escolar.

11.3.3 - 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

No que se refere às escolas com 2.º e 3.º Ciclos, verifica-se que o concelho é servido por apenas uma escola que oferece este tipo de formação. A capacidade desta escola foi avaliada pelo produto do número de turmas que as suas instalações conseguem albergar por 25 alunos e por 28 alunos, de forma a calcular, respectivamente, a capacidade recomendável e máxima de alunos na escola. De referir que esta escola oferece também formação de nível secundário. Este exercício conduziu à elaboração do quadro seguinte:

Quadro 67. Capacidade recomendada e máxima da escola com 2.º e 3.º Ciclos

Freguesia	Estabelecimento	N.º de turmas	Capacidade Recomendável		Capacidade Máxima	
			Turma	Escola	Turma	Escola
Oleiros	Escola E/B 2,3/S Padre António Andrade	12	25	300	28	336

Apresenta-se agora num outro quadro o balanço prospectivo (num horizonte temporal de 5 anos) para o 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, podendo concluir-se que o parque escolar existente tem capacidade para absorver a procura previsível, até 2011, sendo que a própria capacidade da escola ficará subaproveitada.

Quadro 68. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure pelo 2.º e 3.º Ciclos

Freguesia	N.º Turmas	Capacidade (n.º alunos)		Procura 2011	Oferta - Procura	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
Oleiros	12	300	336	158	142	178

A escola com oferta ao nível do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico apresenta, em termos globais, um número total de alunos que é inferior à sua capacidade potencial, uma vez que o número de alunos que procura este tipo de ensino tem vindo a diminuir nos últimos anos. A

escola apresenta um padrão de conservação relativamente bom e a dotação de infraestruturas e de equipamento é muito razoável.

11.3.4 - Ensino Secundário

No caso do Ensino Secundário, esta oferta está igualmente restringida a uma escola. As projecções efectuadas para 2011 apontam para que cerca de 100 alunos o frequentem, de acordo com as condicionantes referidas no início do capítulo.

Quanto à determinação da capacidade da escola que oferece cursos de nível secundário, esta foi calculada pelo produto do número de turmas que a escola tem em funcionamento por 25 alunos e 28 alunos, para obter, respectivamente, a capacidade recomendável e máxima da escola. Desta forma, obtiveram-se os valores apresentados no quadro seguinte.

Quadro 69. Capacidade recomendada e máxima da escola do Ensino Secundário

Freguesia	Estabelecimento	N.º de turmas	Capacidade Recomendável		Capacidade Máxima	
			Turma	Escola	Turma	Escola
Oleiros	Escola E/B 2,3/S Padre António Andrade	6	25	150	28	168

No quadro seguinte, apresentam-se os dados prospectivos para 2011, o que permite elaborar o balanço entre a oferta e a procura previsível para esse ano, no que ao Ensino Secundário diz respeito (incluindo o ensino profissional). Pela análise do quadro, pode-se concluir que o parque escolar responderá mais do que suficientemente à procura prevista para 2011.

Quadro 70. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procura pelo Ensino Secundário

Freguesia	N.º Turmas	Capacidade (n.º alunos)		Procura 2011	Oferta - Procura	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
Oleiros	6	150	168	100	50	68

Paralelamente a este dado, terá que se salientar que existe a necessidade de reconfigurar a oferta educativa do concelho, na perspectiva de adequar a capacidade de resposta ao grande

desafio que o alargamento da escolaridade obrigatória (para 12 anos) irá colocar; esse desafio passará necessariamente pelo reforço e/ou diversificação da oferta de carácter vocacional/profissionalizante. Neste aspecto particular, a inexistência de instituições de ensino profissional, que proporcionam uma formação secundária marcadamente profissionalizante, é um aspecto negativo, por não proporcionar a diversificação que anteriormente se referia nem ir ao encontro das necessidades e expectativas de uma parte da população jovem.

11.4 - Vectores estratégicos de actuação

Depois de termos analisado a situação educativa de Oleiros, de traçarmos uma visão prospectiva geral e delineado os principais objectivos que enquadram as medidas a tomar, vamos agora particularizar as intervenções necessárias para vencer os constrangimentos ainda existentes no sistema educativo no concelho.

Focaremos a nossa atenção nos equipamentos educativos, nas suas necessidades mais prementes, conscientes de que são fundamentais para que os profissionais da educação, que neles exercem a sua actividade, consigam melhorar o seu desempenho e possam contribuir eficazmente para o êxito dos seus alunos e para a criação de escolas mais adequadas ao desenvolvimento de novos projectos educativos.

Neste sentido, e com base no diagnóstico e análises prospectivas, apresentamos agora as linhas de actuação relativamente à rede escolar do concelho, propondo uma requalificação, reordenamento ou reorganização da rede desde o Pré-escolar até ao Ensino Secundário, passando pelos restantes Ciclos de ensino (1º, 2º e 3º Ciclos).

11.4.1. A Educação Pré-escolar

Embora tendo em mente que o reordenamento da rede deve fundamentalmente dar primazia a questões pedagógicas, funcionais ou argumentos ligados a processos de desenvolvimento integral das crianças, consideramos que ao nível do ensino Pré-escolar é tão ou mais importante ter como principal vector de actuação uma oferta de proximidade devidamente qualificada que evite a deslocação de crianças de tenra idade, desde que o seu número justifique

essa mesma oferta. Atendendo ao referido anteriormente, e de acordo com o quadro de projecções para 2010/2011:

Quadro 71. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no Ensino Pré-escolar

Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procure		Tx Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Cap. Recom.	Cap. Max.	Cap. Recom.	Cap. Max.
Oleiros	4	80	100	55	25	45	69%	55%
Estreito	1	20	25	4	16	21	20%	16%
Orvalho	1	20	25	7	13	18	35%	28%
Total do Concelho	6	120	150	66	54	84	55%	44%

Propomos para o concelho de Oleiros:

1. Manutenção a curto prazo dos Jardins de Infância públicos existentes no concelho, com requalificação da oferta, nomeadamente através de uma beneficiação das instalações que apresentem deficiências.

2. Repensar, a médio prazo, a manutenção dos Jardim de Infância do Estreito e do Orvalho, uma vez que a projecção efectuada para 2010/2011 aponta para um número de crianças bastante inferior ao número desejável para o seu funcionamento de acordo com as normas emanadas pelo Ministério da Educação. Entendemos no entanto, que poderá ser criada e contemplada uma situação de excepção relativamente a estes Jardim de Infância, uma vez que este equipamento escolar é o único existente nas freguesias (mais exactamente, nas sedes de freguesia), pelo que a sua extinção significará a extinção da oferta educativa neste nível de ensino em todo o concelho (à excepção do existente na sede do concelho); tal encerramento compromete os princípios de organização territorial e de distribuição do sistema educativo; Por outro lado está previsto para aquelas freguesias um conjunto de investimentos na área empresarial que poderão potenciar num futuro próximo a fixação de novas famílias, alterando assim as condições-base de projecção que foram tidas em conta. Consideramos por isso que não seria coerente a proposta de encerramento dos Jardins de Infância do Estreito e do Orvalho, ressalvando-se que numa futura revisão desta Carta Educativa, ter-se-á que tomar em consideração os casos mencionados nas suas especificidades.

A estrutura proposta para a Educação Pré-escolar funcionaria no modelo proposto no mapa seguinte, em termos de localização.

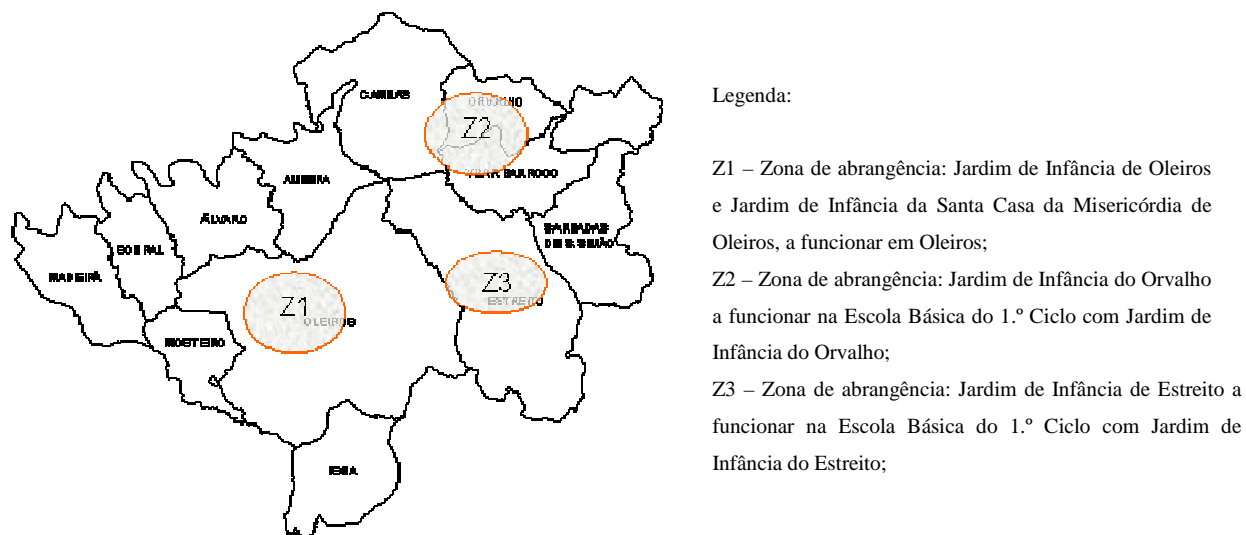


Figura 8. Zonas de intervenção ao nível da educação Pré-escolar

11.4.2. O 1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º Ciclo do Ensino Básico é, como sabemos, o lugar onde se realizam as aprendizagens que estruturam todo o percurso educacional e social do aluno. No momento actual, este nível de ensino passa por uma reestruturação, da qual se salientam os seguintes aspectos:

- a importância curricular atribuída às expressões artísticas (plásticas e musicais) e físico-motoras;
- introdução de um conjunto de áreas curriculares transversais, nomeadamente o trabalho com as TIC, o trabalho de projecto, o estudo acompanhado, ...

No 1º Ciclo pretende-se caminhar para uma situação em que todas as escolas tenham uma dimensão que permita o desenvolvimento de um projecto educativo consistente, utilizando todos os equipamentos sócio-educativos complementares necessários, com uma turma/ano de escolaridade/sala de aula. Atendendo ao referido anteriormente, e de acordo com o quadro de projecções para 2010/2011:

Quadro 72. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure no 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Salas de Actividades	Capacidade (n.º de crianças)		Procura (2010/11) (n.º de crianças)	Balanço Oferta-Procure		Tx Ocupação	
		Recomendável	Máxima		Cap. Recom.	Cap. Max.	Cap. Recom.	Cap. Max.
Estreito	1	20	25	14	6	11	70%	56%
Oleiros	5	100	125	65	35	60	65%	52%
Orvalho	1	20	25	15	5	10	75%	60%
Sobral de Cima	1	20	25	9	11	16	45%	36%
Total do Concelho	13	260	325	109	151	216	42%	34%

Propomos para o concelho de Oleiros:

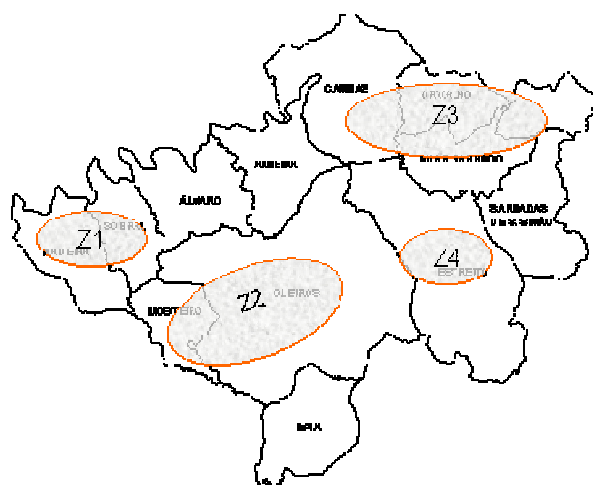
1. A manutenção a curto prazo de quatro escolas do 1º Ciclo que se encontram a funcionar no concelho (Estreito, Oleiros, Orvalho e Sobral de Cima).

2. Repensar no futuro próximo a manutenção da Escola do 1º Ciclo do Sobral de Cima, uma vez que as projecções efectuadas para a mesma apontam para uma estabilização do número de alunos nos próximos anos lectivos (valores baixos de acordo com as normas de funcionamento recomendadas pelo Ministério da Educação), o que se pode revelar escasso para uma utilização racional dos espaços e recursos educativos, bem como desvantagens ao nível pedagógico, de realização de actividades e socialização por parte das crianças. Pensamos, por isso, que a escola mencionada terá de ser monitorizada com alguma atenção, competindo à autarquia ponderar a sua continuidade.

3. A manutenção das escolas do 1º Ciclo do Estreito e do Orvalho, apesar dos valores estarem ligeiramente abaixo das normas de funcionamento recomendadas pelo Ministério da Educação. Entendemos que poderá ser criada e contemplada uma situação de excepção relativamente a estas escolas, uma vez que está previsto para aquelas freguesias um conjunto de investimentos na área empresarial que poderão potenciar num futuro próximo a fixação de novas famílias, alterando assim as condições-base de projecção que foram tidas em conta. Por outro lado, a manutenção destas escolas do 1º Ciclo, vai também ao encontro dos princípios de organização territorial e de distribuição do sistema educativo pelas regiões. Consideramos, por isso, que não seria coerente a proposta de encerramento das escolas do 1º Ciclo do Estreito e do Orvalho, ressalvando-se, no entanto, que numa futura revisão desta Carta Educativa terão de tomar-se em consideração os casos mencionados nas suas especificidades.

É fundamental que as escolas do 1º Ciclo que vão funcionar nos próximos anos lectivos (escolas de Oleiros, Estreito e Orvalho) recorram a programas de beneficiação das instalações, de forma a garantir no médio prazo condições físicas de qualidade de ensino aos seus alunos e agentes educativos.

A estrutura proposta de funcionamento para o 1º Ciclo no concelho de Oleiros para o próximo ano lectivo pode ser apreciado no mapa seguinte, em termos de localização.



Legenda:

Z1 – Zona de abrangência: Escola Básica do 1º Ciclo da Madeirã e do Sobral de Cima, a funcionar no Sobral de Cima.

Z2 – Zona de abrangência: Escola Básica do 1º Ciclo de Oleiros, do Mosteiro e do Vale do Souto, a funcionar em Oleiros.

Z3 – Zona de abrangência: Escola Básica do 1º Ciclo de Cambas, do Orvalho e da Foz Giraldo, a funcionar em Orvalho.

Z4 – Zona de abrangência: Escola Básica do 1º Ciclo de Estreito, a funcionar no Estreito.

Figura 9. Zonas de intervenção ao nível do 1º CEB

11.4.3. Os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

No caso do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (e tendo presente que este não é um nível de ensino de responsabilidade directa da Câmara Municipal), de acordo com as projecções efectuadas, observamos uma tendência decrescente entre os anos lectivos de 2000/2001 e 2004/2005, uma recuperação entre os anos lectivos de 2004/2005 e 2005/2006, seguido de um novo decréscimo nos próximos anos. Pensamos no entanto que no futuro a tendência será para uma certa estabilização que poderá situar-se entre os 160 e os 180 alunos a frequentar os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. Tal pode ser apreciado no quadro de projecções para 2010/2011:

Quadro 73. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure pelo 2.º e 3.º Ciclos

Freguesia	N.º Turmas	Capacidade (n.º alunos)		Procura 2011	Oferta - Procura	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
Oleiros	12	300	336	158	142	178

11.4.4 – O Ensino Secundário

O Ensino Secundário (nível de ensino que não é da responsabilidade directa da Câmara Municipal), de acordo com as projecções efectuadas, apresenta contrariamente aos outros Ciclos de ensino, um crescimento entre os anos 2000/2001 e 2004/05, seguido de um decréscimo para 2005/2006. As projecções futuras apontam para um novo aumento, que tende a estabilizar a partir do ano lectivo de 2008/2009. Pensamos que no futuro a tendência de estabilização poderá manter-se, situando-se entre os 100 e os 110 alunos a frequentar o Ensino Secundário. Tal pode ser apreciado no quadro de projecções para 2010/2011:

Quadro 74. Balanço Prospectivo (2011) de Oferta-Procure pelo Ensino Secundário

Freguesia	N.º Turmas	Capacidade (n.º alunos)		Procura 2011	Oferta - Procura	
		Recomendável	Máxima		Capacidade Recomendável	Capacidade Máxima
Oleiros	6	150	168	100	50	68

A análise dos resultados permite constatar que a Escola E/B 2,3/S Padre António Andrade tem capacidade para continuar a receber os alunos do concelho de Oleiros, que vão frequentar os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, proporcionando condições humanas e materiais conducentes a um ensino de qualidade. Pensamos que é fundamental que continue a existir no concelho de Oleiros uma relação aberta e cordial entre a escola sede do agrupamento e a Câmara Municipal, pois só desta forma se poderá evoluir concertadamente para um ensino integrado nos seus diferentes níveis.

11.5. Optimização do funcionamento escolar – medidas globais

A procura de uma solução optimizadora de espaços e recursos, sugerem algumas medidas globalmente consideradas.

1. Instalação do serviço de acesso à Internet (e gestão integrada do mesmo) em computadores que ainda não possuem esta facilidade. A instalação da Internet permitirá uma ligação em rede entre todas as escolas e a sede do agrupamento, pois tal apenas traz benefícios, desde a partilha de informação mais rápida, a utilização de recursos digitais e a resolução de problemas, bem como o melhor acompanhamento que o agrupamento poderá efectuar em relação

às escolas que dele fazem parte. Parte deste objectivo estará já atingido, com o trabalho desenvolvido no âmbito do programa Internet nas Escolas.

2. Melhoria do material e recursos educativos disponíveis nas Escolas do 1º Ciclo e nos Jardins de Infância do concelho, pela realização de um exercício de levantamento de necessidades junto dos mesmos, por intermédio e em conjunto com o agrupamento, de forma a determinar os tipos de materiais que são efectivamente necessários em cada caso (jogos didácticos e de expressão, livros, jogos/materiais de motricidade, ...). Este levantamento deverá ser feito anualmente (ou no máximo de dois em dois anos), pois tratam-se de materiais facilmente desgastáveis quando manuseados por crianças.

3. Promoção, pelo agrupamento de escolas de Oleiros, de iniciativas e projectos que tenham como público-alvo ou participantes os alunos da educação Pré-escolar e do 1º Ciclo, procurando o fomento da articulação do percurso escolar das crianças (feiras temáticas, semanas de ciência, divulgação de conteúdos, visitas de estudo às escolas do ensino subsequente,...)

4. Candidaturas das bibliotecas escolares das escolas do 1º Ciclo do concelho à rede de Bibliotecas escolares do Ministério da Educação, recorrendo-se, se possível, ao apoio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. A equacionar esta hipótese, tal deveria ser efectuado num prazo relativamente curto para que nos programas de beneficiação a sugerir para as diversas escolas do 1º Ciclo se considerasse desde logo um espaço para instalação de biblioteca. Numa fase posterior, dever-se-ia promover a rotatividade dos fundos bibliográficos entre as diversas bibliotecas.

5. Promoção da acessibilidade nos equipamentos educativos do concelho, através de uma revisão geral dos edifícios e respectiva adaptação à legislação em vigor para edifícios públicos, através de desnivelamento, da colocação de rampas, de placas elevatórias, entre outras.

6. Num contexto de dificuldades orçamentais em Portugal, haverá que procurar formas de financiamento alternativas. Haverá que assegurar a regularidade e assiduidade de candidaturas a programas de financiamento europeus e nacionais de materiais e projectos de desenvolvimento, para todos os públicos (ex: SIQE, PRODEP, POCI-2010, POEFDS e outros que possam vir a surgir), seja pela Câmara Municipal seja pela rede do agrupamento.

11.6. Optimização do funcionamento escolar – medidas específicas de intervenção

Neste ponto apresentaremos uma proposta de intervenções a realizar no edificado, a partir de recolha presencial e em contacto com os utilizadores desses edifícios, de acordo com a ficha-síntese que é proposta pelo Ministério da Educação¹⁷.

Para atender a esta questão, apresentamos um mapa de funcionamento das escolas do concelho de Oleiros.

Quadro 75. Mapa de funcionamento das escolas até 2010-2011

ESCOLAS	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011
Jardim de Infância de Oleiros					
Jardim de Infância do Estreito					
Jardim de Infância do Orvalho					
Escola Básica do 1.º Ciclo de Sobral de Cima					
Escola Básica do 1.º Ciclo do Estreito					
Escola Básica do 1.º Ciclo de Oleiros					
Escola Básica do 1.º Ciclo do Orvalho					

Legenda:

	Funcionamento
	Funcionamento condicionado a análise
	Encerramento

Do quadro anterior, haverá que ter em atenção as questões colocadas em pontos anteriores.

Desta forma, o Jardim de Infância de Oleiros funcionará sem qualquer restrição até ao ano lectivo 2010-2011, enquanto que os Jardins de Infância do Estreito e do Orvalho terão de ser monitorizados para ver a evolução até ao ano lectivo de 2008/2009, e mediante a análise efectuada pela autarquia nessa altura, terá que se reavaliar o seu funcionamento, de acordo com o número de crianças a frequentar.

Relativamente às escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, a escola de Oleiros funcionará sem qualquer restrição até ao ano lectivo 2010-2011, enquanto que as Escolas do Estreito e do Orvalho terão de ser monitorizados para ver a evolução até ao ano lectivo de 2009/2010, e mediante a análise efectuada pela autarquia nessa altura, terá que se reavaliar o seu

¹⁷

Ver Manual de Elaboração da Carta Educativa do Ministério da Educação, 2000.

funcionamento, de acordo com o número de crianças a frequentar. A Escola do Sobral de Cima funcionará no próximo ano lectivo, encerrando no ano seguinte, sendo as crianças transferidas para a Escola Básica do 1º Ciclo de Oleiros.

É na sequência desta proposta que, seguidamente, apresentamos as fichas-síntese para as diversas escolas que se irão manter em funcionamento.

Fichas de Escola

Identificação:

JI e EB1 de Estreito.

Designação:

Requalificação/Beneficiação do Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Estreito.

Descrição:

O plano de requalificação/beneficiação do JI e da EB1 de Estreito é composto por um projecto de intervenção no edificado e um projecto de execução de arranjos exteriores. As medidas encontram-se descritas nos tópicos abaixo.

Projecto de intervenção no edificado

Recuperação das instalações sanitárias existentes, para adultos e pessoas com mobilidade condicionada e para as crianças que a frequentarão. Disponibilização de água quente nas instalações sanitárias.

Criação ou adaptação de uma das salas para funcionar como centro de recursos educativos/biblioteca, com espaço de trabalho para os docentes.

Construção de um espaço para o prolongamento das actividades lectivas e um bar.

Verificação/correção das instalações: electricidade, redes telefónicas e de dados, detecção de incêndios, águas, esgotos.

Melhoramento/correção do sistema de aquecimento (substituição da caldeira a lenha)

Colocação de vedações/gradeamento à volta da escola.

Arranjo das janelas.

Projecto de execução de arranjos exteriores

Zonas de acesso:

Facilitação de zonas de acesso directo controlados por portões, de modo a impedir a saída indesejada das crianças do recinto.

Garantia de acessibilidade a utentes de mobilidade reduzida.

Zonas verdes:

A escassez de espaço aponta para a colocação de arbustos de elevado valor ornamental, adaptados às condições climáticas locais.

Zona de recreio infantil:

Intervenção na zona de recreio com criação de um espaço coberto, nivelamento e arranjo do piso adequando-o às diferentes actividades aí desenvolvidas pelas crianças.

Intervenção no parque infantil tendo em conta as normas regulamentares ao nível dos equipamentos, da sinalética informativa, espessura e características dos pavimentos e adaptação às condições climáticas e à utilização frequente.

Projecto de apetrechamento e renovação de materiais e equipamentos

Para que as instituições possam garantir às crianças um ensino de qualidade, é fundamental que estejam apetrechadas com os equipamentos e materiais necessários e, que os mesmos (devido ao seu desgaste) sejam objecto de uma contínua avaliação e renovação.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

Articulações:

Câmara Municipal de Oleiros / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Oleiros.

Identificação:

JI de Oleiros.

Designação:

Requalificação/Beneficiação do Jardim de Infância de Oleiros.

Descrição:

O plano de requalificação/beneficiação do JI de Oleiros é composto por um projecto de intervenção no edificado e um projecto de execução de arranjos exteriores. As medidas encontram-se descritas nos tópicos abaixo.

Projecto de intervenção no edificado

Criação de um centro de recursos educativos, com espaço de trabalho para os docentes.

Criação de mais uma sala de actividades e uma sala de prolongamento de apoio à família.

Melhoramento dos sistemas de aquecimento/arrefecimento mediante a instalação de aparelhos de ar condicionado.

Verificação/correção das instalações: electricidade, redes telefónicas e de dados, detecção de incêndios, águas, esgotos.

Projecto de execução de arranjos exteriores**Zonas de acesso:**

Facilitação de zonas de acesso directo.

Garantia de acessibilidade a utentes de mobilidade reduzida.

Zonas verdes:

A escassez de espaço aponta para a colocação de arbustos de elevado valor ornamental, adaptados às condições climáticas locais.

Zona de recreio infantil:

Dotação de uma estrutura de recreio multifuncional/parque infantil (que pudesse servir também a Escola Básica do 1º Ciclo): de acordo com as normas regulamentares ao nível dos equipamentos, da sinalética informativa, espessura e características dos pavimentos e adaptação às condições climáticas e à utilização frequente.

Projecto de apetrechamento e renovação de materiais e equipamentos

Para que as instituições possam garantir às crianças um ensino de qualidade, é fundamental que estejam apetrechadas com os equipamentos e materiais necessários e, que os mesmos (devido ao seu desgaste) sejam objecto de uma contínua avaliação e renovação.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

Articulações:

Câmara Municipal de Oleiros / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Oleiros.

Identificação:

JI e EB1 de Orvalho.

Designação:

Requalificação/Beneficiação do Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Orvalho.

Descrição:

O plano de requalificação/beneficiação do JI e da EB1 de Orvalho é composto por um projecto de intervenção no edificado e um projecto de execução de arranjos exteriores. As medidas encontram-se descritas nos tópicos abaixo.

Projecto de intervenção no edificado

Recuperação e adaptação das instalações sanitárias existentes, para adultos e pessoas com mobilidade condicionada e para as crianças que a frequentarão. Disponibilização de água quente nas instalações sanitárias.

Criação de uma sala que pudesse servir de centro de recursos educativos/biblioteca, com espaço de trabalho para os docentes e de prolongamento das actividades lectivas.

Necessidade de adequação de um espaço para funcionar o refeitório.

Melhoramento/correção do sistema de aquecimento (substituição da caldeira a lenha), arranjo dos telhados, janelas e portas.

Verificação/correção das instalações: electricidade, redes telefónicas e de dados, detecção de incêndios, águas, esgotos.

Arranjo dos muros internos e piso do espaço exterior.

Projecto de execução de arranjos exteriores**Zonas de acesso:**

Garantia de acessibilidade a utentes de mobilidade reduzida para a escola.

Zonas verdes:

A escassez de espaço aponta para a colocação de arbustos de elevado valor ornamental, adaptados às condições climatéricas locais.

Zona de recreio infantil:

Melhoramento do parque infantil com adequação das normas regulamentares ao nível da segurança, dos equipamentos, da sinalética informativa, espessura e características dos pavimentos e adaptação às condições climáticas e à utilização frequente.

Projecto de apetrechamento e renovação de materiais e equipamentos

Para que as instituições possam garantir às crianças um ensino de qualidade, é fundamental que estejam apetrechadas com os equipamentos e materiais necessários e, que os mesmos (devido ao seu desgaste) sejam objecto de uma contínua avaliação e renovação.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

Articulações:

Câmara Municipal de Oleiros / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Oleiros.

Identificação:

EB1 de Oleiros.

Designação:

Requalificação/Beneficiação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Oleiros.

Descrição:

O plano de requalificação/beneficiação da EB1 de Oleiros é composto por um projecto de intervenção no edificado e um projecto de execução de arranjos exteriores. As medidas encontram-se descritas nos tópicos abaixo.

Projecto de intervenção no edificado

Recuperação e adaptação das instalações sanitárias existentes, para adultos e pessoas com mobilidade condicionada e para as crianças que a frequentarão. Disponibilização de água quente nas instalações sanitárias.

Criação de um centro de recursos educativos/biblioteca, com espaço de trabalho para os docentes.

Construção de um espaço polivalente de apoio às actividades lectivas, onde possa funcionar o prolongamento e o refeitório.

Melhoria do edifício anexo ao edifício principal, criando as condições necessárias para o bom funcionamento das actividades lectivas.

Verificação/correção das instalações: electricidade, redes telefónicas e de dados, detecção de incêndios, águas, esgotos.

Projecto de execução de arranjos exteriores**Zonas de acesso:**

Garantia de acessibilidade a utentes de mobilidade reduzida para dentro do recinto escolar.

Zonas verdes:

A escassez de espaço aponta para a colocação de arbustos de elevado valor ornamental, adaptados às condições climatéricas locais.

Zona de recreio infantil:

Dotação de uma estrutura de recreio multifuncional/parque infantil (que pudesse servir também o Jardim de Infância): de acordo com as normas regulamentares ao nível dos

equipamentos, da sinalética informativa, espessura e características dos pavimentos e adaptação às condições climáticas e à utilização frequente.

Projecto de apetrechamento e renovação de materiais e equipamentos

Para que as instituições possam garantir às crianças um ensino de qualidade, é fundamental que estejam apetrechadas com os equipamentos e materiais necessários e, que os mesmos (devido ao seu desgaste) sejam objecto de uma contínua avaliação e renovação.

Estratégias em que se insere:

As propostas de intervenção no edificado e espaço exterior tomam por base os seguintes princípios: garantia do conforto e da segurança; modernização dos espaços; adaptação às situações de mobilidade condicionada; equilíbrio com as características dos edifícios já existentes; aumento das potencialidades de cada espaço escolar, por via da dotação/requalificação; diminuição das despesas de manutenção (resistência e durabilidade dos materiais).

Articulações:

Câmara Municipal de Oleiros / DREC.

Prioridade:

Prioridade de nível 1, definida de acordo com as condições actuais de funcionamento.

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Oleiros.

12. Monitorização / Avaliação

A Carta Educativa, como instrumento de planeamento e de gestão do sistema educativo local, deve assumir um carácter dinâmico sendo necessário, desta forma, encontrar um modelo para a monitorização da mesma. Este modelo não pode descurar que a perspectiva do desenvolvimento da melhoria da qualidade do sistema educativo deverá resultar da auscultação dos actores educativos e de uma intervenção concertada, tendo em linha de conta as expectativas dos munícipes, do CME e dos restantes actores sociais da comunidade. O modelo de monitorização deve ser um processo da responsabilidade de uma estrutura onde haja uma visão global e integrada da realidade local em matéria da educação. O Conselho Municipal de Educação assumirá um papel relevante na assunção deste processo.

Após a apresentação e discussão da Carta Educativa interessa aprofundar quais as metodologias de avaliação e traçar estratégias de monitorização necessárias para a adaptação às alterações do sistema educativo local.

A monitorização corresponde ao procedimento que permite acompanhar e controlar o processo de intervenção e identificar eventuais desvios face ao que foi previsto inicialmente, através da utilização de um sistema de registo. Este controlo incide sobre aspectos relativos ao processo e relativos aos resultados obtidos nas várias fases de implementação e deve assentar num sistema de registo de dados e de acções, visando acompanhar de forma continuada, os processos em curso, o seu impacto nos resultados esperados e os factores críticos para a concretização das acções planeadas.

Entre várias dimensões do sistema de monitorização, devem estar previstos campos destinados:

- às diferentes fases do projecto;
- aos procedimentos adoptados ao longo do projecto;
- à identificação de eventuais desvios de trajectórias que, de algum modo, possam comprometer o alcance das metas;
- à recalibragem dos indicadores e revisão dos objectivos iniciais (atendendo a dinâmicas não previstas do processo e ao seu impacto sobre os resultados).

A monitorização deve idealmente constituir um processo contínuo de acompanhamento, controlo e avaliação do processo. Alternativamente, deverão ser fixados prazos, não superiores a um ano, no fim dos quais deverá ser feita a actualização da informação e a avaliação dos resultados obtidos até ao momento, numa dupla lógica: por um lado, de detecção de desvios face ao definido anteriormente, e; por outro lado, do grau de evolução já alcançado tendo em conta o que são os resultados finais pretendidos.

Podem constituir resultados da monitorização os seguintes itens:

- relatório de estado da situação do projecto (nas suas diversas fases);
- listagens das acções tomadas e a tomar em função dos respectivos resultados;
- actualizações do plano e cronograma iniciais, como reflexo do progresso entretanto verificado;
- custos reais e previstos das medidas adoptadas.

A monitorização e avaliação da Carta Educativa deverá, sempre que possível, ser conduzida pelos serviços técnicos de cada autarquia, de modo a que, atempadamente, possam ser retiradas as respectivas ilações, sobre o curso dos processos.

Como é referido no Manual para a Elaboração da Carta Educativa, esta é sempre um processo inacabado, na medida em que tem de se adequar a uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, socio-económicas, de alterações de política educativa e do desenvolvimento local.

O objectivo central é o de promover o acompanhamento sistemático das dinâmicas do sistema educativo de modo a apoiar a concepção e a decisão de medidas de intervenção no que respeita à política educativa para o município. Deste modo, assegurar-se-á a actualização da Carta Educativa e, ao mesmo tempo, a avaliação dos resultados das intervenções em função dos objectivos inicialmente propostos e a revisão das estratégias.

Seguidamente, deixamos alguns indicadores, a título de exemplo, cujo acompanhamento no tempo deve ser objectivado:

- taxa de escolarização e de Pré-escolarização;
- número de alunos por escola/jardim-de-infância;
- número de alunos por ano/Ciclo de ensino;
- taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino;
- população em idade escolar;

- estado de conservação dos edifícios;
- taxa de insucesso/desistência;
- (...).

A monitorização da Carta Educativa deverá ser um processo de responsabilidade alargada, através de uma estrutura que possua uma visão global e integrada da realidade local em matéria de educação, onde se possa de facto aferir a forma como essa realidade se está a desenvolver e onde se possam ouvir todos os intervenientes com responsabilidades no sector. Desta forma, parece-nos que o organismo mais naturalmente vocacionado para aquele efeito é o Conselho Municipal de Educação e será em sede deste órgão que irá ter lugar a reflexão com carácter de avaliação à implementação da Carta Educativa de Oleiros, garantindo um sistema coerente, de qualidade e adequado às necessidades do concelho pela discussão positiva e construtiva por parte dos actores que estão inerentemente ligados a este processo.

Nota Final

A elaboração da Carta Educativa de Oleiros assentou em informações e dados estatísticos de base provenientes de vários domínios: informações e dados urbanísticos e cartografia disponibilizadas pela Câmara Municipal de Oleiros; dados demográficos e sócio-económicos do Instituto Nacional de Estatística e do *Eurostat*; dados fornecidos pela escola sede do agrupamento de escolas de Oleiros; dados recolhidos nos diversos trabalhos de campo levados a cabo pela equipa responsável pela elaboração da Carta Educativa.

Um aspecto relevante no âmbito da agregação, validação e síntese da informação foi o esforço da equipa técnica na comparação das informações recolhidas nas diferentes fontes e analisar a sua coerência interna e externa, obtendo assim uma sintetização consistente e significativa dos dados disponíveis, proporcionando uma perspectiva global do sistema educativo de Oleiros o mais completa possível.

A equipa responsável pela elaboração da carta educativa agradece a todos os que contribuíram com os seus preciosos conhecimentos sobre a realidade do sistema educativo do Concelho e acompanharam a elaboração do presente instrumento de ordenamento do território.

Bibliografia Consultada

- Carta Administrativa Oficial de Portugal (2005). Instituto Geográfico Português: Lisboa.
Consultado na Internet no sítio <http://www.igeo.pt/>
- Carvalho, A. e Matias, S. (2004). “Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas”.
Prospectiva e Planeamento, 2004(10), 87-161. DPP: Lisboa.
- Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social (1985). *Quadros de Pessoal*. DEMESS: Lisboa.
- Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social (1991). *Quadros de Pessoal*. DEMESS: Lisboa.
- Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (1997). *Quadros de Pessoal*. DETEFP/MTSS: Lisboa.
- Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (1997). *Quadros de Pessoal*. DGEEP: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1960). *X Recenseamento Geral da População, Tomo II*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1981). *XII Recenseamento Geral da População, Distrito de Castelo Branco*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1993). *XIII Recenseamento Geral da População, 1991*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1995). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1996). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1997). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1997a). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1998). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1999). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.

- Instituto Nacional de Estatística (2000). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2000a). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2002a). *Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2002b). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2002c). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2003). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2004a). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2004b). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*. INE: Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2004c). *Anuário Estatístico da Região Centro*. INE: Lisboa.
- Oliveira, B.; Coragem, C. e Martins, É. (2000a). *CrITÉrios de Reordenamento da Rede Educativa*. DAPP: Lisboa.
- Oliveira, B.; Coragem, C. e Martins, É. (2000b). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*. DAPP: Lisboa.
- Roberto Carneiro e col. (2000). “Questões de método e linhas gerais de evolução”, in *O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades. Tomo I*. Questões de método e linhas gerais de evolução. DAPP: Lisboa

ANEXO 1 – FICHAS DE ESCOLA

NOME DA ESCOLA:

ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DO ESTREITO

GRAU DE ESCOLARIDADE:

Jardim Infância

☒

1º Ciclo

☐

2º, 3º Ciclo e Secund.

☐

N.º ALUNOS:

M

4

Idade

3

3

5

2

Com NEE

3

0

5

0

F

2

4

1

6

0

4

0

6

0

Proveniência dos Alunos:

Local

2

N.º docentes:

1

N.º funcionários:

2

De fora

4

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

Razoável

N.º pisos:

2

N.º salas:

4

Salas em funcionamento

1

Área (m²):

40

Salas a funcionar:

Só Manhã

☐

Só Tarde

☐

Manhã e Tarde

1



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

☐

☒

Recreio descoberto

☒

☐

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

☐

☒

Bar

☐

☒

Refeitório

☐

☒

Instalações Sanitárias

☒

☐

Água quente disponível

☐

☒

A Escola possui material informático:

☐

Sim

☒

Não

Qual?

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados?

☒

Sim

☐

Não

O estado de conservação do material escolar é:

☐

Bom

☒

Razoável

☐

Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte:

Como:

Taxi

Quem paga:

Câmara Municipal de Oleiros

Almoço:

Onde:

Centro de Dia do Estreito

Quem paga:

Câmara Municipal de Oleiros

NOME DA ESCOLA:

JARDIM DE INFÂNCIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLEIROS

GRAU DE ESCOLARIDADE:

Jardim Infância

☒

1º Ciclo

☐

2º, 3º Ciclo e Secund.

☐

N.º ALUNOS:

M

15

Idade

3

10

5

15

Com NEE

3

1

5

2

F

18

4

7

6

1

4

1

6

1

Proveniência dos Alunos:

Local

☐

N.º docentes:

2

N.º funcionários:

5

De fora

☐

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

Bom

N.º pisos:

2

N.º salas:

3

Salas em funcionamento

2

Área (m²):

45

Salas a funcionar:

Só Manhã

☐

Só Tarde

☐

Manhã e Tarde

☒



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

☐

☒

Recreio descoberto

☐

☒

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

☐

☒

Bar

☐

☒

Refeitório

☒

☐

Instalações Sanitárias

☒

☐

Água quente disponível

☒

☐

A Escola possui material informático:

☐

Sim

☒

Não

Qual?

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados?

☒

Sim

☐

Não

O estado de conservação do material escolar é:

☒

Bom

☐

Razoável

☐

Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Aquecimento central com caldeira a gásóleo

Transporte:

Como:

Pais transportam as crianças

Quem paga:

Pais

Almoço:

Onde:

Na instituição

Quem paga:

Pais (incluído na mensalidade)

NOME DA ESCOLA: JARDIM DE INFÂNCIA DE OLEIROS

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☒ 1º Ciclo ☐ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Idade** 3 4 5 6 **Com NEE** 3 4 5 6

Proveniência dos Alunos: Local De fora **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Bar

Refeitório

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual?

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: ☒ Bom ☐ Razoável ☐ Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Transporte: Como: Quem paga:

Almoço: Onde: Quem paga:

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DO ORVALHO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☒ 1º Ciclo ☐ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Idade** 3 4 5 6 **Com NEE** 3 4 5 6

Proveniência dos Alunos: Local De fora **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Bar

Refeitório

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual?

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Não Aplicável

Quem paga: Não Aplicável

Almoço: Onde: Lar da aldeia

Quem paga: Câmara Municipal de Oleiros

NOME DA ESCOLA:

ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DO ESTREITO

GRAU DE ESCOLARIDADE:

Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS:

M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano):

N.º docentes:

N.º funcionários:

Proveniência dos Alunos:

Local

De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos:

N.º salas:

Salas em funcionamento

Área (m²):

Salas a funcionar:

Só Manhã

Só Tarde

Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Campo de Jogos/Polidesportivo

Sala de informática

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático:

☒ Sim

☐ Não

Qual?

4 computadores e

impressoras com ligação à Internet.

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados?

☒ Sim

☐ Não

O estado de conservação do material escolar é:

☐ Bom

☒ Razoável

☐ Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte:

Como:

Carrinha de 9 lugares

Quem paga:

Câmara Municipal de Oleiros

Almoço:

Onde:

Centro de Dia do Estreito

Quem paga:

Câmara Municipal de Oleiros

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE CAMBAS

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Campo de Jogos/Polidesportivo

Sala de informática

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual? 1 computador com
ligação à Internet

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: ☐ Bom ☒ Razoável ☐ Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Carrinha
Quem paga: Junta de Freguesia

Almoço: Onde: Restaurante
Quem paga: Junta de Freguesia

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE FOZ DO GIRALDO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Campo de Jogos/Polidesportivo

Sala de informática

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual?

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: ☐ Bom ☒ Razoável ☐ Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Quem paga:

Almoço: Onde: Quem paga:

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE MADEIRÃ

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Campo de Jogos/Polidesportivo

Sala de informática

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual? 1 computador com
ligação à Internet

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: ☐ Bom ☒ Razoável ☐ Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Carrinha de 9 lugares

Quem paga: Junta de Freguesia

Almoço: Onde: Casa e restaurante

Quem paga: Família e Junta de Freguesia

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE MOSTEIRO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Campo de Jogos/Polidesportivo

Sala de informática

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual? 1 computador com
ligação à Internet

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: ☐ Bom ☒ Razoável ☐ Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Carrinha
Quem paga: Câmara Municipal de Oleiros

Almoço: Onde: Em casa ou na escola
Quem paga: Família e Câmara Municipal de Oleiros

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE OLEIROS

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Campo de Jogos/Polidesportivo

Sala de informática

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual? 8 computadores e
impressoras; 1 computador com ligação à Internet.

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a gasóleo

Transporte: Como: Carrinhas 9 lugares, Autocarro ou taxi

Quem paga: Câmara Municipal

Almoço: Onde: Na escola sede do Agrupamento

Quem paga: Câmara Municipal

NOME DA ESCOLA:

ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA
DO ORVALHO

GRAU DE ESCOLARIDADE:

Jardim Infância ☐

1º Ciclo ☒

2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS:

M

3

Por anos

1.º

1

3.º

3

Com NEE

1.º

0

3.º

1

F

5

2.º

2

4.º

2

2.º

0

4.º

1

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano):

☐

N.º docentes:

1

N.º funcionários:

1

Proveniência dos Alunos:

Local

8

De fora

0

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

Razoável

N.º pisos:

1

N.º salas:

1

Salas em funcionamento

1

Área (m²):

50

Salas a funcionar:

Só Manhã

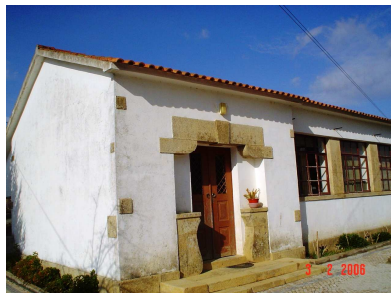
☐

Só Tarde

☐

Manhã e Tarde

1



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

☐

☒

Recreio descoberto

☒

☐

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

☐

☒

Campo de Jogos/Polidesportivo

☒

☐

Sala de informática

☐

☒

Instalações Sanitárias

☒

☐

Água quente disponível

☐

☒

A Escola possui material informático:

☒

Sim

☐

Não

Qual?

Computador

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados?

☒

Sim

☐

Não

O estado de conservação do material escolar é:

☐

Bom

☒

Razoável

☐

Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola:

Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte:

Como:

A pé

Quem paga:

Não Aplicável

Almoço:

Onde:

Em casa

Quem paga:

Família

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE SOBRAL

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto

Recreio descoberto

Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo

Campo de Jogos/Polidesportivo

Sala de informática

Instalações Sanitárias

Água quente disponível

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual? 1 computador com
ligação à Internet

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: ☐ Bom ☒ Razoável ☐ Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: Carrinha
Quem paga: Câmara Municipal de Oleiros

Almoço: Onde: Na escola
Quem paga: Família e Câmara Municipal de Oleiros

NOME DA ESCOLA: ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO DE VALE DO SOUTO

GRAU DE ESCOLARIDADE: Jardim Infância ☐ 1º Ciclo ☒ 2º, 3º Ciclo e Secund. ☐

N.º ALUNOS: M F **Por anos** 1.º 2.º 3.º 4.º **Com NEE** 1.º 2.º 3.º 4.º

N.º matrículas 2006/2007 (1.º ano): **N.º docentes:** **N.º funcionários:**

Proveniência dos Alunos: Local De fora

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Estado conservação:

N.º pisos: **N.º salas:** **Salas em funcionamento** **Área (m²):**

Salas a funcionar: Só Manhã Só Tarde Manhã e Tarde



ESPAÇOS DISPONÍVEIS

SIM

NÃO

Recreio coberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Recreio descoberto	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Ginásio/Pavilhão Gimnodesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Campo de Jogos/Polidesportivo	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Sala de informática	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>
Instalações Sanitárias	<input checked="" type="text" value="X"/>	<input type="text"/>
Água quente disponível	<input type="text"/>	<input checked="" type="text" value="X"/>

A Escola possui material informático: ☒ Sim ☐ Não Qual? 1 computador com
ligação à Internet

O mobiliário escolar está adequado aos níveis de ensino ministrados? ☒ Sim ☐ Não

O estado de conservação do material escolar é: Bom Razoável Mau

Tipo de equipamento de climatização da escola: Aquecimento central com caldeira a lenha

Transporte: Como: A pé
Quem paga: Não Aplicável

Almoço: Onde: Casa
Quem paga: Família

ANEXO 2 – ANEXO ESTATÍSTICO

Quadro A.1. Estrutura do Emprego, segundo o sector de actividade

	Primário	Secundário	Terciário	Total
1960	4.614	569	507	5.690
1981	2.190	619	598	3.407
1991	968	491	835	2.294
2001	769	672	936	2.377

Fonte: X RGP, tomo II, INE, 1960; XII RGP, Distrito de Castelo Branco, INE, 1981; XIII RGP, 1991, INE, 1993; XIV RGP, 2Quadro A. 1001, INE, 2002.

Quadro A.2. Distribuição das empresas segundo os sectores de actividade¹⁸

Sector	1985	1991	1997	2002
Primário	2	18	17	20
Secundário	16	51	82	103
Terciário	6	13	14	17
TOTAL	24	82	113	140

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.3. Distribuição dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade¹⁹

Sector	1985	1991	1997	2002
Primário	2	18	17	20
Secundário	19	54	86	109
Terciário	8	20	20	20
TOTAL	29	92	123	149

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.4. Distribuição das pessoas ao serviço dos estabelecimentos segundo os sectores de actividade²⁰

Sector	1985	1991	1997	2002
Primário	6	68	46	66
Secundário	207	256	534	634
Terciário	34	67	102	206
TOTAL	247	391	682	906

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

¹⁸ Cálculos efectuados a partir de dados segundo o Código das Actividades Económicas (CAE).

¹⁹ Cálculos efectuados a partir de dados segundo o Código das Actividades Económicas (CAE).

²⁰ Cálculos efectuados a partir de dados segundo o Código das Actividades Económicas (CAE).

Quadro A.5. Número de empresas, segundo a actividade (CAE - Rev. 2.1)

CAE	1985	1991	1997	2002
AA. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	2	18	17	20
BB. Pesca			0	0
CA. Extracção de Produtos Energéticos			0	0
CB. Indústrias Extractivas com excepção da Extracção de Produtos Energéticos	0	1	1	1
DA. Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	0	1	2	2
DB. Indústria Têxtil	0	0	1	0
DC. Indústria do Couro e dos Produtos do Couro			0	0
DD. Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	6	6	8	7
DE. Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	0	0	0	0
DF. Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear			0	0
			1	1
DG. Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais	2	2	0	0
DH. Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas				
DI. Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	0	2	1	1
DJ. Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos			6	8
DK. Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	2	5	0	0
DL. Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica			0	0
DM. Fabricação de Material de Transporte			0	0
DN. Indústrias Transformadoras, N.E.	0	0	1	3
EE. Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	0	0	0	0
FF. Construção	2	14	24	31
GG. Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, MotoCiclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	4	14	27	28
HH. Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	0	5	7	14
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	0	1	3	7
J. Actividades Financeiras			0	0
K. Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0	4	4	7
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória			2	1
M. Educação			2	1
N. Saúde e Acção Social			4	6
O. Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	6	9	2	2
P. Famílias com Empregados Domésticos			0	0
Q. Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais			0	0
TOTAL	24	82	113	140

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEFP, 2002.

Quadro A.6. Número de empresas por actividades económicas

CAE	1985	1991	1997	2002
A+B	2	18	17	20
C	0	1	1	1
D	10	16	20	22
E	0	0	0	0
F	2	14	24	31
G	4	14	27	28
H	0	5	7	14
I	0	1	3	7
J+K	0	4	4	7
L+M+N+O+P+Q	6	9	10	10
TOTAL	24	82	113	140

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.7. Número de estabelecimentos, segundo a actividade (CAE - Rev. 2.1)

CAE	1985	1991	1997	2002
AA. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	2	18	17	20
BB. Pesca			0	0
CA. Extracção de Produtos Energéticos			0	0
CB. Indústrias Extractivas com excepção da Extracção de Produtos Energéticos	0	1	1	1
DA. Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	0	1	2	2
DB. Indústria Têxtil	0	0	1	0
DC. Indústria do Couro e dos Produtos do Couro			0	0
DD. Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	5	6	8	7
DE. Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	0	0	0	0
DF. Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear			0	0
	2	2	1	1
DG. Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais			0	0
DH. Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas				
DI. Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	0	2	1	1
DJ. Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos			6	8
DK. Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	2	5	0	0
DL. Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica			0	0
DM. Fabricação de Material de Transporte			0	0
DN. Indústrias Transformadoras, N.E.	0	0	1	3
EE. Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	1	1	1	1
FF. Construção	3	14	24	31
GG. Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, MotoCiclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	5	15	29	32
HH. Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	0	5	7	14
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	1	2	4	8
J. Actividades Financeiras	1	7	3	2
K. Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas			5	7
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória			2	1
M. Educação			2	1
N. Saúde e Acção Social			6	6
O. Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais			2	3
P. Famílias com Empregados Domésticos			0	0
Q. Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais			0	0
TOTAL	29	92	123	149

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEPP, 2002.

Quadro A.8. Número de estabelecimentos por actividades económicas

CAE	1985	1991	1997	2002
A+B	2	18	17	20
C	0	1	1	1
D	9	16	20	22
E	1	1	1	1
F	3	14	24	31
G	5	15	29	32
H	0	5	7	14
I	1	2	4	8
J+K	1	7	8	9
L+M+N+O+P+Q	7	13	12	11
TOTAL	29	92	123	149

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEEP, 2002.

Quadro A.9. Número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, segundo a actividade (CAE - Rev. 2.1)

CAE	1985	1991	1997	2002
AA. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	6	68	46	66
BB. Pesca			0	0
CA. Extracção de Produtos Energéticos			0	0
CB. Indústrias Extractivas com excepção da Extracção de Produtos Energéticos	0	4	3	3
DA. Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	0	3	4	11
DB. Indústria Têxtil	0	0	118	0
DC. Indústria do Couro e dos Produtos do Couro			0	0
DD. Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras	104	101	131	97
DE. Indústrias de Pasta, de Papel e Cartão e seus artigos; Edição e Impressão	0	0	0	0
DF. Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e Combustível Nuclear	25	9	0	0
DG. Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais			18	25
DH. Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas			0	0
DI. Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	0	3	3	6
DJ. Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos			32	38
DK. Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E.	7	20	0	0
DL. Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica			0	0
DM. Fabricação de Material de Transporte			0	0
DN. Indústrias Transformadoras, N.E.	0	0	5	150
EE. Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	5	4	3	1
FF. Construção	23	42	101	155
GG. Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. de Veículos Automóveis, MotoCiclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	12	35	74	92
HH. Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	0	12	12	25
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	31	23	30	31
J. Actividades Financeiras	10	21	17	13
K. Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas			15	18
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória			14	15
M. Educação			9	2
N. Saúde e Acção Social			42	77
O. Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais			5	81
P. Famílias com Empregados Domésticos			0	0
Q. Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais			0	0
TOTAL	247	391	682	906

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEPP, 2002.

Quadro A.10. Número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos, por actividade económica

CAE	1985	1991	1997	2002
A+B	6	68	46	66
C	0	4	3	3
D	136	136	311	327
E	5	4	3	1
F	23	42	101	155
G	12	35	74	92
H	0	12	12	25
I	31	23	30	31
J+K	10	21	32	31
L+M+N+O+P+Q	24	46	70	175
TOTAL	247	391	682	906

Fonte: Quadros de Pessoal, DEMESS, 1985; Quadros de Pessoal, DEMESS, 1991; Quadros de Pessoal, DETEFP, 1997; Quadros de Pessoal, DGEPP, 2002.

Quadro A.11. População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, por condição perante a actividade económica (sentido lato) e nível de instrução

Condição Perante a Actividade Económica, Nível de Instrução	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75 +
Total	384	380	287	290	350	402	366	378	425	541	646	572	1.038
População com actividade económica	64	261	245	240	278	315	268	251	226	215	62	27	11
Sem nível de ensino	0	1	2	2	3	4	6	3	9	53	15	12	3
1º Ciclo	1	22	41	68	133	213	195	199	205	151	39	15	8
2º Ciclo	15	59	59	91	62	51	30	17	5	5	3	0	0
3º Ciclo	34	76	46	32	37	17	14	11	1	3	3	0	0
Ensino Secundário complementar	14	85	50	32	34	21	12	13	2	1	0	0	0
Ensino médio	0	0	0	0	0	1	2	2	1	0	0	0	0
Bacharelato	0	4	10	3	3	3	5	1	2	0	1	0	0
Licenciatura	0	14	35	10	6	5	4	5	1	2	1	0	0
Mestrado	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
População sem actividade económica	320	119	42	50	72	87	98	127	199	326	584	545	1.027
Sem nível de ensino	0	1	5	7	7	4	9	9	35	107	206	275	693
1º Ciclo	2	3	13	17	47	63	85	108	155	205	358	261	331
2º Ciclo	17	7	6	19	10	10	2	2	1	4	7	2	1
3º Ciclo	99	4	5	3	5	6	1	3	4	4	4	2	1
Ensino Secundário complementar	173	24	4	1	2	4	0	1	0	3	3	1	0
Ensino médio	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1	4	3	1
Bacharelato	7	14	2	2	0	0	0	2	0	1	2	1	0
Licenciatura	22	66	6	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
Mestrado	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Quadro A.12. População residente empregada, com actividade económica, segundo a situação na profissão, por grupo etário

Grupo Etário	Total Geral	População Empregada, segundo a Situação na Profissão								Membro Activo de Cooperativa	Outra Situação
		Total	Empregador	Trabalhador por Conta Própria	Trabalhador Familiar não Remunerado	Trabalhador por Conta de Outrém					
						Total	Dos quais				
							Militar Carreira	SMO			
15 – 19	64	57	0	0	3	54	0	5	0	0	
20 – 24	261	230	10	6	5	209	0	6	0	0	
25 – 29	245	231	15	12	1	202	1	0	0	1	
30 – 34	240	232	24	21	9	178	2	0	0	0	
35 – 39	278	274	42	33	3	194	0	0	0	2	
40 – 44	315	309	49	52	9	198	0	0	0	1	
45 – 49	268	264	53	55	4	151	0	0	1	0	
50 – 54	251	247	52	63	7	125	0	0	0	0	
55 – 59	226	223	60	67	12	84	0	0	0	0	
60 – 64	215	211	59	86	10	55	0	0	1	0	
65 – 69	62	61	24	24	1	12	0	0	0	0	
70 – 74	27	27	16	8	1	2	0	0	0	0	
75 +	11	11	6	4	0	0	0	0	0	1	
Total	2.463	2.377	410	431	65	1.464	3	11	2	5	

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Quadro A.13. População residente desempregada em sentido lato, por grupo etário

Grupo Etário	População Desempregada		
	Total	Procura 1.º Emprego	Procura Novo Emprego
15 – 19	7	6	1
20 – 24	31	18	13
25 – 29	14	6	8
30 – 34	8	2	6
35 – 39	4	0	4
40 – 44	6	1	5
45 – 49	4	1	3
50 – 54	4	1	3
55 – 59	3	0	3
60 – 64	4	0	4
65 – 69	1	1	0
70 – 74	0	0	0
75 +	0	0	0
Total	86	36	50

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)